

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

ANA MARIA GOMES DE SOUSA MARTINS

**A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS NO PIAUÍ (1947-1961): ENTRE
AS APROPRIAÇÕES E MUDANÇAS DECORRENTES DA LEI ORGÂNICA DO
ENSINO NORMAL**

TERESINA, 2016

ANA MARIA GOMES DE SOUSA MARTINS

**A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS NO PIAUÍ (1947-1961): ENTRE
AS APROPRIAÇÕES E MUDANÇAS DECORRENTES DA LEI ORGÂNICA DO
ENSINO NORMAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí – UFPI, na linha de pesquisa: Formação Docente e Prática Educativa, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes

TERESINA, 2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação Serviço de
Processamento Técnico

M386f Martins, Ana Maria Gomes de Sousa

A Formação de professores primários no Piauí
(1947- 1961): entre as apropriações e mudanças
decorrentes da Lei Orgânica do Ensino Normal / Ana
Maria Gomes de Sousa Martins. – 2016.

202 f. : il.

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade
Federal do Piauí, Teresina, 2016.

Orientação: Prof. Dr. Antonio de Pádua Carvalho
Lopes.

1. Educação – História – Piauí. 2. Prática

ANA MARIA GOMES DE SOUSA MARTINS

**A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS NO PIAUÍ (1947-1961): ENTRE
AS APROPRIAÇÕES E MUDANÇAS DECORRENTES DA LEI ORGÂNICA DO
ENSINO NORMAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí – UFPI, na linha de pesquisa: Formação Docente e Prática Educativa, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Educação.

Data da defesa: 08/08/2016

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes /UFPI (Orientador)

Prof.^a Dr.^a Salânia Maria Barbosa de Melo/ UEMA/UESPI (Titular externo)

Prof. Dr. Alcebíades Costa Filho/ UESPI (Titular externo)

Prof. Dr. José Augusto de Carvalho Mendes Sobrinho/ UFPI (Titular interno)

Prof. Dr. Luís Carlos Sales/ UFPI (Titular interno)

Prof. Dr. Marcelo de Sousa Neto / UFPI (Suplente externo)

Prof.^a Dr.^a Maria da Glória Soares Barbosa Lima / UFPI (Suplente interno)

A todos os que, no desejo de serem professores, lançam-se no oceano do conhecimento.

Aos meus filhos, Sara de Sousa e Marcos Santiago, companheiros e amigos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as graças recebidas e pela serenidade nas horas necessárias;

Ao orientador Antonio de Pádua de Carvalho Lopes, muito obrigada pelo convívio, pelas orientações seguras e pelas sugestões fundamentais para este trabalho e para minha vida acadêmica;

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí pelas socializações de saberes, especialmente à professora Ivana Ibiapina, pelo prazer de ensinar e pela descoberta da importância da elaboração de conceitos;

À professora Amparo Ferro, exemplo de profissional, obrigada pelo prazer de conviver com a Senhora;

À dona Raimunda Carvalho Sousa (D. Mundoca), à Angelita Etelvina de Amorim (Angelita), à Antonia Sirqueira Soares de Sousa (D. Toinha) e à Raimunda dos Santos Lopes Monteiro (D. Raimundinha), por partilharem suas vivências e memórias. A contribuição de vocês foi valiosa para o andamento desta pesquisa;

Aos meus pais, João Gomes e Maria Gomes, por acreditarem que a educação escolar se faz necessária ao desenvolvimento humano;

Ao Marcos de Oliveira, à Sara de Sousa e ao Marcos Santiago, por estarem ao meu lado e compreenderem o quanto esta atividade significa para mim.

Aos irmãos, Socorro, Joãozinho, Conceição e Francisco, pelas presenças e pelo companheirismo;

Ao meu cunhado, João Luiz, quantas impressões;

Ao meu sobrinho Rafael, que recentemente descobriu o valor dos estudos;

Aos Colegas da 14ª turma do Doutorado em Educação da Universidade Federal do Piauí, pelas convivências, pelas trocas de experiências e pelas vivências;

Às amigas Solange e Vilma pelas leituras compartilhadas no campo da História da Educação;

À Denise, quando precisei de ajuda, você surgiu;

Aos amigos da E. M. São Sebastião, pelos incentivos e pela compreensão nos momentos de ausência;

Ao Rogério Oliveira e à Carla Valéria pela solidariedade nos momentos de discussão coletiva;

Às amigas da Faculdade Maurício de Nassau, Celene, Ana Rosa e Luiza, pelos incentivos e pela atenção;

Aos funcionários do Instituto de Educação Antonino Freire, obrigada pela receptividade;

À equipe da Secretaria do Instituto de Educação Antonino Freire, em especial à dona Jane, pois, sem as chaves do arquivo, não teria sido possível pesquisar;

À professora Gildete Milu da Silva, que acolheu o desejo de organizar o Arquivo do Instituto de Educação Antonino Freire e de criar o memorial da Escola Normal Oficial do Piauí;

A todos, meus sinceros agradecimentos.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - A organização do ensino primário nas reformas de 1933 e 1946.....	65
QUADRO 2 - Valores recebidos pelos professores primários piauienses em 1953 conforme a classe ocupada	81
QUADRO 3 - Escolas Normais no Piauí	83
QUADRO 4 - Disciplinas do Curso Normal de 1911	85
QUADRO 5 - Disciplinas do Curso de Formação de Professores Primários: 1933 a 1947.....	87
QUADRO 6 - Disciplinas da Escola Normal – 1865/1888	92
QUADRO 7 - Novo enquadramento dos professores primários em 1947.....	97
QUADRO 8 - Classificação dos professores estabelecida pela Lei 1.188 de 2 de agosto de 1955.....	104
QUADRO 9 - Cadeiras extintas e criadas pelo Decreto-Lei 1412/1947.....	109
QUADRO 10 - Professores dispensados na Reforma de 1947.....	113

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Número de matrículas no ensino primário e na Escola Normal Oficial do Piauí nos anos de 1946 a 1961.....	39
TABELA 2 - Crescimento da população piauiense nos anos de 1940, 1950 e 1960..	44
TABELA 3 - População teresinense segundo os censos de 1940, 1950 e 1960.....	45
TABELA 4 - Número de escolas primárias estaduais no Piauí nos anos de 1950 e 1960	60
TABELA 5 – Receitas, despesas do governo e porcentagem de aplicação na educação (1947-1951).....	61
TABELA 6 - Número de vagas nas escolas do ensino primário destinadas a concurso no Estado do Piauí: 1946 a 1950	72
TABELA 7 - Alunos concludentes do Curso Normal oriundos da Escola Normal Municipal de Floriano	79
TABELA 8 - Número de escolas, vagas e professores das escolas primárias do Município de Teresina em 1948	98

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 - Diploma do Curso de Regente de Ensino.....	76
IMAGEM 2 - Verso do diploma do Curso de Regente de ensino.....	77
IMAGEM 3 - Guia de transferência do Curso Preparatório da Escola Normal Oficial do Piauí.....	122
IMAGEM 4 - Escola Normal Oficial do Piauí.....	133
IMAGEM 5 - Foto da professora Ester Couto.....	143
IMAGEM 6 - Diário de classe da disciplina de Música ministrada na Escola Normal Oficial do Piauí.....	154
IMAGEM 7 - Folha interna do diário de classe da disciplina de Música ministrada na Escola Normal Oficial do Piauí.....	156
IMAGEM 8 - Ficha de acompanhamento da frequência das alunas.....	158
IMAGEM 9 - Diário de classe das disciplinas do Curso de Formação de Professores Primários da Escola Normal Oficial do Piauí.....	160
IMAGEM 10 - Prova de Psicologia Educacional aplicada no 2º ano do Curso de Formação de Professores Primários.....	166
IMAGEM 11 - Verso da prova de Psicologia Educacional aplicada no 2º ano do Curso de Formação de Professores Primários.....	167

RESUMO

Ao analisar a apropriação da Lei Orgânica do Ensino Normal (LOEN) no processo formativo dos professores do ensino primário a partir do contexto social e da Escola Normal Oficial do Piauí, esta pesquisa se insere na temática da história da formação docente e defende a tese de que a apropriação da referida Lei, como expressão da política nacional a ser seguida pelos estados brasileiros, durante os anos de 1947 a 1961, provocou mudanças no processo formativo dos professores primários piauienses, tendo os sujeitos envolvidos se apropriado das prescrições legais, direcionando-as de acordo com as expectativas sociais do momento e da categoria profissional, num embate entre as prescrições do estado, as especificidades locais e o corpo docente. A pesquisa foi fundamentada na Nova História Cultural e utiliza os conceitos de representações, práticas e apropriações, e está embasada em Chartier (1990, 2010, 2014), Certeau (2005, 2008, 1992), Nóvoa (1991, 1991a, 1995), Catani (2000), Carvalho (2000), Villela (2000, 2006), Lopes (1996, 2001, 2006), Mendes Sobrinho (2002), entre outros. Outras fontes utilizadas foram a legislação educacional, mensagens governamentais, obras literárias e autobiográficas, diários de classe, livros de matrícula, atas de concursos da Escola pesquisada, além de depoimentos de quatro ex-alunas. Reflete sobre a apropriação da LOEN e as alterações provocadas na formação dos professores do ensino primário piauiense, considerando a legislação educacional, as transformações na educação primária, no ensino normal, na profissão docente e na organização da Escola Normal Oficial do Piauí nos anos de 1947 a 1961; analisa as representações em torno do professor primário piauiense e as mudanças na conformação de sua formação, considerando o contexto social e a legislação educacional; analisa a formação docente a partir das determinações estabelecidas na legislação Federal e Estadual durante o período em estudo; destaca os modos de apropriação da referida lei por meio das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores da Escola Normal Oficial do Piauí e os saberes pedagógicos constituintes do modelo formativo vigente na época em estudo. A LOEN disseminou representações e práticas, foi apropriada pela legislação educacional local e direcionou a formação dos professores primários piauienses, modificando a organização e funcionamento das escolas normais, a organização curricular, os saberes, as práticas educativas e pedagógicas dos professores, a carreira e o exercício da profissão docente. Contudo, sua apropriação

não se deu de forma passiva, os sujeitos envolvidos, professores e alunas da Escola Normal Oficial do Piauí, as ressignificaram por meio de diferentes táticas reveladoras das resistências às determinações legais.

Palavras-Chave: Lei Orgânica do Ensino Normal. História da Formação Docente. Professores Primários. Práticas Educativas e Pedagógicas. História da Educação.

ABSTRACT

At analysing the appropriation of the Regular Education Organic Law in the formative process of primary school teachers from the social context and the Official Regular School of the State of Piauí, this research inserts itself at the theme of History of the teacher formation and defends the thesis that the appropriation of that Law, as an expression of national politics to be followed by the Brazilian states, during the years from 1947 to 1961, provoked changes in the formative process of primary teachers from Piauí, having the involved subjects appropriated the legal prescriptions, directing them according to the social expectations of the moment, the local specificities and the teachers themselves. The research was based upon the New Cultural History and utilizes the concepts of representation, practices and appropriations, and is also based upon Chartier (1990, 2010, 2014), Certeau (2005, 2008, 1992), Nóvoa (1991, 1991a, 1995), Catani (2000), Carvalho (2000), Villela (2000, 2006), Lopes (1996, 2001, 2006), Mendes Sobrinho (2002), among others. Other sources used were the educational legislation, governmental messages, literary and autobiographical works, class journals, tuition books, records of teachers' applications to the researched school, besides testimonies from four former students. It reflects about the appropriation of the Regular Education Organic Law and the provoked alterations in the formation of primary school teachers in Piauí, considering the educational legislation, the transformations in the primary education, regular schooling, in the teaching profession and in the organization of the Official Regular School of Piauí in the years from 1947 to 1961; it analyses the representations around the primary school teacher in Piauí and the changes in conformation to his formation, considering the social context and the educational legislation; it analyses the teacher's formation from the point of view of the established determinations in the federal and state legislation during the period in study; it highlights the ways of appropriation of the referred law, through the pedagogical practices developed by the teachers of the Official Regular School of Piauí and the pedagogical knowledge that is part of the formative model present during the time in study. The Regular Education Organic Law spread representations and practices, it was appropriated by the local educational legislation and directed the formation of the primary school teachers in Piauí, changing the organization and functioning of the regular schools,

the curricular organization, the knowledges, the educational and pedagogical practices of the teachers, the career and exercise of the teaching profession. However, its appropriation didn't happen in a passive way, the subjects involved, teachers and students from the Official Regular School of Piauí has given it a different meaning, through different tactics, that are revealing of the resistences to legal determinations.

Keywords: Regular Education Organic Law. History of Teacher's Formation. Primary teachers. Educational and pedagogical practices. History of Education

RÉSUMÉ

En analysant l'appropriation de la Loi Organique de l'Enseignement Normal (LOEN) dans le processus de formation des instituteurs à partir du contexte social et de l'École Normale Officielle du Piauí, cette recherche s'insère dans la thématique de l'histoire de la formation des enseignants et défend la thèse que l'appropriation de la Loi citée, comme l'expression de la politique nationale à suivre par les états brésiliens au cours de la période de 1947 à 1961, a provoqué des changements dans le processus de formation des instituteurs et les sujets impliqués se sont appropriés des prescriptions légales en les orientant conformément aux attentes sociales du moment et de la catégorie professionnelle, lors d'un affrontement entre les dispositions juridiques de l'État, les spécificités locales et le corps enseignant. La recherche s'est fondée sur la Nouvelle Histoire Culturelle et utilise les concepts de représentations, de pratiques et d'appropriations et elle est basée sur Chartier (1990, 2010, 2014), Certeau (2005, 2008, 1992), Nóvoa (1991a, 1991, 1995), Catani (2000), Carvalho (2000), Villela (2000, 2006), Lopes (1996, 2001, 2006), Mendes Sobrinho (2002), entre autres. D'autres sources utilisées ont été la législation sur l'éducation, des messages du gouvernement, des oeuvres littéraires et autobiographiques, des registres de classe et d'inscriptions, des comptes rendus de concours de l'École recherchée, en plus des témoignages de quatre anciennes élèves. Elle réfléchit sur l'appropriation de la LOEN et sur les changements provoqués dans la formation des enseignants de l'école primaire du Piauí, en considérant la législation de l'éducation, les transformations dans l'enseignement primaire, l'enseignement normal, la profession d'enseignant et dans l'organisation de l'École Normale Officielle du Piauí de 1947 à 1961; analyse des représentations auprès de l'instituteur piauiense et les changements dans la conformation de sa formation, en considérant le contexte social et la législation de l'éducation; analyse la formation des enseignants à partir de décisions établies dans la loi Fédérale et de l'État pendant la période à l'étude; souligne les moyens d'appropriation de la loi citée à travers les pratiques pédagogiques développées par les professeurs de l'École Normale Officielle du Piauí et les savoirs pédagogiques constitutifs du modèle de formation en vigueur à l'époque de l'étude. La LOEN a diffusé des représentations et des pratiques, elle a été appropriée par la législation éducationnelle locale et a mené la formation des enseignants du primaire au Piauí, en modifiant l'organisation et le

fonctionnement des écoles normales, l'organisation des programmes d'études, les connaissances, les pratiques éducatives et pédagogiques des enseignants, la carrière et l'exercice de la profession d'enseignant. Cependant, leur appropriation ne s'est pas donnée passivement, les sujets impliqués, les enseignants et les élèves de l'École Normale Officielle du Piauí les ont révisitées par le biais de différentes tactiques révélatrices des résistances aux réglementations.

Mots-clés: Loi Organique de l'Enseignement Normale. Histoire de la Formation des Enseignants. Instituteurs. Des Pratiques Éducatives et Pédagogiques. Histoire de l'Éducation.

SUMÁRIO

1 O PLANEJAMENTO E O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA: NOTAS INTRODUTÓRIAS	17
2 AS TESSITURAS DA REFORMA DO ENSINO NORMAL NO PIAUÍ.....	36
2.1 Os atores sociais envolvidos na elaboração da reforma.....	38
2.2 A organização e o funcionamento do ensino primário estabelecidos pela Lei Orgânica do Ensino Primário (LOEP)	57
2.3 O anúncio de uma nova formação para os professores primários	70
2.4 O Ensino Normal: sua organização, funcionamento e os saberes da formação.....	83
2.5 As mudanças na profissão docente e no exercício profissional dos professores primários piauienses.....	89
3 ENTRECruzANDO O ESPAÇO DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS E AS DETERMINAÇÕES LEGAIS.....	107
3.1 O corpo docente da Escola Normal Oficial do Piauí e as mudanças estabelecidas pela nova legislação de ensino.....	108
3.2 A institucionalização do ginásio e do curso de formação de professores primários.....	117
4 A LOEN E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS E PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS NO INTERIOR DA ESCOLA NORMAL OFICIAL DO PIAUÍ.....	130
4.1 A nova organização da Escola Normal Oficial do Piauí.....	133
4.2 As práticas educativas e pedagógicas desenvolvidas na Escola Normal Oficial do Piauí e o modelo de formação dos professores primários.....	141

4.3 As alterações das práticas educativas e pedagógicas: formas de apropriação da LOEN.....	150
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	173
REFERÊNCIAS.....	177
APÊNDICE A – RELAÇÃO DOS PROFESSORES DA ESCOLA NORMAL OFICIAL DO PIAUÍ NO PERÍODO DE 1947 A 1961.....	194
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	197
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	198

1 O PLANEJAMENTO E O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA: NOTAS INTRODUTÓRIAS

“Eu me interrogo sobre a enigmática relação que mantenho com a sociedade presente e com a morte, através da mediação de atividades técnicas.”¹

Ao longo da vida, construímos nossa história por meio de um entrelaçamento de acontecimentos, que nos envolvem em uma teia de ações. Assim, vamos nos constituindo por meio das mudanças geradas pelas experiências. Em certos momentos, devemos refletir sobre decisões e percursos singulares direcionadores das condutas individuais e de nossa filiação aos sistemas de pensamentos vinculados a contextos econômicos, culturais e a determinados lugares sociais².

No âmbito acadêmico, a clareza dos processos responsáveis pela imersão nesse meio é necessária, pois nosso progresso está ligado aos elementos direcionadores das escolhas e à definição de temas a serem investigados. A delimitação do objeto de estudo deste trabalho foi influenciada por um conjunto de fatores relacionados às aprendizagens e às vivências como estudante e professora de História da Educação no Curso de Pedagogia em instituições superiores de ensino, em Teresina.

O exercício da docência, o envolvimento com o processo formativo de professores, a participação em encontros científicos e as leituras da historiografia possibilitaram a afinidade com a história da formação dos docentes piauienses, instigando a prática da pesquisa e o desejo de ser professora-pesquisadora e poder contribuir na produção de saberes sobre a História da Educação no Piauí.

A construção do objeto de estudo é decorrente das visões de mundo, dos espaços³ em que gravitamos, dos lugares onde produzimos discursos. O modo como nos situamos em relação a esses e sua influência na nossa constituição

¹ Certeau (1982, p. 65).

² Idem.

³ O conceito de espaço se relaciona a um lugar, uma configuração instantânea de posições, e implica uma indicação de estabilidade. O espaço diferente do lugar, no sentido de que este é praticado. (CERTEAU, 2008, p. 201).

compõem os princípios inspiradores do processo da pesquisa e definem as formas de aproximação e de delimitação do objeto de estudo⁴. Em nosso caso, a definição do objeto a ser investigado no curso de doutorado se iniciou ainda no Mestrado, quando elaboramos a dissertação: “Os discursos sobre a educação no Piauí: reflexos dos ideais da Escola Nova - 1920 a 1947”.

Esse trabalho foi desenvolvido seguindo os pressupostos da Nova História Cultural, revelando aproximações e particularidades da educação local em relação à nacional, concretizadas a partir de apropriações do ideário da Escola Nova que foram incorporadas à legislação de ensino e nas práticas escolares, servindo de orientação à educação piauiense até 1946, tendo no ano seguinte se efetivado uma nova reforma educacional que adequou o ensino às determinações das Leis Orgânicas do Ensino (LOE)⁵.

Em 1947, houve um alinhamento da legislação educacional piauiense às determinações do Governo Federal⁶, gerando modificações na lei e na formação de professores primários. O estudo desse processo é imperativo, de forma a aprofundar as leituras sobre as mudanças expressas nas deliberações estabelecidas para o curso de formação, nas práticas educativas desenvolvidas no contexto da Escola Normal Oficial do Piauí⁷ e nas representações construídas em torno dos profissionais do ensino primário.

Assim, ao definirmos como objeto de estudo a apropriação⁸ da Lei Orgânica do Ensino Normal (LOEN)⁹ e as alterações provocadas no processo formativo dos professores primários piauienses, refletimos sobre nosso percurso acadêmico e explicitamos os motivos que influenciaram a delimitação do referido objeto. A LOEN

⁴ Serrano (2011) promove uma discussão sobre o processo de delimitação do objeto de pesquisa.

⁵ As Leis Orgânicas do Ensino foram um conjunto de leis promulgadas a partir de 1942 e direcionadas aos diferentes níveis de ensino, elaboradas durante a gestão do Ministro da Educação Gustavo Capanema. Hilsdorf (2003, p. 102) destaca algumas prescrições de padronização do cotidiano escolar determinadas pela LOE, entre elas os programas curriculares, a arquitetura escolar, a adoção de classes homogêneas, o incentivo à criação de bibliotecas e de clubes escolares e outros.

⁶ Um dos autores que chama a atenção para tal fato é Brito (1996), que afirma ter ocorrido uma adaptação da legislação local à nacional. A referida instituição foi criada com o nome de Escola Normal Oficial e para diferenciá-la das dos outros estados, nos referimos a ela, no corpo, deste trabalho como Escola Normal Oficial do Piauí.

⁷ No final do ano de 1947, a Escola Normal Oficial do Piauí teve seu nome modificado e passou a ser denominada de Escola Normal “Antonino Freire”, em homenagem a um dos seus fundadores. Mas padronizamos a forma para nos referir a essa instituição ao longo do trabalho, utilizando a primeira denominação.

⁸ O processo de apropriação é a ação de tomar para si, incorporar nos pensamentos e nas ações, como pessoa ou grupo, as representações entendidas como as formas de perceber e compreender o mundo dando-lhe sentido.

⁹ Instituída pelo Decreto-Lei 8.530, de 2 de janeiro de 1946 (BRASIL, 1946b).

se caracteriza como um dispositivo utilizado pelo Estado, entre os que compunham as Leis Orgânicas do Ensino (LOE) e que eram voltados para “[...] regulamentar o cotidiano de professores e alunos¹⁰”. As referidas leis tiveram início em 1942 com a Lei Orgânica do Ensino Secundário (LOES¹¹) e visavam à organização, à padronização e à homogeneização do sistema educacional brasileiro¹².

O objeto de estudo se insere na linha de pesquisa “Formação Docente e Prática Educativa”, do Doutorado em Educação da Universidade Federal do Piauí. Certamente, seu estudo ajudará a ampliar as leituras sobre a história da formação dos professores primários piauienses, como prática cultural, contribuindo com a produção de interpretações que têm como referência contextos específicos.

A formação docente se constitui como centro de interesse para pesquisadores que consideram a relação existente entre ela e o processo de escolarização vivenciado no Brasil a partir do século XIX e que direcionam o olhar para a expansão das escolas primárias e normais. Os estudos voltados para a gênese e para o desenvolvimento da profissão docente trazem para o centro do debate a constituição e as transformações no campo educacional; os processos de escolarização; a constituição e o andamento da profissão docente; a feminização do magistério; as práticas educativas; entre outras temáticas¹³.

No levantamento do estado da arte sobre a história da formação docente, priorizamos as pesquisas direcionadas para a construção de uma visão integradora, as quais procuram articular as várias dimensões da profissão. Esse modo de proceder favoreceu a análise, de maneira simultânea e integrada, de diferentes dimensões que envolvem a formação, as instituições, os saberes, o exercício da docência, as relações com o estado, as formas de organização da categoria profissional, entre outros aspectos¹⁴. Possibilita a construção de leituras consistentes dos fenômenos relacionados à história da profissão docente, que tem ganhado espaço e se constituído como objeto de investigação nos principais programas de pós-graduação no Brasil e em diversos países, como Portugal, Espanha, França, Canadá, Estados Unidos e outros.

¹⁰ Hilsdorf (2003, p. 102).

¹¹ Instituída pelo Decreto-Lei 4.244, de 9 de abril de 1942.

¹² Para uma leitura mais aprofundada sobre as Leis Orgânicas do Ensino, consultar Romanelli (1986), Schwartzman; Bomeny; Costa (1984) e Dallabrida; Souza (2014).

¹³ A exemplo dos estudos de Stamatto (2002, 2011), Carvalho (2000), Catani (2000), Tanuri (2000), Diniz-Pereira (2002), Villela (2000, 2006).

¹⁴ Catani (2000) destaca estudos sobre a história da profissão docente que analisam esses aspectos de forma integrada.

Os estudos direcionados para análise integrada das múltiplas dimensões da profissão docente proporcionam um repensar da mesma e estabelecem relações com o surgimento da escola para as classes populares, criada e mantida pelo Estado, processo iniciado no Brasil no fim do Império¹⁵. Nessa perspectiva, consideramos a produção historiográfica voltada para o surgimento da escola normal a partir de contextos sociais específicos¹⁶; o processo de institucionalização da profissão e da carreira do professor primário¹⁷; a natureza dos saberes pedagógicos constituintes dos modelos formativos¹⁸; os métodos de ensino¹⁹. Esses trabalhos ajudaram a compreender o conjunto de transformações operadas na formação docente e no espaço escolar durante o período analisado.

No levantamento das pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação sobre a história da profissão e da formação, durante a vigência da LOEN, analisamos alguns trabalhos²⁰ que ajudaram a pensar sobre a apropriação da referida Lei e as mudanças provocadas no processo formativo dos docentes primários. Isso contribuiu para problematizar o objeto de estudo e identificar as representações, as práticas e as apropriações envolvendo a lei citada.

Na historiografia local, embora os estudos históricos não se caracterizem como estudos sobre a história da profissão docente, eles se direcionam para distintos processos envolvendo os professores no Piauí e sua formação ou para as instituições e as práticas educativas, apenas um trabalho se constitui em exceção²¹. Contudo, o conjunto dos trabalhos ajuda a entendermos as leituras históricas sobre a profissão e a formação docente no Piauí²².

¹⁵ Processo iniciado no Brasil no fim do Império. Sobre tal aspecto, ver considerações de Machado (2006) e de Villela (2006).

¹⁶ A exemplo do estudo de Villela (2006), que destaca as representações sobre a institucionalização da formação docente no século XIX a partir dos modelos formativos.

¹⁷ Stamatto (2002; 2011) aborda a institucionalização da profissão no período imperial e seu arcabouço jurídico.

¹⁸ Para Saviani (2009), as questões pedagógicas envolvidas na formação estão relacionadas às transformações sociais, assim como afirmam os trabalhos de Carvalho (2000), Catani (2000), Tanuri (2000), Diniz-Pereira (2002), Villela (2000, 2006) e Ibernón (2005).

¹⁹ Bastos (2006), Schelbauer (2006) e Auras (2005) desenvolveram pesquisas a respeito do uso do método intuitivo e de lições de coisas.

²⁰ Auras (2005), Barros (2011), Silva (2011) e Silva (2013) são exemplos de estudos que abordam diferentes aspectos do processo formativo docente.

²¹ Trata-se da dissertação de mestrado de Lopes (1996), que analisa a história da profissão docente no Piauí por meio do papel das normalistas no desenvolvimento da educação local.

²² Como exemplo, temos Brito (1996), que em seu livro trata da História da Educação piauiense, e Lopes (1996; 2001), que foca o processo de feminização e modernização da educação no Piauí. Outros estudos contemplam aspectos relacionados à formação dos professores primários, dentre os quais temos os de Macêdo (2005), de Melo (2005), de Mendes Sobrinho (2002) e de Soares (2004).

Temos, então, um campo aberto às pesquisas, em que certas especificidades, sobre o desenvolvimento da profissão e da formação docente no Piauí, necessitam ser estudadas em uma visão integradora. Nesse sentido, propusemo-nos a estudar o objeto articulando-o com a ação do Estado, a legislação educacional, a instituição formativa, as práticas educativas e pedagógicas, os modelos formativos instituídos²³, os saberes pedagógicos²⁴ definidos e o exercício profissional dos professores. Agindo assim, trouxemos para o debate as relações entre esses aspectos durante o período de 1947 a 1961.

A presente pesquisa se desenvolveu em um contexto específico, que é o Piauí, possuidor de características singulares em relação à evolução da modernização capitalista vivenciada no Brasil. O período em análise se trata de um momento ímpar para a educação e para a própria sociedade, pois, em meio a crises econômicas e políticas, processaram-se mudanças que favoreceram a prosperidade dos diversos campos sociais. Porém, as modificações, apesar de visíveis, não eram consideradas, pela classe política piauiense, suficientes para colocar o Piauí no ritmo de progresso dos demais estados brasileiros.

Para estudiosos locais²⁵, as modificações se processavam em ritmo próprio, nem sempre levado em consideração, decorrendo daí as classificações que enfatizam certa condição de atraso do Piauí em relação aos estados do Sudeste, impactando diretamente na forma de se compreender o contexto social. As posições teóricas são assumidas a partir de determinados referenciais, e os estudos citados, embora atribuam importância aos aspectos econômicos, têm colocado em questionamento a problemática do atraso do Piauí, procedendo a uma leitura do seu desenvolvimento e de suas singularidades, relacionando-as com os mais diversos campos sociais.

²³ Os modelos formativos docentes representam construções que envolvem concepções, proposições teóricas e técnicas expressas em práticas socialmente contextualizadas e orientam o processo de constituição dos professores. São construções discursivas, configuram as práticas educativas. Como estruturas representativas, servem para compreender e orientar a formação docente. Estudá-los, buscar sua historicidade, ajuda a desenvolver um olhar inquisitivo sobre os modos de se pensar a profissão docente, o profissional e as práticas voltadas para sua constituição.

²⁴ Os saberes pedagógicos aqui abordados, são “[...] doutrinas ou concepções provenientes de reflexões sobre a prática educativa no sentido amplo do termo, reflexões racionais e normativas que conduzem a sistemas mais ou menos coerentes de representação e de orientação da atividade educativa”. Os saberes são compreendidos como conhecimentos incorporados às nossas práticas, são construções teóricas organizadas e transmitidas via processo de formação (TARDIF, 2008, p. 37).

²⁵ Como Domingos Neto (2010), Martins et al. (2002) e Medeiros (1996).

Atentar para os modos de posicionamento em relação à situação do Estado tornou possível compreender como, no curto espaço temporal de quatorze anos, processaram-se transformações nas representações que circulavam e davam conta de novas conjunturas sociais do Piauí, principalmente em relação ao desenvolvimento educacional. Assim, focamos nos aspectos culturais internos e externos configuradores do contexto local, ampliando as interpretações sobre as “[...] condições de marginalização do estado como unidade produtiva²⁶” e suas possíveis relações com os campos²⁷ político, econômico e educacional.

Vinculamo-nos às posturas explicativas que consideram as particularidades locais, sua historicidade, os aspectos culturais, pois tais visões ampliam as explicações centradas no atraso ou isolamento em relação aos demais estados do Brasil. Elas apresentam algumas lacunas, os processos internos e externos nem sempre são levados em consideração, interferindo de forma negativa na compreensão da dinâmica social e da condição periférica do Piauí em relação à expansão capitalista. Coadunamo-nos com os estudos que enfatizam a citada situação do Estado em relação ao processo de modernização baseado no referido sistema²⁸ e com as explicações focadas nas mudanças culturais e nas suas singularidades.

No tocante à educação, em nossas análises sobre a apropriação da LOEN, concentramos a atenção nos ensinos primário e normal, situando as ações governamentais voltadas para o campo educacional e relacionando-as ao processo de aceleração da modernização²⁹ da sociedade, vivenciado internamente a partir dos primeiros anos do século XX³⁰. Isso nos permitiu pensar historicamente e de forma integrada a formação docente por meio das representações, das práticas determinadas pela legislação da educação e desenvolvidas na Escola Normal Oficial

²⁶ Martins et al. (2002, p. 148).

²⁷ Entendidos como espaços sociais estruturados, com certa autonomia, em que pessoas disputam o poder das posições desses espaços (BOURDIEU, 2007).

²⁸ Domingos Neto (2010, p. 28) rompe com os discursos da dualidade entre as áreas atrasadas e o sul desenvolvido e convida a pensar as formulações acadêmicas que integram as práticas constituintes das desigualdades estruturadas pelo capitalismo. Para o autor, as diferenças do Piauí foram acentuadas na Primeira República pelas ações da elite republicana, as quais “endossaram políticas que aprofundavam as desigualdades regionais e negavam perspectivas promissoras aos habitantes de áreas como o Vale do Parnaíba”, região onde se situa o Piauí.

²⁹ O termo se refere às mudanças vividas no período de surgimento da modernidade e, na atualidade, é empregado para se referir às transformações vertiginosas ocorridas nos contextos sociais provocadas por valores e modos de pensar tidos como modernos e científicos. Assim, “[...] o processo de modernização se expande a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo.” (BERMAN, 1988, p. 16).

³⁰ Nascimento (2002) analisa o processo de modernização ocorrido em Teresina a partir de 1900.

do Piauí; dos saberes relacionados à tal formação, permitindo problematizarmos o papel do estado na definição, na configuração da profissão docente e na elaboração da legislação de ensino.

Entendemos as representações como construções simbólicas de dados grupos sociais sobre contextos específicos. Elas nos possibilitam ter uma identidade social, exibir uma maneira própria de ser, significar simbolicamente um estatuto e uma posição, marcar de modo visível a existência dos grupos e de seus interesses. Servem para dar inteligibilidade ao mundo. Devem ser consideradas como “[...] esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro se torna inteligível e o espaço pode ser decifrado”³¹.

As representações são expressões da cultura, resultantes das motivações e das necessidades sociais. “[...] seus usos numa dada sociedade não se organizam necessariamente segundo divisões sociais prévias, identificadas a partir de diferenças de estado e de fortuna³²”, devem ser pensadas como uma “[...] pluralidade das clivagens que atravessam uma sociedade e à diversidade dos empregos de materiais ou de códigos partilhados³³”.

Por se tratar de construções simbólicas, as representações dão sentido ao mundo e são institucionalizadas por meios diversos, demandando práticas específicas envolvidas em suas elaboração e apropriação. Expressam os significados sociais direcionadores de nossos atos, e as utilizamos no “[...] trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade”³⁴. São favorecedoras de um intercâmbio entre as classes sociais, e, por meio de sua análise, podemos perceber como elas são mobilizadas, reelaboradas e incorporadas às dinâmicas sociais. Assim, nas situações de uso, dão-se a elaboração e a apropriação das representações.

O Estado instituiu, por meio das determinações da LOEN, certas práticas educativas e pedagógicas a serem desenvolvidas no interior da Escola Normal Oficial do Piauí. A análise da referida Lei possibilitou identificar as especificidades, as relações e as tensões constituintes do processo de formação docente, favorecendo a compreensão de sua organização.

³¹ Chartier (1990, p. 17).

³² Idem (1991, p. 177).

³³ Idem.

³⁴ Idem (p. 183).

A formação de professores se desenvolve pela mediação das representações e das práticas de apropriação, não ocorre somente pelas determinações legais e pela definição dos conhecimentos configuradores do modelo formativo. Se assim fosse, estaríamos negando "[...] não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles"³⁵.

Desse modo, analisamos as práticas educativas e pedagógicas³⁶ porque elas se constituem em ações reveladoras das representações e das formas de apropriação da LOEN. As práticas educativas são ações direcionadas, por diferentes sujeitos e classes sociais, para os processos de socialização dos membros da sociedade. São ações histórico-culturais e se desenvolvem por meio de mediações simbólicas, favorecendo a formação dos envolvidos. Por sua vez, as práticas pedagógicas são ações educativas intencionais, estruturadas a partir de saberes pedagógicos, e visam, por meio da interação, favorecer a apropriação e a produção de certos saberes por intermédio de processos educativos sistematizados e trabalhados, principalmente, via escola.

Consideramos os sentidos, os usos³⁷ das representações, seus elementos fundantes que se revelam nas práticas culturais direcionadoras da forma de ser e pensar. Por seu intermédio, é possível compreender os modos como se dão a incorporação das representações sociais, trabalhadas por meio da noção de apropriação³⁸ que, como processo de recepção das representações, deve ser pensada por meio das práticas de usos, sem se esquecer de relacioná-las aos seus determinantes.

Dessa maneira, tão importante quanto focar os processos envolvidos na produção das representações é destacar as suas formas de apropriações e considerar que elas são "[...] construídas na descontinuidade das trajetórias históricas"³⁹. Nesta pesquisa, a descontinuidade se deu pela negação de um modelo de formação e pela substituição dele por outro, pela negação da legislação existente e de certas práticas pedagógicas e afirmação de outras.

³⁵ Chartier (1991, p. 177).

³⁶ Para uma discussão pormenorizada dos conceitos de práticas educativa e pedagógica, consultar Libâneo (1994), Franco (2008), Sousa (2009) e Pimenta (2002).

³⁷ Certeau (2008) foca os usos que os sujeitos sociais fazem das representações. As práticas de apropriação são reveladoras das representações e dos modos de agir.

³⁸ Chartier (1990).

³⁹ Idem (1991, p. 180).

Diante do exposto, a formação docente é entendida como um aspecto cultural, constituído pela relação interativa entre representações, práticas e apropriação ou entre a forma de simbolizar, a de fazer e a de incorporar a cultura, processos considerados resultantes das motivações e das necessidades sociais direcionadas aos professores primários do Piauí. Assim, por meio das análises dos citados processos, procuramos trazer à tona as posições e as filiações epistemológicas assumidas por seus produtores, além de captar os sentidos e as finalidades das representações em contextos específicos.

Formulamos a tese de que a apropriação da LOEN, como expressão da política nacional a ser seguida pelos estados brasileiros durante os anos de 1947 a 1961, provocou mudanças no processo formativo dos professores primários piauienses. Sua apropriação se deu por meio da legislação de ensino e dos sujeitos envolvidos, que, ao tomarem para si as prescrições legais, direcionando-as de acordo com as expectativas sociais do momento e da categoria, em um embate entre as prescrições legais, as especificidades locais e o corpo docente.

A apropriação das determinações legais é uma ação complexa, solicitando análises direcionadas ao contexto de surgimento da legislação educacional, às práticas instituídas para suas elaboração e apropriação e às ações dos atores sociais que se apropriam de determinadas leis e práticas e as ressignificam, sem ignorar o fato de que as apropriações se dão nos campos sociais por meio de disputas e precisam ser reveladas a fim de compreendermos os processos envolvidos.

Dessa forma, a apropriação da LOEN, como um fato histórico, socialmente construído, politicamente determinado foi analisada seguindo uma abordagem cultural, observando as interações sociais configuradoras das expressões culturais dos grupos sociais. De tal modo, o enfoque teórico escolhido tornou possível analisarmos a formação do professor primário piauiense relacionando-a às determinações da LOEN e a um contexto bem mais amplo, extrapolando a constituição profissional sob a centralidade do Estado e incluindo-a em relação a outros elementos envolvidos em sua definição.

Alinhamo-nos ao pensamento dos historiadores da Educação que analisam a profissão docente a partir de campos de disputa⁴⁰, envolvendo aspectos sociais,

⁴⁰ Como ressalta Bourdieu (2007), a sociedade é composta por um sistema de relações, de concorrência e de conflitos entre os grupos situados em posições diferentes no interior do social,

políticos, educacionais e expressões culturais de certos grupos sociais. Essa postura nos permitiu compreender como se constituíram os diferentes fatos históricos ligados à educação e à formação docente, de forma a apreender como um dado grupo construiu ou superou as representações direcionadoras de suas formas de ver e de viver e como novas construções culturais passaram a influenciar tal grupo, proporcionando inventar, por meio de representações e de práticas, formas de ser e de viver que foram apropriadas pelos sujeitos sociais⁴¹.

Diante das possibilidades oferecidas pela temática, levantamos como principal questionamento: como ocorreu, no Piauí, a apropriação da Lei Orgânica do Ensino Normal (LOEN), como ação definidora da formação de professores a ser seguida pelos estados brasileiros durante os anos de 1947 a 1961? Outras questões foram feitas: quais as mudanças provocadas na formação dos professores do ensino primário no Piauí? Como se caracterizava a educação primária e o ensino normal no Piauí nos anos de 1947 a 1961 frente à implantação da LOEN? Como a LOEN modificou o processo formativo dos docentes primários e as práticas pedagógicas dos professores da Escola Normal Oficial do Piauí? Que saberes pedagógicos influenciavam o modelo formativo vigente na época em estudo? Quais as relações existentes entre o modelo de formação definido na LOEN e suas possíveis consequências na constituição profissional dos professores primários? Quais os reflexos dessa ação na profissão docente?

Objetivamos refletir sobre a apropriação da LOEN e as alterações provocadas na formação dos professores primários piauienses, considerando a legislação educacional, as transformações na educação primária, no ensino normal, na profissão docente e na organização da Escola Normal Oficial do Piauí nos anos de 1947 a 1961; analisar as representações em torno do professor primário piauiense e as mudanças na conformação de sua formação, considerando o contexto social e a legislação educacional; analisar a formação docente a partir das determinações estabelecidas na legislação federal e estadual durante o período em estudo; destacar os modos de apropriação da LOEN por meio das práticas

compondo os vários campos. Vistos como espaços de batalha resultantes das condições sociais e de um sistema simbólico envolvendo ideologia e poder. São espaços estruturados a partir de posições não equivalentes, onde seus agentes estão em concorrência. Também são compostos por uma rede de relações objetivas e de determinações impostas a seus ocupantes, seguindo uma lógica específica que os diferenciam uns dos outros.

⁴¹ Certeau (2008), em sua teoria das práticas, distingue nessa dinâmica social maneiras de fazer (práticas), maneiras de pensar (representações) e estilos de ação (apropriação).

pedagógicas desenvolvidas pelos professores da Escola Normal Oficial do Piauí e dos saberes pedagógicos constituintes do modelo de formação vigente na época em estudo.

Na definição do recorte espaço-temporal, focamos o Piauí dos anos de 1947 a 1961, considerando o desenvolvimento da educação primária e do curso normal, pois as alterações instituídas pela LOEN não ficaram restritas às escolas normais, mas afetaram outros níveis de ensino. Tomamos como marco inicial o ano de 1947, quando houve a adequação da legislação educacional local sobre a formação dos professores primários às prescrições da LOEN, direcionando esse processo até 1961, ano de promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação⁴², sendo novas mudanças foram estabelecidas.

Centramos nossa atenção na capital, Teresina, onde se situava a Escola Normal Oficial do Piauí, que, desde a sua fundação, em 1910, constituiu-se como centro de referência na formação docente e se tornou um importante espaço de divulgação das inovações pedagógicas no estado, servindo como modelo para as demais escolas normais⁴³.

Situamos a pesquisa na abordagem da Nova História Cultural⁴⁴, a qual se posiciona a favor da expansão de novas abordagens, antes consideradas pouco nobres. A referida perspectiva trouxe para a investigação uma ampliação de fontes e de objetos de investigação, deu aos pesquisadores maior liberdade de ação⁴⁵ e ofereceu possibilidades de estudo que abrangem não só os sujeitos e as agências produtores da cultura, mas os meios pelos quais ela é produzida e transmitida por variadas práticas.

A Nova História Cultural nos oportunizou compreender, por meio do estudo da cultura, como se constituiu dado fato social⁴⁶, possibilitando diferentes análises das representações, das práticas e das apropriações culturais presentes na

⁴² Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961).

⁴³ Até o final da década de 1940, o curso normal era oferecido na Escola Normal Oficial do Piauí e no Colégio Sagrado Coração de Jesus (Colégio das Irmãs). No interior do estado, na Escola Normal de Parnaíba e na Escola Normal Municipal de Floriano, sendo que esta se diferenciava das demais em relação ao tempo da formação, de três anos, como nas outras escolas normais era de cinco anos.

⁴⁴ “[...] campo historiográfico que se torna mais preciso e evidente a partir das últimas décadas do século XX [...] é particularmente rica no sentido de abrigar no seu seio diferentes possibilidades de tratamento [...]” (BARROS, 2004, p. 55).

⁴⁵ Burke (2004) discute o que é a História Cultural.

⁴⁶ Chartier (1990).

sociedade piauiense e que, sob a influência da LOEN, fundamentaram a formação dos professores primários durante o recorte temporal.

Pesquisar o objeto de estudo por meio dessa abordagem demandou uma leitura interdisciplinar dele, bem como o uso de diferentes métodos, de forma a captar a multiplicidade de elementos envolvidos em sua composição, seus conflitos e suas contradições. Se revelando o conhecimento gerado como uma produção cultural relacionada a um contexto social específico, produzida de diversas formas⁴⁷.

Os marcos teórico-conceituais foram definidos ao longo do processo, sendo ajustados conforme cada etapa deste trabalho, de acordo com as escolhas pertinentes ao objeto de estudo e concernentes à pesquisadora e produtora de uma escrita definida a partir de um lugar social. Assim, o trabalho científico integra diferentes níveis de operacionalização e de complexidade⁴⁸, reveladores da forma de procedermos durante o planejamento, a definição do método⁴⁹ e o desenvolvimento do trabalho, fases que extrapolam a dimensão técnica e se inserem em perspectiva epistemológica, compondo a topografia do estudo produzido.

Os passos da pesquisa foram traçados durante a definição do objeto de estudo e da revisão do estado da arte sobre a história da profissão e da formação docente. Outra preocupação se direcionou para a seleção das fontes⁵⁰, por meio das quais construímos uma leitura de determinados aspectos da vida cultural, levando-nos a questioná-las e perceber a dinâmica de dada sociedade.

Ao iniciar nosso trabalho, consideramos as prerrogativas estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 8.530, de 02 de janeiro 1946⁵¹, como elemento definidor da formação de professores por meio de um currículo proposto, e as mudanças instituídas por intermédio de suas determinações. Outro marco legal foi o Decreto-Lei nº 1.402, de

⁴⁷ Chartier (1990). Segundo o autor, os conceitos de representações e práticas são bastante utilizados na produção historiográfica fundamentada na abordagem da Nova História Cultural.

⁴⁸ O nível teórico-metodológico revela os pressupostos epistemológicos, gnosiológicos e ontológicos que compõem a matriz paradigmática da pesquisa e explicitam as decisões de todo pesquisador. Gamboa (2012) aprofunda a discussão sobre a base epistemológica das investigações científicas.

⁴⁹ O método representa, epistemologicamente, as diversas maneiras como se constrói o social, as formas como nos aproximamos do objeto de estudo e construímos o conhecimento, o modo como construímos os elementos determinantes da pesquisa. “Por meio dele, o sujeito organiza ativamente a sua experiência intelectual, em um constante intercâmbio entre o momento propriamente empírico e o teorizador.” (GRESPLAN, 2011, p. 295). Como técnica, refere-se aos instrumentos e às maneiras como os empregamos na coleta de dados utilizados na produção do conhecimento.

⁵⁰ Pinsky (2011) faz uma discussão aprofundada a respeito das fontes históricas, suas escolhas e sua importância.

⁵¹ O referido Decreto instituiu a Lei Orgânica do Ensino Normal (LOEN) e estabeleceu as diretrizes nacionais para esse ramo de ensino. Serviu de referência para os Estados fazerem a adequação da legislação educacional às suas determinações (BRASIL, 1946b).

27 de janeiro de 1947, que adaptou a legislação de ensino local às determinações da LOEN⁵². Assim, decidimos fazer uso de um *corpus* documental, considerando, primeiramente, a legislação do ensino normal e, de forma complementar, a do ensino primário, material composto por relatórios e mensagens governamentais de 1946 a 1961, decretos, leis e portarias⁵³.

Utilizamos os documentos da Escola Normal Oficial do Piauí existentes no arquivo do Instituto de Educação Antonino Freire, incluindo os regimentos de ensino, os programas das disciplinas do curso de formação no período de 1947 a 1961, os históricos dos alunos, os diplomas expedidos pela Instituição, livros contendo número de matrículas, listas nominais dos alunos matriculados e dos concludentes do curso normal, teses dos professores, atas de concursos realizados e as cadernetas escolares dos anos de 1944 a 1961, por considerá-las fontes reveladoras do cotidiano da sala de aula.

As pesquisas em arquivos demandam que nos apropriemos de procedimentos imprescindíveis em relação à localização, ao manuseio das fontes, ao registro por meio de máquina fotográfica e que o pesquisador estruture seu próprio arquivo, dando-lhe uma ordenação lógica. Os arquivos, de uma forma geral, têm uma lógica⁵⁴ a ser apreendida. É local de encontro com as fontes que precisam ser confrontadas com certas indagações para que adquiram sentido.⁵⁵

A pesquisa documental ajuda a tornar mais complexa a abordagem do problema, obrigando o investigador a refletir sobre o objeto de estudo. Nos arquivos visitados, tivemos acesso a diversos textos produzidos por políticos, por dirigentes educacionais e por professores da época, tendo a análise de tais documentos ajudado na compreensão das representações envolvendo a sociedade em estudo, a educação, o professor primário, o cotidiano e a apropriação da LOEN.

Durante os momentos de coleta das fontes nos arquivos, deixamo-nos absorver pela dinâmica da ação de pesquisar, e confirmamos:

⁵² O Estado do Piauí, por meio do Decreto-Lei 1.402, de 27 de janeiro de 1947, fez a adaptação do ensino normal à nova legislação, alinhando-se às políticas educacionais nacionais (PIAUI, 1947a).

⁵³ Parte destes documentos se compõe como fontes hemerográficas, presentes nos jornais O Diário Oficial, O Piauí, O Comércio e Jornal Resistência, que circulavam no período e foram localizados no Arquivo Público Casa Anísio Brito.

⁵⁴ Sobre a lógica de funcionamento do arquivo, consultar Castro (2008), Farge (2009) e Barcellar (2011).

⁵⁵ Farge (2009) analisa os riscos e os desafios do trabalho de pesquisa em arquivos.

Nas salas de arquivos, os cochichos enrugam a superfície do silêncio, os olhos se perdem e a história se decide. O conhecimento e a incerteza misturados se ordenam em uma ritualização exigente onde a cor das fichas, a austeridade dos arquivistas e o cheiro dos manuscritos servem de balizas para um mundo sempre iniciático. Além do manual de instruções, sempre ubuesco, encontra-se o arquivo. A partir daí começa o trabalho.⁵⁶

Nas salas dos arquivos, temos a sensação de que tudo depende do olhar apurado, das boas fotografias, da disponibilidade de materiais para consulta e das emoções dos achados. O contato com uma variedade de documentos da época provocou a felicidade do encontro. Os olhos começaram a esquadrihá-los à procura da legislação educacional e de outros textos que oportunizem entender a organização e o funcionamento da educação local e explicar como ocorreu o processo de apropriação da LOEN.

Da alegria do encontro com as fontes, depositadas nestes espaços de guarda, deparamo-nos, em seguida, com o seu silêncio à espera dos questionamentos e do estabelecimento de relações com outras fontes. Desse modo, a partir daí, surgiram informações que possibilitaram discutir a educação primária, o ensino normal, a formação docente e a apropriação da LOEN. Verdadeiros momentos de investigação de partes de uma história a ser contada.

A investigação em arquivos demanda tempo e disciplina do pesquisador. A demora maior foi em relação ao da Escola Normal Oficial do Piauí, pois esta Instituição não dispõe de catálogos, nem de servidores que orientem a busca do material guardado em vários armários e fichários. Deparamo-nos com a falta de organização da maioria dos documentos arquivados, com exceção dos fichários com os históricos dos alunos. Fontes como as atas de concurso, os livros de matrícula, os diários de classe não estão catalogados, mas empilhados em vários armários e estantes, sem as devidas precauções para a preservação do acervo escolar, da memória e da formação dos professores primários no Piauí, dura realidade presente nas escolas de uma forma geral.

A falta de ordenação dos acervos escolares dificulta o trabalho do pesquisador e o torna ainda mais demorado. A busca aleatória em papéis desorganizados faz a pesquisa tornar-se penosa, gerando certa angústia e

⁵⁶ Farge (2009, p. 54).

ansiedade frente ao tempo do pesquisador. Muitos documentos não são localizados, e dispomos apenas de três anos para o término do doutorado. Assim, procuramos iniciar pelos históricos escolares organizados por ano de conclusão do curso e por ordem alfabética dos nomes das concludentes. Em seguida, direcionamos nossa atenção para os livros de matrícula, para as atas de concurso e diários de classe. Localizamos, entre as pilhas de diários de classe, as que pertenciam ao Curso de Formação de Professores Primários, identificamo-las e as ordenamos por série e ano.

Essa ação levou em consideração que

O contato com documentação e objetos desorganizados, em instituições fechadas ou em funcionamento, coloca, desde logo, a necessidade de uma limpeza e organização prévias, de forma que se estabeleçam o quadro temporal e a origem da produção desses artefatos. Nesse processo, procura-se definir séries, determinar a data, a proveniência e a autoria.⁵⁷

Conseguimos localizar 306 diários de classe dos anos de 1947 a 1961, incluímos 135 diários de 1944 a 1946, totalizando 441 documentos catalogados, e escolhemos analisar de forma detalhada os da disciplina Prática de Ensino. Acreditamos que, por meio de sua análise, aproximarmos-nos-íamos dos saberes pedagógicos orientadores das ações docentes⁵⁸, das práticas desenvolvidas na Escola Normal Oficial do Piauí e das direcionadas para as escolas primárias.

Complementamos as fontes com obras literárias e autobiográficas⁵⁹, pois, ao retratarem o contexto social da época estudada, elas nos possibilitaram conhecer as representações e nos ajudaram na caracterização do cenário educacional piauiense dos anos de 1947 a 1961. Por meio dos textos autobiográficos, temos uma escrita de si, a interpretação de determinados sujeitos de um contexto e sobre fatos por eles vivenciados, favorecendo-nos o conhecimento de experiências e de trajetórias pessoais e a possibilidade de relacioná-las com o objeto da pesquisa, além de podermos elaborar memórias diferenciadas⁶⁰ de dados fenômenos educativos.

⁵⁷ Felgueiras (2011, p. 77-78).

⁵⁸ Os saberes pedagógicos fundamentam a prática docente, historicamente construída e socialmente contextualizada. São discutidos no texto de Franco (2008): "Entre a lógica da formação e a lógica das práticas: a mediação dos saberes pedagógicos".

⁵⁹ Utilizamos como fontes complementares H. Dobal (1999), Furtado (1990) e Monteiro (2015).

⁶⁰ Lopes (2006) aborda sobre o uso da escrita autobiográfica como fonte para a História da Educação.

Também utilizamos narrativas orais de quatro ex-alunas da Escola Normal Oficial do Piauí que viveram experiências envolvendo a formação profissional e as práticas no interior da instituição pesquisada, a partir das definições prescritas pela LOEN. A opção por trabalhar com a história oral se deu porque as representações são expressas por meio de discursos e são produtoras de ordenamentos, de afirmações, de distâncias e de divisões, formam o imaginário social de dada época e se propagam em diferentes práticas.

As memórias das entrevistadas se constituíram em um recurso para nos aproximar das representações presentes no período em estudo, das formas de apropriação da LOEN e das mudanças provocadas na formação docente. O uso da história oral oferece maior possibilidade de apreensão, de registro e, eventualmente, de um trabalho analítico sobre experiências de pessoas e de grupos dispostos a deixar testemunhos ou que são convidados, por meio da fala, a transformar sua experiência em documentos escritos⁶¹.

Com a história oral, podemos ouvir diferentes sujeitos, criar oportunidades de eles serem ouvidos⁶² e produzir relatos históricos por intermédio das memórias, das vivências de sujeitos sociais, que constroem o passado por meio do presente⁶³. Ouvir os sujeitos envolvidos com a temática de estudo nos possibilitou resgatar parte de uma história silenciada, conhecer suas memórias, suas representações e suas apropriações a respeito do processo em análise. Identificar certas práticas educativas desenvolvidas no interior da escola em estudo e compreender os modos como a LOEN foi apropriada, as mudanças provocadas e as resistências à sua apropriação.

A memória é um processo ativo de criação de significações, e um dos exercícios necessários ao historiador é problematizá-la, colocando em evidência as representações envolvidas, a maneira por meio da qual as pessoas percebem dada época e estabelecem relações com aquilo que as suscitou no real, sendo o passado interpretado a partir do presente. Trabalhar com as narrativas orais sobre a formação docente favoreceu a aproximação com as determinações estabelecidas nas

⁶¹ A respeito da importância da História Oral, consultar Meihy; Holanda (2007) e Portelli (1996).

⁶² Conforme ressaltam Lopes e Galvão (2001), ultimamente tem ocorrido, de forma crescente, uma valorização dos sujeitos como a criança, a mulher e o índio e um alargamento de fontes, até então, tidas como pouco confiáveis e científicas.

⁶³ Portelli (1996) trabalha a memória como fruto de um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. É uma representação do real e entrelaça a subjetividade e a realidade objetiva dos fatos.

legislações federal e estadual no período de 1947 a 1961 e, sobretudo, com as práticas educativas dos docentes da Escola Normal Oficial do Piauí, ajudando na compreensão do processo de apropriação das determinações da LOEN, das mudanças estabelecidas, do modelo formativo instituído e dos saberes orientadores das ações docentes.

As narrativas orais foram coletadas a partir de entrevistas gravadas, utilizando a história oral temática⁶⁴. Na escolha das entrevistadas, consideramos o fato de elas, preferencialmente, terem sido ex-alunas do curso de formação de professores primários e terem vivenciado práticas educativas na Escola Normal Oficial do Piauí durante o período de 1947 a 1961. No processo de identificação das quatro participantes, as indicações dos funcionários do Instituto de Educação Antonino Freire e de parentes dos sujeitos selecionados foram fundamentais.

Estabelecemos contato, marcamos uma visita para esclarecermos os objetivos da pesquisa e convidar as ex-alunas para compartilharem de suas vivências no curso de formação no interior da Instituição em estudo. Ao aceitarem o convite, agendamos os dias das entrevistas e as interlocutoras assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O uso dessa diversidade de documentos favoreceu uma visão ampla do objeto de estudo, favoreceu encontros com diferentes textos e promoveu maior possibilidade de confronto dos fatos. De posse da legislação educacional, dos documentos escolares e das entrevistas, procedemos à leitura e à análise. Entrecruzamos as diversas fontes, o que favoreceu a compreensão das representações, das práticas e das apropriações ocorridas no espaço da referida escola e direcionadas para a formação dos professores primários, construindo, assim, uma leitura sobre o desenvolvimento da história desse processo por meio dos saberes trabalhados, das práticas desenvolvidas, das mudanças e das permanências no sistema de ensino. Isso provocou, também, que percebêssemos a ação do Estado, os usos do poder e de recursos para assegurar certo controle da profissão.

Analizamos os documentos a partir dos contextos de produção, de maneira a revelar os interesses de quem os produziu. Na análise, o documento, além de ter

⁶⁴ Entrevistas temáticas versam sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, tendo por eixo sua vivência e sua experiência (ALBERTI, 2011).

sido contextualizado, foi submetido à crítica⁶⁵, envolvendo a aferição, o confronto, a justaposição, a identificação de mudanças, as permanências, os conflitos e as resistências, processos que objetivam ressaltar, nos discursos, o contexto da produção, seus produtores, os modos de sua circulação, as representações presentes e as práticas utilizadas para a sua apropriação.

Ao trabalhar com documentos escritos, a tarefa do historiador, além de desvelar e de destacar os motivos e as condições de sua produção, deve ser a de “[...] captar, a partir da documentação, detalhes que são reveladores do cotidiano, do imaginário, das peculiaridades de um grupo social, das suas resistências, das suas práticas e modos de vida”⁶⁶. Esse modo de proceder se relaciona à forma de produzir o relato histórico e possibilita o uso de diferentes procedimentos na composição dos dados.

Empregamos a análise cruzada⁶⁷ entre as fontes e destacamos temáticas de análise envolvendo as representações; as apropriações da legislação pelos professores e pelas alunas; as mudanças provocadas pela LOEN na legislação de ensino, na formação dos docentes primários piauienses e na Escola Normal Oficial do Piauí; as práticas instituídas; as determinações em relação ao trabalho docente; os modelos formativos e os saberes pedagógicos vigentes na época em estudo.

Esse modo de proceder favoreceu a identificação das representações construídas em torno da formação dos professores primários, das práticas educativas desenvolvidas na Escola Normal Oficial do Piauí e das apropriações da LOEN. Na interação entre sujeito e fonte, surgiram as interpretações, o conhecimento histórico a ser comunicado e cuja escrita é fruto da combinação de um lugar social ocupado pelo historiador e das práticas científicas. Em sua escrita,⁶⁸ o pesquisador reflete as relações com “os poderes que o governam⁶⁹”. Todas as suas ações surgem a partir do local ocupado e dos grupos nos quais se insere, havendo uma interação entre o sujeito produtor do conhecimento e os meios utilizados nessa

⁶⁵ Barcellar (2011, p. 61-62 e 71) destaca algumas preocupações relacionadas ao momento de análise e de interpretação das fontes.

⁶⁶ Barros (2013, p. 101).

⁶⁷ As fontes devem ser analisadas não de forma isolada, sem relação uma com as outras. Elas representam textos com diferentes funções e devem ser avaliados justapostos, comparados entre si.

⁶⁸ A escrita histórica “[...] se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas” (CERTEAU, 1982, p. 66).

⁶⁹ Certeau (2005).

produção. Dessa maneira, “[...] o historiador sempre escreve seu texto de um lugar do mundo social e no tempo, ao mesmo tempo ele mesmo pode se transformar a partir de sua própria experiência com as fontes”⁷⁰.

Assim, as diferentes etapas da pesquisa culminaram na produção escrita da tese de doutoramento, que, além desta seção introdutória, foi estruturada em três eixos de discussão. Na segunda, discutimos o processo de elaboração da reforma do ensino normal sob a influência das LOE, os atores envolvidos nessa ação e o contexto de sua elaboração e de seu desenvolvimento. Apresentamos uma caracterização da organização, do funcionamento do ensino primário e do normal e da profissão dos docentes primários no Piauí nos anos de 1947 a 1961, destacando as representações sobre eles, os saberes e as alterações em sua formação e atividades.

Na terceira seção, analisamos a apropriação da LOEN, entrecruzando suas determinações com as práticas educativas desenvolvidas na Escola Normal Oficial do Piauí; ressaltamos as mudanças provocadas na Instituição, no seu corpo docente, no funcionamento e na organização do curso normal, de maneira a destacar as formas de apropriação da referida Lei no contexto local.

Na quarta seção, dispusemos as análises das práticas educativas e pedagógicas desenvolvidas pelos docentes no interior da Escola Normal Oficial do Piauí, de forma que, por meio do cruzamento entre as práticas instituídas pela LOEN e as desenvolvidas na citada Instituição, e da análise do modelo de formação estabelecido, evidenciamos o processo de apropriação da LOEN na conjuntura local.

Destacamos as representações, as práticas e as apropriações direcionadoras do processo formativo dos professores primários, buscando compreender como se deu sua constituição profissional e as possíveis alterações nas práticas. Por fim, nas considerações finais, ressaltamos os processos formativos vivenciados no Curso de Formação dos Professores Primários definido pela LOEN, a ação do Estado como um normatizador de tal processo, e o modo como, entre estratégias e táticas, o processo formativo dos docentes piauienses se configurou no período de 1947 a 1961.

⁷⁰ Barros (2013, p. 85).

2 AS TESSITURAS DA REFORMA DO ENSINO NORMAL NO PIAUÍ

*“Por otra parte, al referirnos a los objetivos o propósitos de una reforma educativa y a la adecuación a los mismos de sus efectos y consecuencias, el historiador debe distinguir entre los propósitos explícitos y los no dichos o implícitos, a veces incluso negados. Es decir, entre el discurso teórico o retórica discursiva de la reforma y los objetivos ocultos, cuando se detecten, de la misma”.*⁷¹

Deparamo-nos com a necessidade de pensar sobre as tessituras, os encadeamentos, as ligações envolvidas em certos fatos históricos, e, bailando em nossa frente, surgiram diversas tramas. Quando percebemos estávamos envolvidos e imersos na História da Profissão Docente das normalistas piauienses. Nesse ínterim, ao propor o desafio de refletir sobre a apropriação da LOEN e as mudanças provocadas na formação dos professores do ensino primário piauiense durante os anos de 1947 a 1961, tornou-se imperativo pensar o contexto em que a reforma ocorreu, as alterações direcionadas ao ensino normal e os sujeitos envolvidos em sua elaboração, de forma a nos aproximarmos das ações dos reformadores e das modificações nas práticas educativas.

Uma reforma educacional envolve aspectos ideológicos, políticos, institucionais, financeiros, legais, protagonistas, transformações e continuidades, elementos nem sempre explícitos⁷². Para além desses, é preciso evidenciar, por meio das práticas educativas, seus movimentos, adentrar nas instituições escolares onde elas se materializam e estudá-las tendo como referência a cultura escolar. Caso contrário, corremos o risco de esvaziar seu caráter histórico.

A reforma do ensino normal, de 1947, instituída a partir da LOEN, ocorreu em um período de redemocratização, caracterizado como um momento político

⁷¹ “Por outro lado, quando nos referimos aos objetivos ou propósitos de uma reforma da educação e seus efeitos e consequências, o historiador deve distinguir entre fins explícitos e não ditos ou implícitos, às vezes até mesmo negado, ou seja, entre o discurso teórico ou a retórica discursiva da reforma e os objetivos ocultos na mesma.” (VINÃO, 2002, p.71).

⁷² Vinão (2002) destaca a conveniência de se estudar as reformas educativas a partir das mudanças e das continuidades.

conturbado e repleto de mudanças na formação dos professores primários, na organização do ensino primário e do ensino normal, no espaço da instituição formadora e nas práticas desenvolvidas em seu interior.

As transformações no campo educacional se relacionam a outros domínios sociais. Atentando para isso, buscamos compreender os antecedentes da elaboração e da implantação da reforma em estudo e os envolvidos nessas ações. Nesse intuito, analisamos uma diversidade de textos oficiais, tais como leis, decretos, portarias, mensagens governamentais, ofícios e editais. As legislações educacionais federal e estadual, direcionadoras dos ensinos primário e normal, assumem, assim, papel de destaque. Sua análise possibilitou ressaltar aspectos da educação piauiense, da formação e da profissão do professor primário.

Para melhor compreensão, dividimos as reflexões em dois subperíodos. O primeiro compreende do ano de 1947 ao início de 1951, período da gestão de José da Rocha Furtado, sendo perceptíveis as representações que caracterizavam a situação do Piauí como um momento de caos nos diversos campos sociais, colocando em evidência a situação de atraso do estado. Mas, durante esse governo, elaborou-se um conjunto de determinações legais que favoreceu a concretização das reformas do ensino primário e do ensino normal.

No segundo subperíodo, entre os anos de 1951 a 1961, ocorreram modificações nas representações sobre as condições econômicas durante as administrações de Pedro de Almendra Freitas (31.01.1951 a 31.01.1955), de Jacob Manoel Gayoso e Almendra (31.01.1955 a 31.01.1959), e de Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (31.01.1959 a 31.01.1963). Seus Governos foram marcados por ações políticas objetivando a modernização e a constituição de representações relacionadas à necessidade de progresso, que era impulsionado pela construção de estradas, pelo desenvolvimento do comércio e da agricultura e pela ampliação da oferta de educação. Esses fatos são reforçadores de que as representações são construções de determinados grupos sociais, ordenadoras do social.

Considerando esses dois subperíodos, nossas reflexões se centraram no contexto de elaboração da reforma do ensino primário e do ensino normal: nas mudanças em relação à formação, à profissão docente e ao exercício profissional dos professores primários piauienses nos anos de 1947 a 1961, destacando as relações existentes entre os citados elementos, as formas de organização e o funcionamento daquelas modalidades de ensino, as representações em torno dos

professores primários e as mudanças instituídas pelas Leis Orgânicas do Ensino (LOE), especialmente a Lei Orgânica do Ensino Primário (LOEP)⁷³ e a Lei Orgânica do Ensino Normal (LOEN). Iniciamos a análise focando nos atores envolvidos nessa ação e no contexto de elaboração da reforma de ensino, pontos discutidos na subseção seguinte.

2.1 Os atores sociais envolvidos na elaboração da reforma

O período de 1947 a 1961, a princípio, foi caracterizado por desequilíbrios econômicos e políticos e por transformações nos vários campos sociais. Então, procuramos entender as múltiplas relações e influências entre eles, atentando para o setor educacional. Apesar das crises, a educação apresentou expansão no número de matrículas do ensino primário e na Escola Normal Oficial do Piauí, conforme exposto na Tabela 1:

⁷³ Instituída pelo Decreto-Lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946 (BRASIL, 1946a).

Tabela 1 - Número de matrículas no ensino primário e na Escola Normal Oficial do Piauí nos anos de 1946 a 1961

Ano	Ensino Primário	Escola Normal
1946	36.259	137
1947	44.179	152
1948	44.565	236
1949	43.695	332
1950	67.071	292
1951	74.006	148
1952	52.716	128
1953	82.027	160
1954	74.411	135
1955	66.173	102
1956	89.122	104
1957	82.128	98
1958	82.583	97
1959	83.916	77
1960	79.905	141
1961	87.058	145

Fonte: IBGE (1948 a 1961), Brito (1996), Soares (2004); Mensagens governamentais de 1946 a 1962; Livros de matrículas da E. N. Oficial do Piauí (1946 a 1961).

Os dados dispostos na Tabela 1 mostram oscilações no número de matrículas do ensino primário, mas, mesmo assim, ocorreu expansão desse nível de ensino. No tocante ao quantitativo de matrículas da Escola Normal Oficial do Piauí, durante os anos de 1947 a 1949, esse teve um crescimento, em decorrência da reforma implantada. Entre 1950 a 1959, vemos um decréscimo nas matrículas do ensino normal que pode ser atribuído à criação de estabelecimentos de ensino secundário nos municípios piauienses e de outras escolas normais, voltando a crescer a partir de 1960.

Outra transformação se deu em relação à organização do ensino primário e do normal, modificados em 1946 e 1947, acompanhando a tendência iniciada em 1942, quando a educação local foi sendo reformada por um conjunto de leis que

visava adequar os níveis de ensino às exigências sociais e às determinações das LOE.

As alterações, contudo, não ocorreram de forma linear a ponto de se mudarem a lei e a realidade. Uma reforma educacional e sua legislação específica precisam de tempo para ser incorporadas às dinâmicas sociais. Sua concretização ocorre em campos de disputas envolvendo interesses diversos da sociedade, do governo, dos dirigentes educacionais, dos professores e dos alunos.

As reformas do ensino primário e do ensino normal foram elaboradas e promulgadas em um período marcado por singularidades nos diversos setores sociais. De maneira geral, o Piauí se caracterizava como um estado de população rural, que vivenciava em ritmo específico o processo de modernização pelo qual passava a sociedade brasileira, devido à sua condição periférica em relação à expansão capitalista. Entretanto, sua elite estava empenhada para superar as representações negativas e impulsionar as mudanças necessárias ao desenvolvimento local.

O campo econômico passava por uma crise decorrente da queda na exportação de sua principal fonte de renda ligada ao extrativismo⁷⁴, e uma nova configuração se processava por meio do incremento da lavoura de alimentos. No cultural, tivemos uma diversificação dos valores culturais, e, no educacional, a reestruturação dos ensinos primário e normal decorrente das reformas e da expansão do número de matrículas e de escolas.

Por sua vez, o campo político vivenciava uma reorganização das forças estaduais, decorrentes do contexto de redemocratização pós-Vargas. As alterações na política local afloraram as divergências acumuladas⁷⁵ pelos partidos ao longo dos anos, manifestando-se de forma contundente. Desse modo,

⁷⁴ O ciclo do extrativismo iniciou com a borracha de maniçoba, assumindo, posteriormente, a cera de carnaúba papel de destaque.

⁷⁵ Nascimento (1993), em seu livro “Governadores do Piauí: uma perspectiva histórica”, destaca a atuação de alguns governadores piauienses.

O período de 1945 a 1947 foi conturbado no campo político devido à transição do regime ditatorial para a democracia e pelo inusitado das sucessivas nomeações de Interventores Federais que não conseguiram manter-se no Poder por muito tempo, graças às agitações e crises no âmbito estadual.⁷⁶

A instabilidade política gerada pelo processo de redemocratização pós-Vargas se expressou por meio de disputas e de nomeações de cinco interventores federais, seguida de crise econômica no governo de José da Rocha Furtado (1947-1951) e por uma fase de estabilidade nas gestões seguintes.

Durante a gestão de José da Rocha Furtado (1947-1951), predominavam e circulavam, interna e externamente, representações negativas sobre as condições sociais do Piauí, enfatizado como “[...] um dos Estados mais infelizes [...], sua Capital não tem luz, não tem água, não tem transporte e os municípios do interior definham, à falta de assistência administrativa⁷⁷”.

Outro texto publicado em jornal do Rio de Janeiro destacava:

O Piauí é apontado, entre as Unidades da Federação, como uma das mais pobres. Sua receita não chega a cobrir as necessidades mais elementares da vida administrativa, como seja o pagamento dos seus servidores. O índice de analfabetismo é alarmante, assistência hospitalar é parca, sumária, num Estado devastado pelas febres palustres, pelas doenças tropicais e, sobretudo, por esta coisa alarmante que é a subnutrição. Isto para não lembrarmos aqui a crise econômica sem precedentes, decorrente da súbita desvalorização da cera de carnaúba, que é, praticamente, a sua única fonte de produção e riqueza. Nenhum desses problemas tocou a sensibilidade e a compreensão da maioria pessedista. Ao contrário disto, evitou a votação final do orçamento e paralisou a vida administrativa do Estado⁷⁸.

O governador José da Rocha Furtado (1947-1951), em sua biografia, citou os dois textos acima para reforçar suas análises sobre a situação vivida no início de sua gestão e classificou a situação da capital como precária:

⁷⁶ Silva (1999, p. 139-140).

⁷⁷ Trecho do texto de Neiva Moreira, redator do Jornal Vanguarda, na cidade do Rio de Janeiro, citado no livro autobiográfico de Furtado (MOREIRA (1947) apud FURTADO (1990, p. 47)).

⁷⁸ TRAIÇÃO... (1990, p. 47).

Ao assumir o Governo do Estado, a 28.04.1947, Teresina vivia às escuras porque a velha usina, com sua famosa caldeira conhecida por **Maria Fumaça**, passava mais tempo no prego do que em funcionamento. Disto resultava não apenas falta de luz e energia, mas também, e em consequência, falta de água⁷⁹.

Como justificativa para a falta de investimentos nos diversos setores sociais, o referido governador e seus correligionários destacavam a crise financeira pela qual passava o estado. Em seu relato, enfatizava a precariedade da oferta de certos serviços públicos, aspectos considerados necessários ao desenvolvimento social e à modernização, porém eles se concentravam na área central da capital.

Ao confrontar as escritas, notamos semelhanças entre as representações constantes nos textos, as quais caracterizavam o estado como infeliz, pobre, com problemas, sem infraestrutura, com serviços públicos deficientes, com alto índice de analfabetismo, um lugar onde os elementos de modernidade não se faziam presentes em quantidade expressiva e que não dispunha de recursos para arcar com suas despesas.

As representações sobre o atraso local circulavam, fazendo-se presentes não só no discurso do governador e de intelectuais locais, mas se prologaram a outros segmentos sociais ao longo dos anos de sua gestão. Entretanto, se na gestão de José da Rocha Furtado (1947-1951) encontramos um reforço do discurso da precariedade dos aspectos considerados essenciais à modernização, frisando as representações negativas a respeito das condições sociais do Piauí, estas começaram a coexistir com uma postura mais otimista nos governos seguintes.

Vemos o poder das representações como “[...] entidades que vão construído as próprias divisões do mundo social”⁸⁰, que não se restringem apenas a um setor específico. A visão do atraso econômico do estado se deslocava também para o campo educacional. Assim, ao estudar as representações sociais, provocamo-nos a pensar sobre o porquê de, após a sucessão do governador José da Rocha Furtado (1947-1951), ter havido uma mudança no conteúdo dos textos governamentais direcionados para a construção de uma visão mais favorável sobre as condições estaduais e certo empenho do governo na (des)construção das formas de percepção do Piauí a partir de 1951.

⁷⁹ Furtado (1990, p. 195).

⁸⁰ Chartier (2010, p. 7).

Durante os governos de Pedro de Almendra Freitas (31.01.1951 a 31.01.1955), Jacob Manoel Gayoso e Almendra (31.01.1955 a 31.01.1959)⁸¹ e Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (31.01.1959 a 31.01.1963), é perceptível, em seus discursos, encaminhados à Assembleia Legislativa e veiculados em jornais locais, a precisão urgente de impulsionar o desenvolvimento econômico e os demais campos sociais, prevalecendo à visão desenvolvimentista.⁸²

Até o final da década de 1940, a principal fonte de receita do Estado era baseada no extrativismo vegetal direcionado para a exportação. Na década seguinte, isso cedeu lugar à agricultura e ao comércio, os maiores responsáveis pela composição das receitas estaduais, assumindo a primeira atividade papel de destaque na economia piauiense.⁸³ Alguns fatores contribuíram para a evolução da lavoura no decorrer da década de 1950: “[...] o crescimento demográfico, no Piauí e no Nordeste; a utilização de maior parcela da renda gerada, nessas áreas, na aquisição de alimentos; finalmente, a maior integração da economia piauiense no mercado nordestino⁸⁴”. Esses foram aspectos impulsionadores da procura por serviços públicos e da necessidade de se assegurar a criação de instituições indispensáveis à sua oferta.

Por meio da Tabela 2 é possível visualizar o crescimento demográfico piauiense nas décadas em estudo:

⁸¹ Jacob Manoel Gayoso e Almendra (31.01.1955 a 31.01.1959) era cunhado do governador Pedro de Almendra Freitas, seu antecessor.

⁸² O discurso desenvolvimentista é de modernização da sociedade brasileira, em que se ressaltava a necessidade de melhoria na infraestrutura econômica do país, de suas indústrias de base e, em geral, da industrialização.

⁸³ Nas análises de estudiosos do desenvolvimento econômico do Piauí, este período se caracterizava por “[...] uma economia estagnada, na qual o esforço produtivo não conduz a qualquer melhoria nas condições de vida”, situação reforçada pela ideia de que “A expansão da sociedade urbano-industrial capitalista desarticula a sociedade tradicional de base agrário-rural, mas é incapaz de incorporar, num novo todo, os segmentos desarticulados”. Tal posicionamento é baseado na predominância do setor primário como principal fonte geradora de renda do estado que se manteve constante apesar do decréscimo da produção extrativista vegetal, tendo o desenvolvimento da lavoura compensado essa queda. (MARTINS *et al.*, 2002, p. 124 e 174).

⁸⁴ Santana (2001, p. 118).

Tabela 2 – Crescimento da população piauiense nos anos 1940, 1950 e 1960⁸⁵

Anos	População	% Crescimento	% População Urbana	% População Rural
1940	817.601	-	16,00	84,00
1950	1.045.696	27,90	16,31	83,69
1960	1.263.368	20,82	23,60	76,40

Fonte: IBGE (1940,1950 e 1960).

Comparando os dados da Tabela 2 com os textos analisados, deparamo-nos com uma sociedade tipicamente rural. Porém, a partir dos anos de 1950, houve um crescimento significativo da população e uma aceleração no processo de urbanização do Piauí. Nesse contexto, interesses comerciais modernos se faziam presentes e novos padrões de vida social eram reclamados pelos piauienses, entre eles a escolarização.

O crescimento populacional nas décadas de 1940 e 1950 impulsionou a busca por serviços nos mais variados campos sociais. No cenário educacional, a oferta e o número de matrículas se expandiram, confirmando que havia procura por este tipo de serviço, gerado pelas mudanças ocorridas na sociedade e pelas demandas por conhecimentos específicos adquiridos via escola.

Em Teresina, o principal centro político, encontravam-se os elementos tidos como modernos. Despontando como uma cidade em vias de modernização e que servia de referência aos demais municípios. Possuía o maior número de habitantes na área urbana, como se vê na Tabela 3:

⁸⁵ IBGE (2010).

Tabela 3 – População teresinense segundo os Censos de 1940, de 1950 e de 1960

Censo	População	% População Urbana	% População Rural
1940	67.641	51,29	48,71
1950	90.723	56,68	43,32
1960	142.691	68,90	31,10

Fonte: IBGE (1940,1950 e 1960).

Comparando o número de habitantes da zona urbana do município de Teresina nos anos de 1940 e 1950, a cidade teve um crescimento de 34,12% em sua população e de 57,28% quando confrontamos os anos 1950 e 1960. A aceleração do processo de urbanização era perceptível por meio de prédios e de serviços da administração pública, da saúde, da educação. Essas mudanças na capital, juntamente com a construção de uma imagem positiva do contexto social, durante os anos de 1951, influenciavam o imaginário social.

Essa mudança nos discursos se caracterizava como uma estratégia utilizada pelo governo para mobilizar e para agregar os vários setores sociais em torno de um projeto de modernização da sociedade. O processo de urbanização também era vivenciado por outros municípios piauienses que se deparavam com modificações operadas nos diversos campos sociais⁸⁶. Assim, durante a década de 1950, o discurso governamental se voltou para o progresso do setor agrícola, responsável pela geração das divisas estaduais, sendo desenvolvidas ações para colocar o Piauí no que era considerada a rota do desenvolvimento.

No campo educacional, as intervenções se voltaram para a implantação da reforma dos ensinos primário e normal, para a construção de prédios escolares⁸⁷, em decorrência dos incentivos distribuídos por parte do Governo Federal. Portanto, o Piauí vivenciou a expansão da rede física das escolas primárias, garantida por meio

⁸⁶ O processo de urbanização vinha se acelerando em outros municípios, impulsionado pelo desenvolvimento do comércio e a presença do Estado por meio da oferta de serviços como saúde e educação à população. Parnaíba, Floriano e Picos são exemplos desses municípios.

⁸⁷ A ampliação da rede escolar no Piauí remonta às ações do governo de Landri Sales Gonçalves (1931-1935), a este respeito vê considerações de Martins (2009).

da assinatura de convênio com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) a partir de 1946⁸⁸.

Uma característica comum nas mensagens governamentais e nos textos veiculados em jornais locais⁸⁹ era a do desejo de planejar e de impulsionar o desenvolvimento econômico. Para além do que era dito a sociedade piauiense vivenciava mudanças nas formas de ver e de sentir o contexto local. As representações construídas durante a década de 1950 davam conta de um período de transformações vividas e desejadas.

Durante o governo de Pedro de Almendra Freitas (31.01.1951 a 31.01.1955) ocorreu o fortalecimento da temática da modernização agrária⁹⁰, influência do processo de industrialização pelo qual passava o Brasil e, de forma periférica, o Piauí. A ênfase nessa temática se fez sentir nas reflexões e nas ações dos governadores do período, pois se tornou a força constante sobre as perspectivas futuras do avanço da agricultura piauiense.

As representações sobre o setor agrário se encontram presentes nos discursos veiculados em diferentes textos, que também ressaltavam a necessidade de ampliação da oferta e da qualidade da educação, se atrelando, portanto, a educação à questão da modernização agrária. A produção, a circulação e a apropriação do discurso modernizador se fazia presente nos diversos campos sociais, em especial no educacional e no econômico.

Os textos produzidos pela elite política e intelectual piauiense ressaltavam que na agricultura modernizada estaria a solução para os problemas econômicos do Piauí e que a educação seria um dos principais elementos desencadeadores do progresso. Para garantir a apropriação dessas representações, os discursos eram divulgados de distintas formas, exemplificando isto o trecho do poema:

⁸⁸ O INEP, em 1946, passou a executar ações direcionadas para a educação rural, e o Piauí se beneficiou dessas ações. Durante os anos de 1946 a 1949, foram construídas 230 escolas rurais. A esse respeito, consultar Santana (2011).

⁸⁹ Principalmente no Diário Oficial e no O Piauí.

⁹⁰ O fortalecimento deste assunto se deu porque os “[...] anseios eufóricos e a expectativa política de modernização industrial pelos quais passava o País impulsionaram o desejo dos grupos políticos que almejavam ressignificar o agrário piauiense”. A esse respeito, consultar Castelo Branco (2007, p. 24).

Baião das autoridades⁹¹

[...]

CÔRO { A lavoura precisa
De organização;
Cultivar a terra sem destruição.
Cultivar a terra sem destruição.

[...]

Viva General Dorneles Ministro da Agricultura.
Sua administração vai em direção segura;
Armazém, financiamento e educação rural
São as bases do progresso de um futuro ideal.

Senhor General Gayoso! O torrão do buriti.
Será grato ao seu governo o querido Piauí
Porque sendo ruralista com trabalho e com ação
Levará nossa lavoura para a mecanização.

[...]

Nesse texto, as expressões lavoura organizada, lavoura mecanizada, educação rural são aspectos necessários à modernização social e que, junto à prática do planejamento, iniciada na década de 1950 viabilizariam a mecanização da agricultura e o progresso do Piauí. Era preciso levar outros elementos da modernidade aos espaços rurais, como a energia elétrica, a agilidade das comunicações, a melhoria das estradas, o incremento dos transportes rodoviários. A presença deles asseguraria o desejado desenvolvimento.

A década de 1950 foi marcada por um novo ciclo de crescimento em virtude do redirecionamento da economia, gerado por diversos fatores, tais como: o incremento da agricultura de subsistência, a integração com outros estados do nordeste, a criação de estradas, a comercialização do excedente produzido na lavoura, a crescente penetração de produtos industrializados do centro-sul, o crescimento do comércio varejista, a industrialização do babaçu (produção de óleo), a expansão do setor público e a procura por escolarização. Esses elementos provocaram uma maior integração do Piauí com o sistema capitalista, caracterizada, contudo, como passiva⁹² ou subalterna⁹³.

⁹¹ Poema do livro “Educação Popular”, lançado em 1956, contendo diversas canções que exaltavam aspectos do nosso estado. Era dirigido aos professores piauienses (BEZERRA, 1956).

⁹² Para aprofundamento desse conceito, consultar Medeiros (1996).

⁹³ Silva (1999).

Com o desenvolvimento do setor agrícola e do comércio interestadual, vivenciamos mudanças nas fontes geradoras das rendas econômicas, na organização da população e na educação, desencadeadas pela intensificação da urbanização. O discurso agrário e a implantação de práticas voltadas para a modernização do setor agrícola se faziam presentes e influenciavam, inclusive, a educação. Entre estas estavam a aquisição de maquinarias agrícola, a ampliação das escolas primárias rurais, a fundação do Colégio Agrícola, em 1954⁹⁴, o ajuste dos currículos do ensino primário e do ensino normal, que deveriam considerar os aspectos regionais.

Na segunda metade da década de 1950, a política adotada pelo Governo Federal, por meio dos Programas de Integração Nacional, deu surgimento às rodovias federais, a cujo sistema se encontram integradas as rodovias piauienses, processo que se intensificou durante a administração de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961). A política voltada para a área de transporte por intermédio da construção de rodovias facilitou a comunicação entre as cidades piauienses e ligou o estado a outras regiões.⁹⁵

A integração proporcionada pela rede de rodovias facilitou o escoamento da produção. Assim, “[...] a estrada e o caminhão contribuíram para que se formasse uma lavoura de mercado, concentrada nas áreas próximas das rodovias⁹⁶”. Esse processo favoreceu o comércio e a integração do Piauí com o Nordeste, continuando o setor primário como predominante na geração de renda, seguido pelo secundário. A agricultura local foi perdendo a característica de atividade de subsistência e assumindo o papel de principal fonte financeira para o estado, tendo se fortalecido “[...] à medida que aumenta a importância das vias internas como suportes da comercialização interestadual e estadual⁹⁷”.

A abertura de novas estradas, a ampliação dos meios de comunicação e a produção de energia elétrica possibilitaram ao Piauí se integrar às demais regiões,

⁹⁴ Castelo Branco (2007), em sua pesquisa de mestrado, aborda a temática da modernização agrícola vivida no Piauí neste período.

⁹⁵ “[...] o dinamismo político e cultural desencadeado pela redemocratização e a aceleração do crescimento industrial e da integração econômica nacional, estimuladas pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, dão ao período um caráter especial. A grande malha rodoviária e os caminhões e jeeps nela despejados pela recém-instalada indústria automobilística, bem como a rápida difusão do rádio transistorizado provocaram uma circulação de bens, de ideias e de pessoas como jamais houvera no Brasil.” (MEDEIROS, 1996, p. 169, grifo do autor).

⁹⁶ Idem (p. 119).

⁹⁷ Martins et al. (2002, p. 137-138).

abrindo o mercado local aos produtores regionais e impulsionando o crescimento do comércio⁹⁸. Isso também proporcionou a interligação e a criação de novas cidades⁹⁹ durante os anos de 1950 e de 1957. Esse conjunto de mudanças favoreceu a circulação de valores culturais ligados à urbanização e à modernização.

A integração do Piauí no processo de desenvolvimento brasileiro, vinculado à modernidade capitalista do pós-guerra, provocou uma diversificação cultural e se refletiu no aumento do número de prédios escolares, devido à disponibilização de recursos federais para a construção de escolas primárias rurais¹⁰⁰, o que contribuiu para impulsionar o aumento da oferta de educação formal. O processo de modernização escolar era percebido em ritmos distintos nos discursos dos governadores: ora apareciam como aceleradas, ora era retratado como inexpressivas.

Sobre as modificações no campo educacional, as crônicas de H. Dobal¹⁰¹, de 1952, trazem:

No setor da educação, como diz a linguagem sisuda dos relatórios, a cidade está bem servida. Tem jardins de infância¹⁰², grupos escolares em diversos pontos, funcionando em dois turnos, escolas supletivas, escolas noturnas, e se há analfabetos, é ingratidão deles. Para o ensino secundário há dois colégios oficiais, mantidos pelo Estado, um para homens, e outro para mulheres. O de homens é o Liceu Piauiense, mais velho do que a cidade, porque foi fundado ainda em Oeiras, com uma velha tradição que se associa a lembranças amáveis na memória de muitos piauienses [...]. O colégio para moças é a antiga Escola Normal, transformada em ginásio e em centro de preparação de professores. [...]. Existem outros rumos e outras possibilidades. Um Liceu Industrial [...] há cursos de datilografia, de corte e costura, decoração e talvez outros como é comum nas cidades.¹⁰³

⁹⁸ Exemplo desta situação é que em 1950 o comércio era responsável “[...] por 22,8% da renda interna do Estado, figurando como principal item do setor serviços”. Como consequência, surgiu uma expressiva classe de comerciantes locais, o que “[...] reforçou a tendência verificada nos anos de 1940: ascensão do comércio varejista contrapondo-se à queda do comércio por atacado”. Contudo, “O setor comercial do estado sente claramente os reflexos do atrofiamento das atividades produtivas do Estado, expandindo a flexível rede varejista para a comercialização dos produtos vindos em grande parte de além-fronteira”. (MARTINS et al., 2002, p.136 e 146).

⁹⁹ Ao todo, foram fundadas 23 novas cidades no Piauí, conforme dados do IBGE.

¹⁰⁰ A respeito da constituição da rede primária rural no Piauí, ver considerações de Santana (2011).

¹⁰¹ Embora estudiosos de H. Dobal, como Eugênio (2007), ressaltem que ele não demonstrava grande simpatia diante da modernidade, em sua escrita podemos notar os elementos que expressam as transformações no contexto local em relação à educação. Assim como faz Veloso (2013), consideramos a atitude de H. Dobal como um flâneur que observa a cidade que se moderniza e em meio a multidão revela seus aspectos mais pitorescos. (VELOSO, 2013).

¹⁰² Em Teresina, surgiram os jardins de infância na década de 1930. O Estado criou um Jardim de Infância em 1933 e o Colégio Sagrado Coração de Jesus em 1934.

¹⁰³ Dobal (1999, p. 30-31).

Segundo o autor, a educação escolar presente em Teresina contemplava diferentes níveis e modalidades, era bem servida. A expressão “bem servida” nos faz pensar em número de estabelecimentos escolares e de vagas, na variedade de cursos existentes, considerando que na capital havia instituições de diferentes tipos e níveis de ensino, dos jardins de infância ao ensino superior. Entretanto, essa situação não se aplicava a todos os municípios piauienses.

Embora na capital existisse a oferta de diferentes níveis e modalidades de ensino, nem todos os segmentos sociais tinham acesso às escolas, fato retratado pelo escritor quando se refere aos analfabetos. Atentando para a escrita do autor, é possível presumir a existência de dificuldades do Estado em envolver todos os segmentos sociais em seu projeto educativo, pois, apesar da presença das escolas supletivas e noturnas, parcela dos analfabetos não as frequentava. Os motivos dessa recusa não podem ser simplesmente atribuídos à ingratidão dos adultos, envolve outras questões. O posicionamento do autor nos provoca a pensar nas representações em torno do valor dado à escola por determinados grupos no período em estudo¹⁰⁴.

O panorama educacional fornecido pelo literato revela a diversidade de níveis e de modalidades de educação ofertadas aos 90.723¹⁰⁵ habitantes de Teresina. Ajuda a perceber uma mudança nas representações sobre as condições da educação escolar na cidade. Se até o final dos anos de 1940 a situação educacional era tida como precária, com sérios problemas e dificuldades para realizar as mudanças necessárias a esse campo social, na década seguinte passou a prevalecer o discurso da modernização do ensino primário rural, de forma que se levassem a toda a sociedade os valores da modernidade.

As reformas do ensino primário e do ensino normal deram continuidade ao processo de apropriação das LOE na educação piauiense, em especial da LOEP e da LOEN. Foram planejadas em meio às crises política, expressa na troca dos interventores¹⁰⁶, e econômica vividas pelo novo governo José da Rocha Furtado (1947-1951) e foram desenvolvidas apesar delas. A elaboração e a

¹⁰⁴ Costa Filho (2010) destaca o papel da elite piauiense na construção de um ideal de sociedade moderna.

¹⁰⁵ Brasil (1952).

¹⁰⁶ Segundo Silva (1999, p. 140), as trocas de interventores ocorreram devido às disputas políticas que se acirravam entre os dois partidos mais importantes na época, o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), tendo este último, em janeiro de 1947, conseguido eleger o governador José da Rocha Furtado (1947-1951), o que provocou, de acordo com Domingos Neto (2010, p. 48), “[...] uma reorganização dos elementos do jogo político”.

operacionalização dessas reformas nos levaram a pensar em quais foram os envolvidos diretamente em suas fases.

Quando as LOEP e LOEN foram promulgadas, em 02 de janeiro 1946, o governo estadual era exercido pelo interventor Benedito Martins Napoleão (19.12.1945 a 20.03.1946)¹⁰⁷, responsável ter esboçado “[...] um programa de prioridades para o desenvolvimento do Piauí¹⁰⁸”. Como intelectual, ele mantinha ligações políticas desde a década de 1920, primeiramente, com o grupo liderado pelo governador Matias Olímpio de Melo (1924-1928), de quem foi secretário particular.

Após a “revolução” de 1930, Benedito Martins Napoleão continuou na administração estadual ao assumir a função de Diretor de Instrução Pública em 1931, quando implantou uma reforma de ensino baseada nos pressupostos da Escola Ativa. Durante o período pós-Vargas, assumiu a função de Secretário Geral do Estado no governo de Antônio Leôncio Pereira Ferraz (09.11 a 19.12.1945)¹⁰⁹ e, com a saída deste, tomou posse do cargo de interventor, atuando nele durante o período de 19.12.1945 a 20.03.1946.

A figura de Benedito Martins Napoleão se destacou como um dos mentores das Reformas do Ensino Primário (1946) e do Ensino Normal (1947). Sua ação como reformador ocorreu anteriormente, em 1931, quando, à frente da Diretoria de Instrução Pública, reformou a educação piauiense. Nessa época, já se mostrava simpatizante do ensino rural e destacava ser preciso “[...] estabelecer um plano educativo racional, baseado nas necessidades peculiares à região”¹¹⁰.

Atuou significativamente no campo educacional. Foi o autor das teses apresentadas na primeira, na quarta e na quinta conferências da Associação Brasileira de Educação (ABE). Na IV Conferência, ocorrida no Rio de Janeiro, de 13 a 20.12.31, apresentou uma tese em que destacou:

¹⁰⁷ Benedito Martins Napoleão (1903-1992), bacharel em direito pela Faculdade de Recife, poeta, jornalista escritor, ocupou as funções de Professor do Liceu Piauiense, diretor da Diretoria de Instrução Pública e interventor do Estado.

¹⁰⁸ Silva (1999, p. 140).

¹⁰⁹ Tenente-coronel do exército que tinha ligações com José Cândido Ferraz, médico e político da UDN. A saída desses dois primeiros interventores é atribuída ao fato de serem intelectuais e não se compatibilizavam com o jogo político da época.

¹¹⁰ Napoleão (1932, p. 1).

[...]. E na grandeza do momento histórico, em condições de excepcional significação incumbindo-lhe aos representantes a imensa responsabilidade de sugerir, ao menos nas suas linhas mestras, o esquema de política educacional brasileira, como fórmula normativa da futura substituição, no que dispõe respeito à Orgânica do Ensino, orientação técnica e atribuições administrativas. [...] o último congresso trouxe contribuição notável à solução dos nossos problemas educativos, sobretudo no que diz respeito ao intercâmbio estabelecido, - base para um mútuo conhecimento da situação real do Brasil, no concernente a educação popular¹¹¹.

Benedito Martins Napoleão demonstrava empolgação com as discussões realizadas na Conferência da ABE e revelava, em sua escrita, a sintonia que havia entre as modificações implantadas na reforma de 1931¹¹² e as diretrizes dessa Conferência. Assumia o papel de um dos defensores da educação rural no estado, seguindo os pressupostos da escola ativa. Dez anos depois, continuava a defender esse posicionamento, expressando-se da seguinte forma:

[...]. O ensino, com a sua técnica e a sua prática, diante dos progressos da pedagogia moderna e da necessidade de uma filosofia para a vida, não pode apresentar-se como simples criação abstrata do espírito humano, com a existência larvar dos regulamentos. Concebido do ponto de vista biológico e funcional que lhe atribuem os estudiosos, ele é mais do que qualquer outra manifestação da realidade ambiente. [...].

Eis aí por que, ao eleger uma organização escolar e fundamentar um programa de trabalho letivo, cumpre, antes de mais nada, indagar se convêm, real e realisticamente, aos elementos terra, homem e formas habituais de labor. [...]. A educação, “que varia em função do espaço”, precisa de ter os seus sistemas elaborados de modo a considerar o SENTIDO REGIONAL, e sobretudo, atender às duas grandes modalidades existenciais da sociedade e da economia brasileiras – a urbana e a rural. [...] nas cidades, onde evidentemente se esboça um conflito dos antigos e novos costumes, - estes avassaladores e vitoriosos nas mais várias manifestações da vida coletiva e individual, uma vida-em-mudança, à influência dominante do cinema, do rádio, das diversões noturnas e dos desportos alienígenas. A não ser que mais poderosas forças modificadoras entrem em jogo para urbanizar totalmente a civilização piauiense, numa completa rotação dos valores atuais, - o sertão, a beira-rio e as cidades continuarão a apresentar-se com as suas características especiais, diferenciadoras do homem que, com o seu modo particular de vida e trabalho, se move nessas três latitudes da nossa geografia social e econômica, a que correspondem três ciclos de cultura, distintos mas co-existent¹¹³.

¹¹¹ Napoleão (1932, p. 1).

¹¹² Para uma discussão mais aprofundada sobre a citada reforma, consultar Martins (2009).

¹¹³ Napoleão (1942, p. 35-38).

Entre seus argumentos, Benedito Napoleão colocava em destaque os fundamentos teóricos orientadores da educação, baseados na escola ativa uma das vertentes do escolanovismo. Além de ressaltar que era preciso ajustar o ensino às condições e às peculiaridades da sociedade local, adequando a escola às particularidades regionais, defendia uma educação moral, intelectual e prática, não mais ministrada por uma escola única. Para ele, o ensino primário deveria ter caráter educativo, prático, concreto e integrado aos meios físico e social. Assim, era imprescindível pensar no ensino rural.

Acreditamos ser Benedito Martins Napoleão um dos principais mentores da reforma dos ensinos primário e normal, pois, era um ferrenho defensor do ensino rural e encontrava-se à frente do governo estadual quando a LOEP e a LOEN foram promulgadas e, de certa forma, ao modificar estes níveis de ensino, dava continuidade a suas ações implantadas em 1931. As reformas foram instituídas, contudo, em dois momentos, em setembro de 1946 e em janeiro de 1947, quando o intelectual já não se encontrava no cargo de interventor, confirmando o envolvimento de outros sujeitos na elaboração e na implantação delas.

Após a saída de Benedito Martins Napoleão do governo, o terceiro interventor a assumir foi José Vitorino Correia (20.03.1946 a 03.09.1946)¹¹⁴, o qual ficou menos de seis meses no cargo e, um dia antes de deixar o poder, promulgou o Decreto-Lei 1.306/46, de 02 de setembro de 1946, que dispôs sobre a organização e o funcionamento do ensino primário¹¹⁵. Seu sucessor foi Teodoro Ferreira Sobral (11.10.1946 a 17.03.1947)¹¹⁶, que não só manteve a citada legislação, mas promoveu a reforma do ensino normal, por meio do Decreto-Lei 1402, de 27 de janeiro de 1947¹¹⁷, dois meses após assumir a função de interventor.

Eurípedes de Aguiar, bacharel em direito e político ligado à UDN, frente aos anúncios das modificações pretendidas com as mudanças do ensino normal, manifestou opinião contrária da seguinte forma:

¹¹⁴ Foi comandante-geral da Polícia Militar do Piauí, de 12.12.1943 a 15.03.1945, no governo de Leônidas Mello, e político ligado ao PSD.

¹¹⁵ Piauí (1946).

¹¹⁶ Com a saída de José Vitorino Correia (20.03.1946 a 03.09.1946), assumiu temporariamente Manoel Sotero Vaz da Silveira (03.09.1946 a 11.10.1946), médico, professor catedrático da Escola Normal Oficial do Piauí e político. Em seguida, o quarto interventor foi Teodoro Ferreira Sobral (11.10.1946 a 17.03.1947). Ele era farmacêutico e politicamente estava ligado a UDN.

¹¹⁷ Piauí (1947a).

A INSTRUÇÃO¹¹⁸

[...]. Agora, ao apagar das luzes, no escandaloso inventário de sua administração, pretende o interventor remodelar o quadro dos professores da Escola Normal, fazendo grande número de nomeações, promoções, equiparações e transferências.

É inacreditável que o pacato continuador de Leonidas Melo e Vitorino Correia, queira e possa nos poucos dias que lhe restam, remediar o que foi destruído em tantos anos de ineptia e desonestidade. Claramente o seu intento é, apenas, beneficiar a protegidos e prejudicar a desafetos.

Feitos os arranjos planejados, satisfeitos os seus odios e afeições, a Sobral pouco importa que se complete a obra de destruição realizada pelos seus antecessores.

O interventor a quem o intelectual se referia era Teodoro Ferreira Sobral (11.10.1946 a 17.03.1947), considerado o pacato continuador de Leônidas Melo¹¹⁹ e de Vitorino Correia. O discurso demonstra não haver um consenso sobre a necessidade das reformas e das mudanças em relação ao quadro de professores da Escola Normal Oficial do Piauí, principalmente se atentarmos para o fato de que, em 1942, surgiram as LOE e que o grupo político opositor de Eurípedes de Aguiar começou a reestruturar a educação piauiense, ação questionada no texto citado.

Como ex-professor da referida Instituição, Eurípedes de Aguiar poderia estar defendendo os interesses dos professores daquela Instituição e de seu grupo político. Conforme anunciara o intelectual, por meio do Decreto-Lei 1412, de 10 março de 1947¹²⁰, foram criados novos cargos de professor catedrático da escola, de acordo com o currículo instituído pela LOEN.

Entre os interventores pós-Vargas e os governadores seguintes havia consenso sobre a indispensabilidade de reformar os citados níveis de ensino. O quinto interventor, Waldir Figueiredo Gonçalves (17.03 a 28.04.1947)¹²¹, que anteriormente havia ocupado a função de diretor do Departamento da Educação durante os governos de José Vitorino Correia (20.03.1946 a 03.09.1946) e Teodoro

¹¹⁸ Aguiar (1947b).

¹¹⁹ Foi interventor no Piauí durante 15 anos no período Vargas.

¹²⁰ Criou cargos de professor catedrático, criou e extinguiu cadeiras da Escola Normal Oficial do Piauí.

¹²¹ Bacharel em direito, professor de História Geral da Escola Normal Oficial do Piauí, diretor da Instrução Pública no Piauí, Secretário de Justiça e Segurança Pública, Secretário-Geral do Estado (GONÇALVES, 2003). Quanto à sucessão dos interventores, Silva (1999) apresenta quadro síntese a esse respeito.

Ferreira Sobral (11.10.1946 a 17.03.1947), foi, juntamente com Benedito Martins Napoleão, um dos mentores das reformas do ensino primário e normal.

Consideramos que além de Waldir Figueiredo Gonçalves outros professores da Escola Normal Oficial do Piauí se envolveram com a execução da reforma em análise. Pois, Waldir Figueiredo Gonçalves ao sair do cargo de diretor do Departamento da Educação para assumir a função de interventor, foi substituído por Alceu do Amarante Brandão e, em seguida, por Odilon Nunes¹²² que ocupou a função, em 30.04.1947, na administração de José da Rocha Furtado (1947-1951). São, portanto, três professores da referida Instituição com participação em governos anteriores, profundos conhecedores da educação piauiense.

Odilon Nunes, após 16 dias de sua posse, enviou, em 16.05.1947, ofício¹²³ ao Secretário Geral do Estado, Waldir Figueiredo Gonçalves, com sua análise a respeito da situação da Escola Normal Oficial do Piauí. Segundo o dirigente, o documento era fruto de “[...] demorados e acurados estudos”¹²⁴. Havia, então, uma continuidade de ações, e, possivelmente, os dados do ofício possam ter sido produzidos por Waldir Figueiredo Gonçalves, quando à frente daquela diretoria, por seu substituto, Alceu do Amarante Brandão, e por Odilon Nunes.

O governador José da Rocha Furtado (1947-1951) deu continuidade à reforma elaborada anteriormente, mesmo encontrando resistências políticas que interferiram em seu governo, marcado por conflitos de interesses entre seus opositores partidários e políticos veteranos ligados à própria UDN. Encontrou resistências na Assembleia Legislativa Estadual¹²⁵, vivenciando um período de conjuntura econômica desfavorável.

Como foi destacado, o Piauí, com o término da Segunda Guerra Mundial, teve baixas nas divisas geradas pelos produtos do extrativismo vegetal¹²⁶, sendo o estado “[...] incapaz de cobrir o saldo negativo gerado pelo comércio interestadual, tornando altamente deficitário o balanço comercial¹²⁷”. Assim, o governador José da

¹²² Professor da Escola Normal do Piauí e técnico em educação, assumiu a função de Diretor Geral do Departamento de Ensino do Estado de 30.04.1947 a 16.06.1948.

¹²³ Nunes (1947).

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ Pois dos 32 deputados eleitos, 17 eram do PSD, 01 do PTB e o restante era da UDN. Além disto, José da Rocha Furtado (1947-1951) era opositor do Governo Federal que pertencia ao PSD (SILVA, 1999, p. 150 e 154).

¹²⁶ A cera de carnaúba se constituía em sua principal fonte de renda. Para maior aprofundamento sobre o desenvolvimento econômico piauiense neste período, consultar Martins et al. (2002), Medeiros (1996), Mendes (1995; 2003) e Queiroz (1994).

¹²⁷ Martins et al. (2002, p. 138).

Rocha Furtado (1947-1951) dispunha de um orçamento deficitário, impossibilitando a ampliação de investimentos nos diversos setores sociais, e encontrava resistências na Assembleia Legislativa local, não só para aprovar os orçamentos propostos, mas, inclusive, para ações envolvendo a educação.

Nas análises dos documentos, nos deparamos com situações indicadoras dos embates com parte daquele órgão legislativo para aprovar mudanças no campo educacional envolvendo transferência de professores e a organização administrativa escolar¹²⁸. As desavenças políticas e a falta de recursos financeiros contribuíram para que os investimentos necessários à infraestrutura local e à educação não se concretizassem de forma a provocar as alterações consideradas necessárias ao processo de modernização da sociedade piauiense e que representavam o desejo da elite política e intelectual de projetar suas aspirações aos demais grupos sociais.

A educação escolar era considerada um valor da vida moderna, e, desde o início do século XX, os governos piauienses procuravam ampliar sua oferta. Transcorridas quatro décadas, esse desejo se mostrava ainda presente nos discursos das elites piauienses, e se constata um aumento no número de matrículas dos ensinos primário e normal, como foi citado.

Essas reformas foram implantadas no período de 1946 e 1947, caracterizado por turbulência política e econômica. Mas, apesar das divergências, foi assegurada sua continuidade por meio da criação de um conjunto de leis, decretos e portarias que possibilitaram sua concretização e direcionaram as modificações na organização e no funcionamento das escolas e na formação e na lotação dos professores a partir de 1947.

Em linhas gerais, notamos certo consenso por parte dos governantes do período em relação às reformas implantadas. Cada governo fez ajustes assegurando o funcionamento dos ensinos primário e normal, sem alterar a essência das mesmas. Os gestores ressaltavam ser necessário promover a expansão dos níveis de ensino citados e associavam a questão agrária à modernização social. Assim, apesar de as reformas terem sido elaboradas em um período marcado por disputas no campo político e pelas várias nomeações de interventores, elas tiveram continuidade.

¹²⁸ Piauí (1948d).

Nessa conjuntura, as modificações provocadas pela apropriação da LOEN na educação piauiense se atrelam a um conjunto de ações estabelecidas em relação aos ensinos primário e normal, envolvendo sua organização e seu funcionamento. As alterações feitas na legislação, a partir da LOEP, refletiram-se no Curso Normal e no espaço da Escola Normal Oficial do Piauí, sendo que as práticas definidas para o ensino primário precisavam ser incorporadas às atitudes dos professores e ao seu processo de formação. A princípio, as modificações foram direcionadas à legislação educacional e, posteriormente, incorporadas às práticas das escolas piauienses. Tais pontos serão discutidos nas subseções seguintes.

2.2 A organização e o funcionamento do ensino primário estabelecidos pela Lei Orgânica do Ensino Primário (LOEP)

A sociedade piauiense via surgir mudanças internas, novas representações envolvendo a modernização do setor agrário e a ampliação da educação escolar na zona rural. As escolas primárias rurais se expandiam aos diferentes municípios, e alterações ocorriam no quadro de docentes. O governo procurava substituir os professores leigos¹²⁹ e elaborava procedimentos que se refletiam no processo formativo, no ingresso e no exercício da profissão.

Ao analisar os aspectos históricos da formação docente, atentamos para as transformações no campo educacional local, sabendo que elas envolviam também o ensino primário, as ações governamentais expressas na legislação educacional, suas relações com as propostas, com as práticas formativas e com a cultura escolar. Analisar essas práticas permitiu a compreensão dos processos formativos e dos modos de apropriação da LOEN.

A dinamização do campo cultural no Piauí, especialmente em Teresina, manifestava-se desde o início do século XX por meio dos símbolos modernos expressados na arquitetura, nas artes, na disseminação das escolas e do ensino, na diversificação das atividades econômicas envolvendo o comércio local, no desenvolvimento da agricultura, na melhoria dos meios de transporte e de

¹²⁹ Esta era a denominação dada aos que não possuíam formação pedagógica e atuavam como professores. Seu surgimento remete à criação da primeira escola normal no Piauí, em 1864.

comunicação, na disponibilização de água encanada, de energia elétrica e de serviços bancários e na expansão do trabalho assalariado¹³⁰.

O dinamismo cultural, provocado pelas divisas geradas da exportação de produtos do extrativismo, favoreceu o crescimento de cidades como Parnaíba, Floriano¹³¹ e Teresina, principais beneficiárias deste ciclo econômico, e possibilitou o “[...] processo de afirmação da nova capital como um polo aglutinador das atividades produtivas do Estado”¹³². O fortalecimento dos núcleos urbanos e o desenvolvimento dos campos sociais provocou uma diferenciação social e cultural nos municípios, refletindo na ampliação da oferta da educação escolar primária e da secundária e do ensino normal.

Até o ano de 1920, havia, no Piauí, noventa e seis escolas primárias¹³³. A justificativa dada pelo governo para essa baixa quantidade de estabelecimentos escolares era a de que isso se devia à vasta extensão territorial e à falta de recursos financeiros, uma constante nos discursos governamentais. Uma medida encontrada pelo então governador João Luiz Ferreira (1920-1924) para promover a expansão do número de escolas primárias foi a de realizar o primeiro “Congresso das Municipalidades”, que ocorreu em Teresina no ano de 1921. Por meio dele, ficou estabelecido que os municípios deveriam utilizar um mínimo de 20% do total de suas receitas arrecadadas na educação. Essa ação pode ser considerada um elemento propulsor da ampliação da rede escolar piauiense e contribuiu para o aumento no número de matrículas.

Esse impulso, a partir da década de 1930, foi movido pelas ações do Governo Federal e do local, principalmente devido à alocação de recursos federais destinados à construção de escolas primárias rurais. O mesmo manteve-se, nos anos seguintes, apesar do funcionamento irregular de algumas escolas, conforme destacado na Mensagem Governamental de 1951. Dos 553 estabelecimentos existentes, 92 tiveram funcionamento irregular atribuído a vários fatores, entre eles os administrativos, a crise financeira, a falta de condições materiais e pedagógicas das escolas rurais e a condição do professor atuante na zona rural, o leigo¹³⁴.

¹³⁰ Aspectos destacados por Domingos Neto (2010).

¹³¹ Principais centros econômicos do Piauí, onde se situavam escolas normais além da capital, Teresina.

¹³² Bonfim; Santos Júnior (1995, p. 51).

¹³³ SOCIEDADE... (1922).

¹³⁴ Piauí (1951).

Fatores elencados na Mensagem Governamental de 1951 que constam no trecho transcrito a seguir:

[...]

Na zona rural, servidos comumente por professores leigos, ficaram privados de ajuda e suprimentos de qualquer espécie. Neste particular, ressaltou-se a desigualdade de condições entre o ensino confiado a leigos e o ministrado por diplomados, tão diversos que a estatística escolar dá a este a superioridade de 50% de rendimento. Não é, portanto, de estranhar os déficits de matrícula, frequência e de conclusão de curso [...]¹³⁵.

Diante dessa situação, o governador Pedro de Alencar (31.01.1951 a 31.01.1955) se comprometia em implantar “medidas imediatas” no Departamento da Educação, visando modificar as condições desfavoráveis da educação primária desenvolvida na zona rural. As ações se voltaram para a ampliação da oferta por meio das iniciativas fomentadas com recursos federais, estaduais e municipais¹³⁶.

O ensino primário era desenvolvido em três tipos de estabelecimentos escolares, classificados conforme sua localização espacial: escolas singulares ou isoladas, agrupadas ou reunidas e grupos escolares¹³⁷. As primeiras eram situadas na zona rural dos municípios ou nas áreas limítrofes entre o espaço urbano e o rural, tinham apenas uma sala, a critério da administração pública, e poderiam ser transferidas de uma localidade para outra.

As escolas agrupadas ou reunidas estavam situadas na área urbana dos municípios e eram formadas pela junção de duas ou mais escolas isoladas, ou seja, tinham de duas a quatro salas, podendo ser transformadas em grupos escolares. Estes eram estabelecidos nas sedes dos municípios e representavam o modelo ideal de escola primária. Possuíam cinco ou mais salas e podiam ter as vagas de seus professores transferidas para outros estabelecimentos escolares, conforme determinações do Governo.

¹³⁵ Piauí (1951).

¹³⁶ O Governo estadual, em 1943, assinou o Convênio do Ensino Primário com os municípios para que eles cooperassem financeiramente com o Estado a fim do desenvolvimento da educação. Também foram assinados convênios com o INEP a partir de 1946, favorecendo a ampliação da oferta desse nível de ensino.

¹³⁷ Denominações dadas pelo Regimento Geral da Educação (PIAUI, 1933).

Considerando as instituições de ensino primário e comparando os anos de 1950 e 1960, é possível visualizar o aumento no número de escolas, disposto na Tabela 4:

Tabela 4 – Número de escolas primárias estaduais no Piauí nos anos de 1950 e 1960

Tipo de Escola	1950	1960	% crescimento
Grupo Escolar	47	74	15,74
Escolas Reunidas ou Agrupadas	43	192	446,51
Escolas Singulares ou Isoladas	465	928	199,57
Total	555	1.194	215,13

Fonte: Piauí (1951, 1961).

Conforme os dados da Tabela 4, as escolas isoladas existiam em maior quantidade no ano de 1950 e 1960, elas predominavam em números absolutos, estado presente em todos os municípios piauienses, graças aos recursos disponibilizados pelo Governo Federal para a sua construção.

O tipo de estabelecimento com maior crescimento, contudo, foi o das escolas reunidas ou agrupadas. Embora o grupo escolar fosse o modelo ideal, desejado desde o início do século XX¹³⁸, na prática teve o menor desenvolvimento. O baixo número de grupos escolares se devia à falta de recursos estaduais para construí-los. A solução encontrada foi a de ampliar o número de escolas agrupadas.

¹³⁸ A respeito do surgimento dos grupos escolares no Piauí, consultar Lopes (2001).

A inexistência de recursos suficientes para arcar com as despesas da educação era uma constante nos discursos do governador José da Rocha Furtado (1947-1951), ficando o Estado dependente dos recursos federais. Isso colocava o Piauí à espera de decisões ou de fatores externos que acionassem os dispositivos de estímulo à educação local e a outros campos sociais em vez de provocá-los¹³⁹.

A arrecadação estadual e as despesas revelam a situação financeira do Estado durante a administração de José da Rocha Furtado (1947-1951), caracterizada por déficits orçamentários, como vemos na Tabela 5.

Tabela 5 – Receitas, despesas do Governo e porcentagem de aplicação na educação (1947-1951)¹⁴⁰

Ano	Receita Cr\$	Despesa Cr\$	Déficit Cr\$	Despesa Educação Cr\$	% Educação
1947	43.329.581,30	47.112.994,70	3.793.413,40	8.230.732,10	18,99
1948	44.248.269,00	43.320.363,70	-	9.507.456,00	21,47
1949	53.537.720,50	54.577.444,00	1.039.723,50	9.622.555,50	17,97
1950	58.522.758,90	58.292.786,60	841.805,70	9.958.009,90	17,01
1951	80.618.676,00	76.716.303,50	-	11.920.528,20	14,78

Fonte: Mensagens Governamentais (PIAUÍ, 1947-1951).

Nos dois primeiros anos, a arrecadação praticamente ficou estável, ocorrendo, em 1948, uma elevação dos investimentos na área da educação em mais de dois por cento. Durante os dois últimos anos, apesar do aumento nas receitas houve elevação nas despesas, configurando déficit orçamentário. Os percentuais

¹³⁹ Mendes (1995) destaca que esta postura se dava em relação aos fatores econômicos. Acreditamos que se estendia ao campo educacional.

¹⁴⁰ Quadro construído com dados constantes nas Mensagens Governamentais de 1948 a 1952.

destinados à educação sofreram retração, caracterizando o período como de oscilação dos investimentos nesse setor.

A situação econômica desfavorável se refletia nos baixos salários pagos aos professores, na precariedade das escolas existentes, no atraso no pagamento do aluguel dos prédios que serviam como escolas e nas subvenções às escolas particulares e na falta de materiais de ensino.

O então governador, José da Rocha Furtado (1947-1951), justificava a ausência de ações nos vários campos sociais e no educacional, destacando:

Por não dispor de recursos bastantes, vem o Estado atrasando o pagamento dos aluguéis dos prédios onde funcionam várias repartições públicas e grupos escolares.

No Departamento de Educação, a penúria é geral: os estabelecimentos oficiais de ensino secundário continuam mal aparelhados, e as escolas primárias não dispõem de instalações condignas, nem do material indispensável ao ensino. Quanto às subvenções concedidas a estabelecimentos particulares, não há como pagá-las.¹⁴¹

Essa análise negativa da situação do Estado feita pelo governador passa a ser substituída no Governo seguinte, que se beneficiou de uma situação econômica mais positiva. A arrecadação aumentou em 37,75% e as despesas, em 31,60%, porém a educação teve um decréscimo de 3,23% nos valores investidos.

Em síntese, do ano de 1930 até o final de 1950, a expansão do ensino primário se deu por meio das escolas isoladas devido às ações articuladas entre o Governo Federal, o estadual, o municipal e a iniciativa privada. A participação daquele ocorreu por meio de atividades desenvolvidas pelo INEP. Esse órgão, a partir de 1946, implantou um projeto de expansão e de melhoria do ensino primário rural. Nesse período, estava à frente da instituição o piauiense Murilo Braga, que “[...] conhecendo a realidade piauiense, e movido de amor telúrico ao Estado natal, tudo fez no sentido de melhorar as condições do ensino no Piauí”¹⁴².

Sem dúvida, o Piauí se beneficiou desse projeto. Foram firmados quatro convênios nos anos de 1946 a 1949, e 230 escolas primárias rurais foram

¹⁴¹ Furtado (1990, p. 210) cita a Introdução à Mensagem de 12.07.1948 enviada à Assembleia Legislativa, onde o governador fazia a solicitação aquela casa para votar as medidas da Mensagem enviada em 17.06.1948.

¹⁴² Brito (1996, p. 95).

construídas¹⁴³. No decorrer dos anos de 1950, novos convênios foram assinados. Eles se voltaram para a construção de escolas primárias na zona urbana dos municípios e para a construção de três escolas normais rurais, uma em Campo Maior, outra em Piripiri e a terceira sem espaço definido, se em Picos ou Parnaíba¹⁴⁴. Nenhuma das três chegou a funcionar, sendo seus prédios reaproveitados para outras finalidades.

Os valores recebidos eram repassados aos gestores municipais para a construção das escolas rurais, como atestamos por meio de uma série de ofícios, a exemplo do seguinte:

PODER EXECUTIVO

ATOS DO GOVERNO

Ofício do Departamento de Educação, solicitando que seja entregue ao Prefeito Municipal de Luzilândia, à quantia de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), por conta do crédito recebido do Ministério da Educação e Saúde, para construções destinadas ao ensino primário, correspondente à primeira parcela do auxílio concedido para construção do prédio para a Escola Rural do lugar “Boa Vista” do mesmo município.
“Pague-se em termos”¹⁴⁵.

Levando em consideração que, em 1950, tínhamos 465 escolas isoladas, conforme a Tabela 04, e que, delas, 230 foram construídas por meio dos convênios com o INEP, podemos atribuir a expansão, sobretudo, à ação do Governo Federal. A dependência dos recursos federais se traduzia na falta de obras de infraestrutura impulsionadas pela administração local, colocando o Estado em uma situação de dependência dos recursos federais, responsáveis pela ampliação de obras e de serviços públicos, provocadores e dinamizadores do social e da oferta de educação escolarizada.

A expansão se refletia no número de matrículas e de escolas existentes, apesar das dificuldades em relação à garantia de uma estrutura física adequada dos prédios escolares e às condições de trabalho dos professores. As ações do Estado

¹⁴³ Santana (2011) analisam as ações do governo voltadas para a ampliação dos prédios das escolas rurais.

¹⁴⁴ Brito (1996).

¹⁴⁵ Construções....(1949).

se concentravam no primário. Por sua vez, os municípios e a iniciativa privada atuavam nele e nos outros níveis e modalidades de ensino¹⁴⁶, contribuindo para a ampliação no número de escolas no Piauí. Em suma, no período em análise, tivemos a ampliação da oferta de ensino primário por meio das escolas isoladas. Além disso, a reforma implantada nos anos 1946 e 1947 adaptou a legislação local às determinações da LOEP e da LOEN, ajustando o ensino e a formação dos professores primários locais à legislação federal.

Durante os anos de 1947 a 1961, a organização administrativa e pedagógica do ensino primário estavam disciplinadas em conformidade com o Decreto-Lei 1.306, de 2 de setembro de 1946¹⁴⁷. Esse nível de ensino se daria em duas categorias: primário fundamental e ensino supletivo. O primeiro era composto por dois cursos: o elementar, com duração de quatro anos, e o complementar, com um ano. Essa categoria deveria manter ligação com as outras modalidades de ensino, os cursos ginásial, industrial, agrícola e de formação de regentes de ensino elementar¹⁴⁸. O ensino supletivo tinha duração de dois anos e se destinava aos adolescentes e adultos.

Comparando o Decreto-Lei 1.306, de 2 de setembro de 1946, com a LOEP, vemos uma transcrição desta pela legislação estadual. Os cursos elementar e complementar compunham o primário fundamental e faziam parte do cotidiano das escolas piauienses desde 1910. Aquele tinha duração de três anos e era ministrado nas escolas isoladas ou reunidas. Já o complementar era organizado em dois anos e ministrado nos grupos escolares e na Escola Modelo, únicos estabelecimentos públicos onde se ofereciam os dois cursos.

As determinações da LOEP trouxeram pequenas modificações em relação ao tempo de duração de cada curso do primário, continuando a predominar no Piauí as ofertas do ensino elementar, ampliado de três para quatro anos, e do primário complementar, reduzido em um ano. A existência de apenas 46 grupos escolares¹⁴⁹ limitava o desenvolvimento deste último, e as ações do Governo Federal se

¹⁴⁶ Sobre o ensino secundário no Piauí, consultar Lopes (2012) e Araújo (2012).

¹⁴⁷ O funcionamento da educação primária fora determinado pelo Decreto-lei 1306, de 02 de setembro de 1946, que dispunha sobre a adaptação do sistema de ensino primário do Estado à Lei Orgânica do Ensino Primário (PIAUI, 1946).

¹⁴⁸ Os regentes seriam formados nas escolas normais regionais, nos cursos de regentes de ensino correspondentes ao nível ginásial.

¹⁴⁹ Dado que consta na Mensagem Governamental de 1952 (PIAUI, 1952).

voltavam para a ampliação do ensino rural, desenvolvido por meio do primário elementar.

Quanto ao currículo proposto, a LOEP determinava as disciplinas, certos conteúdos e as práticas educativas a serem trabalhadas no ensino, conforme disposto no Quadro 1:

QUADRO 1 – A Organização do ensino primário nas reformas de 1933 e de 1946

ENSINO PRIMÁRIO			
1933		1946	
ELEMENTAR	COMPLEMENTAR	ELEMENTAR	COMPLEMENTAR
Leitura e escrita, caligrafia	Educação literária	Leitura e linguagem oral e escrita	Leitura e linguagem oral e escrita
Lições de coisas	Lições de coisas	-	-
Aritmética. Cálculo e Noções de Geometria	Matemática	Iniciação à Matemática	Aritmética e Geometria
História Sumária do Piauí e do Brasil E Noções de Geografia Geral e Corografia do Piauí	Educação Cívica, incluindo História, Noções de Educação Moral e Cívica e Geografia	Geografia e História do Brasil	Geografia e História do Brasil, Noções de Geografia e História da América
-	Rudimentos de Ciências Físicas e Naturais	-	Ciências Naturais e Higiene
Noções de Higiene e Urbanidade	Higiene	Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho	Conhecimentos das atividades econômicas da região
Noções de Agricultura e Pecuária	Agricultura e Pecuária		
Desenho e Trabalhos Manuais	Educação Manual	Desenho e Trabalhos Manuais	Desenho, Trabalhos Manuais e práticas educativas referentes às atividades econômicas da região
Canto	-	Canto Orfeônico	Canto Orfeônico
Ginástica	Ginástica	Educação Física	Educação Física
-	-	Economia doméstica e Puericultura (exclusivamente para o sexo feminino)	Economia doméstica e Puericultura (exclusivamente para o sexo feminino)

Fonte: Piauí (1933 e 1946).

Além da iniciação cultural buscada por meio das áreas de Língua Portuguesa, de Matemática, de Geografia e de História, deveriam ser trabalhados os conhecimentos gerais aplicados à vida social e à educação para a saúde e para o

trabalho, os quais eram desenvolvidos por meio das disciplinas de Trabalhos Manuais, de Educação Física, de Ciências Naturais e das Práticas Educativas referentes às Atividades Econômicas da Região.

O programa do ensino primário trabalhado nas escolas piauienses havia sido definido na reforma de 1933¹⁵⁰ e, em 1946, teve alterações em relação aos conteúdos, às disciplinas e às práticas educativas a serem desenvolvidos nas escolas primárias. Por exemplo, as Noções de Higiene e a Higiene compunham o currículo de 1933 e eram ministradas tanto no ensino elementar como no complementar, alternadamente. Com a LOEP, foram reduzidas à Higiene e acopladas às Ciências Naturais¹⁵¹. No caso do ensino normal, com a LOEN, a disciplina Higiene teve maior espaço reservado no currículo.

Por sua vez, as Ciências Físicas e Naturais antes tinham seus rudimentos trabalhados apenas no curso complementar. Com a nova proposta, elas deram lugar para as Ciências Naturais, ofertadas apenas no curso complementar. Os acréscimos se deram em relação aos conhecimentos aplicados à vida social e às atividades econômicas da região, ampliando as discussões para além da agricultura e da pecuária.

As Noções de Educação Moral e Cívica foram retiradas do currículo, enquanto que as práticas educativas referentes às atividades econômicas da região, Trabalhos Manuais, Economia Doméstica e Puericultura para as alunas, foram acrescentadas. As disciplinas de História e de Geografia tiveram modificações em relação ao conteúdo, no lugar dos estudos sobre o Piauí, se tinha a América como foco. O Canto se tornou Canto Orfeônico, a Ginástica cede lugar à Educação Física.

Os Programas de ensino eram organizados seguindo os pressupostos da Escola Ativa¹⁵², devendo a educação escolar retratar o social. A LOEP estabelecia como princípios orientadores do desenvolvimento do curso primário:

¹⁵⁰ Reforma instituída pelo Decreto 1.438/33 (PIAUI, 1933).

¹⁵¹ A ampliação deste componente se deu sob influência norte-americana. Para discussão mais aprofundada sobre o ensino de Ciências nesse período, consultar Mendes Sobrinho (2002).

¹⁵² A apropriação das representações em torno do ideário da Escola Nova no contexto educacional piauiense se deu desde o início do século XX, sendo incorporada à legislação ao longo dos anos e a Escola Ativa nas reformas de 1931 e de 1933, quando há a defesa de uma escola primária voltada para as características do contexto social local.

- a) Desenvolver-se de modo sistemático e gradual, segundo os interesses naturais da infância;
- b) Ter como funcionamento didático as atividades dos próprios discípulos;
- c) Apoiar-se nas realidades do ambiente em que se exerça para que sirva à sua melhor compreensão e mais proveitosa utilização;
- d) Desenvolver o espírito de cooperação e o sentimento de solidariedade social;
- e) Revelar as tendências e aptidões dos alunos cooperando para o seu melhor aproveitamento no sentido do bem estar individual e coletivo;
- f) Inspirar-se, em todos os momentos, no sentimento da unidade nacional e da fraternidade humana.¹⁵³

Esses princípios traziam a educação como parte das necessidades sociais da comunidade e objetivavam a formação dos indivíduos. Consideravam que as prioridades individuais são definidas a partir do social, os anseios particulares são vistos por meio da comunidade. Para tanto, era preciso modificar a estrutura da escola para uma melhor adaptação da educação ao meio social. Tal mudança era influência dos pressupostos da Escola Nova na vertente da Escola Ativa, fundamentada no pragmatismo de Dewey.¹⁵⁴ Assim, a adequação da escola ao social se fazia sentir na proposição das disciplinas, nos conteúdos, nas práticas educativas e pedagógicas e nos princípios direcionadores do ensino primário.

As determinações legais a serem apropriadas se justificavam pelas próprias finalidades do ensino primário estabelecidas no Capítulo I do Decreto-Lei 1.306, de 2 de setembro de 1946:

Art. 1º - O ensino primário no Estado visa o seguinte:

- a) Proporcionar a iniciação cultural que a todos conduza ao conhecimento da vida nacional, e ao exercício das virtudes morais e cívicas que a mantenham e a engrandeçam, dentro de elevado espírito de fraternidade humana;
- b) Oferecer, de modo especial, às crianças de sete a doze anos, as condições de equilibrada formação e desenvolvimento da personalidade;
- c) Elevar o nível dos conhecimentos úteis à vida na família, à defesa da saúde e à iniciação no trabalho¹⁵⁵.

¹⁵³ Brasil (1946a).

¹⁵⁴ Martins (2009) faz uma análise detalhada da influência da Escola Nova na educação piauiense.

¹⁵⁵ Piauí (1946).

As mudanças não se aplicavam apenas às denominações das disciplinas e à indicação de conteúdos e de práticas, merecendo um estudo mais detalhado do currículo proposto, o que extrapolaria os objetivos de nossa pesquisa. Porém a comparação feita nos ajudou a entender as transformações operacionalizadas no currículo do ensino primário durante o período em estudo envolvendo o acréscimo e a supressão de disciplinas, de conteúdos, de saberes pedagógicos e de práticas.

Só por meio da análise das práticas educativas e pedagógicas desenvolvidas nas escolas primárias, é que poderemos afirmar se esse currículo se concretizou, ação que extrapola os objetivos de nossa pesquisa. Mas houve um esforço nesse sentido, pois o Departamento da Educação, ao longo do governo de José da Rocha Furtado (1947-1951), elaborou e implantou ações para a apropriação da referida mudança curricular no interior das escolas primárias, como constatamos no texto abaixo:

Departamento da Educação

Nota

Atendendo a um plano traçado pelo Departamento da Educação, será levada a efeito, nesta Capital, uma série de palestras sobre assuntos educacionais, a cargo da Divisão de Inspeção e Orientação daquele Departamento, com a colaboração de elementos do magistério primário desta cidade.

A primeira palestra será realizada pelo Inspetor de Ensino Raimundo de Alencar Soares, no dia 2 de abril p. vindouro, às 16 horas, no salão nobre da Escola Normal "Antonino Freire".

Para a mesma palestra, que versará sobre o tema "O PROBLEMA EDUCACIONAL DO PIAUÍ", o Departamento da Educação convida todos os interessados no assunto, inclusive as autoridades e o magistério público local.

Departamento da Educação, em Teresina. 30 de março de 1949.¹⁵⁶

As práticas de divulgação das mudanças no ensino primário se concentravam na capital. Como parte dos professores das escolas rurais não possuía formação pedagógica, podemos colocar em questionamento se, em relação aos aspectos metodológicos, as determinações estabelecidas pela nova legislação educacional foram incorporadas às práticas pedagógicas desses profissionais, caracterizadas como tradicionais. Se uma condição para nos apropriarmos das

¹⁵⁶ DEPARTAMENTO... (1949a).

representações e das determinações legais é dar sentido ao que está sendo incorporado e vivenciar práticas que favoreçam sua apropriação, como, então, o Estado possibilitou àqueles professores se apropriarem das novas determinações?

Nesse sentido, entre as práticas desenvolvidas estava a da divulgação do programa do ensino primário, elaborado em 1949 e distribuído para as escolas primárias pelo Departamento da Educação:

CONVITE

O Departamento da Educação convida as senhoras Diretoras de estabelecimentos públicos primários desta Capital, a virem receber na Divisão de Inspeção os novos programas de ensino, recentemente elaborados e pelos quais deverão reger-se a partir do corrente ano.

D.E em 19 de abril de 1949¹⁵⁷.

Esse programa, infelizmente, não foi localizado. Ele chegava às escolas rurais por meio dos Inspetores de ensino, caracterizando-se como uma ação do governo para assegurar a apropriação de novos direcionamentos pedagógicos e metodológicos da prática educativa. Sua apropriação pelos professores rurais era uma preocupação dos dirigentes educacionais.

Entre as mudanças trazidas pelo Decreto-Lei 1.306, de 2 de setembro de 1946, estavam as medidas administrativas que deveriam fazer parte do universo das ações governamentais, tais como:

- a) Planejamento dos serviços de ensino, em cada ano, de tal modo que a rede escolar primária satisfaça às necessidades de todos os núcleos de população;
 - b) Organização, para cumprimento progressivo, de um plano de construções e aparelhamento escolar;
 - c) Preparo do professorado e do pessoal de administração segundo as necessidades do número das unidades escolares e a sua distribuição geográfica;
 - d) Organização da carreira do professorado, e que se estabeleçam níveis progressivos de condigna remuneração;
- [...] ¹⁵⁸

¹⁵⁷ DEPARTAMENTO... (1949b).

¹⁵⁸ Piauí (1946).

Encontrava-se destacada a necessidade da estruturação física das escolas primárias por meio da construção dos prédios escolares e de seu aparelhamento. Ao Estado competia, em cooperação a ser estabelecida com o Ministério da Educação e Saúde, organizar estudos referentes às construções e ao aparelhamento escolar. No ano de 1946, o INEP implantou um projeto de expansão e de melhoria do ensino primário, conforme citado.

A LOEP anunciava uma nova formação para os docentes que atuavam no ensino primário, detalhada na LOEN. Desse modo, mantinham essas duas leis vínculos complementares entre si, aspecto tratado na subseção seguinte.

2.3 O anúncio de uma nova formação para os professores primários

O Decreto 1.306, de 02 de setembro de 1946, disciplinava sobre a organização do ensino primário e proclamava mudanças para a formação docente. Seu estudo nos aproximou desses anúncios. O Decreto estabelecia, nos capítulos IV e VI, em relação ao corpo docente:

Capítulo IV

Do corpo docente e administrativo

Art. 34 – O magistério só pode ser exercido por brasileiros, maiores de dezoito anos, de boas condições de saúde física e mental, e que hajam recebido preparação conveniente, em cursos apropriados ou prestado exame de habilitação, na forma da lei.

Art. 35 – O poder público providenciará no sentido de obter contínuo aperfeiçoamento técnico do professorado das suas escolas primárias.

Art. 36 – Os diretores de escolas públicas primárias serão sempre escolhidos mediante concursos de provas entre professores diplomados, com exercício anterior de três anos, pelo menos, e, de preferência, entre os que hajam recebido curso de administração escolar.¹⁵⁹

¹⁵⁹ Piauí (1946).

O exercício da atividade de professor primário estava condicionado a alguns critérios: ser brasileiro, ter a idade mínima de 18 anos, condições de saúde física e mentais, formação em curso normal ou ter prestado exames de habilitação. Cabendo ao Estado providenciar o aperfeiçoamento técnico dos professores¹⁶⁰, esses critérios se refletiam não só no ingresso, mas, principalmente, em relação ao processo formativo que deveria ser vivenciado, provocando mudanças no ensino primário na constituição profissional dos docentes desse nível de ensino.

As ações do Governo estadual se focaram também na realização de concursos, provocando um aumento no número dos contratados, conforme os dados dispostos na Tabela 6:

¹⁶⁰ O aperfeiçoamento técnico dos professores era uma preocupação que já se fazia presente desde o final dos anos de 1920 e se reportava à sua formação e ao domínio dos métodos ativos. Assumiu papel de destaque na legislação e nas ações do Ministério da Educação e Saúde por meio dos cursos ofertados pelo INEP.

Tabela 6 – Número de vagas nas escolas do ensino primário destinadas a concurso no Estado do Piauí: 1946 a 1950

Municípios	1946*		1947			1948*		1949			1950		
	EI ++	ER+ +	EI	ER	GE++	EI	ER	EI	ER	GE	EI	ER	GE
Altos	-	-	-	-	-	-	-	04	-	01	03	-	-
Alto Longá	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-
Amarante	01	-	01	-	-	-	-	03	-	01	03	-	-
Barras	-	-	-	-	01	-	-	02	-	-	02	-	-
Batalha	-	-	-	01	-	-	-	01	-	02	01	-	-
Benedictinos	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-
Berlenga	03	01	03	-	01	02	-	03	01	-	-	-	-
Bertolínia	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	01	-	-
Bom Jesus	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-
Buriti dos Lopes	-	-	-	-	01	01	-	01	-	02	02	-	-
Campo Maior	-	-	-	-	-	-	-	02	-	-	02	-	-
Canto do Buriti	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-
Caracol	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	01	02	-
Cocal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-
Corrente	01	-	01	-	-	02	-	-	02	-	-	02	-
Esperantina	-	-	-	01	01	-	-	01	-	-	01	-	-
Floriano	02	01	02	-	-	01	-	03	-	-	02	-	-
Fronteiras	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-
Gilbués	03	-	03	-	-	01	-	02	01	-	02	01	-
Guadalupe	01	-	01	-	-	-	-	02	-	-	02	-	-
Jaicós	-	-	-	-	-	-	-	02	-	-	-	02	-
Jeromenha	02	-	01	-	-	01	-	01	-	-	01	-	-
José de Freitas	01	-	-	-	-	-	-	02	-	-	02	-	-
Luzilândia	-	-	-	01	-	-	-	01	02	01	01	02	-
Luís Correia	-	-	-	-	-	-	-	-	02	-	-	-	-
Miguel Alves	-	-	-	-	01	-	-	02	-	01	03	-	01
Oeiras	01	-	-	-	-	01	-	02	-	-	02	-	-
Paulistana	01	-	-	-	-	-	-	-	02	-	-	02	-
Palmeirais	01	-	-	-	-	-	-	01	-	01	01	-	-
Parnaíba	-	01	-	-	-	01	-	02	-	12	02	-	-
Parnaçuá	01	-	01	-	-	01	-	01	-	-	01	-	-
Pedro II	03	-	03	-	-	01	-	07	-	01	08	01	-
Picos	02	-	01	-	01	01	-	01	-	-	01	-	-
Pio IX	01	-	01	-	-	01	-	-	02	-	-	-	-
Piripiri	03	-	03	-	01	02	-	03	-	03	04	-	-
Porto	-	-	-	-	01	-	-	-	-	01	-	-	-
Regeneração	01	-	01	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-
Ribeiro Gonçalves	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	01	-
Santa Filomena	-	-	-	-	-	-	-	-	02	-	-	-	-
São Pedro do Piauí	01	-	-	-	-	01	-	03	01	-	03	-	-
S. Raimundo do Nonato	03	-	03	-	01	02	02	04	01	02	02	-	-
São Miguel do Tapuio	-	-	-	-	-	-	-	-	02	-	-	-	-
São João	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-
Simplício Mendes	01	-	-	-	01	01	-	01	-	-	01	-	-
Teresina	04	01	02	-	-	04	01	06	01	-	06	01	-
União	03	-	02	-	-	01	02	04	-	-	04	-	-
Uruçuí	01	-	01	-	-	-	-	02	-	-	02	-	-
Valença	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	03	01	-
TOTAL	41	04	30	03	10	27	05	71**	25	28***	69	16****	01

Fonte: Piauí (1946a, 1947f, 1948h, 1950).

*Tipos de escolas primárias: EI (Escola Isolada), ER (Escola Reunida), GE (Grupo Escolar); - Não foram disponibilizadas vagas; ** 08 vagas destinadas aos regentes de ensino; *** não estão inclusas 13 vagas para professores de educação física; **** 10 vagas destinadas aos regentes de ensino.

Na composição da Tabela 06, consideramos que, durante os anos finais da década de 1940, era divulgado o número de vagas existentes nas escolas de ensino primário no início e no final de cada ano, abriam-se as vagas e se promoviam os concursos por meio de títulos. O ingresso no serviço público como professor efetivo considerava dois critérios: concurso ou requerimento da vaga existente, disponibilizada, em sua maioria, nas escolas isoladas. Porém nem todas eram preenchidas, e o governo acabava lançando mão da contratação temporária de diplomados e, sobretudo, de leigos, que acabavam se efetivando por tempo de serviço.

As vagas constantes da Tabela 06 se referem apenas às disponíveis em um semestre. Nosso interesse se deteve no total de vagas disponibilizadas, no número de professores que ingressaram no sistema escolar piauiense anualmente e em sua relação com o aumento na oferta do ensino primário. Junto essa ampliação, os concursos se caracterizavam como uma das ações do Governo no campo educacional e se direcionavam à seleção e à contratação de professores para as escolas rurais.

O somatório das vagas disponibilizadas na segunda metade dos anos de 1940 contabiliza 330 salas de aulas. Desse total, 239 se destinavam às escolas isoladas, 52 para as escolas reunidas e 39 para os grupos escolares distribuídos nos anos 1947, 1949 e 1950. Muitas escolas isoladas permaneciam sem professores diplomados ou leigos dispostos a nelas trabalhar. Na Tabela 06, constatamos essa situação, sendo um exemplo as do município de Berlengas¹⁶¹, as quais, durante os concursos de 1946 e de 1947, não preencheram suas vagas por falta de candidatos, situação repetida em outros municípios, como Corrente, Floriano e Gilbués.

A localização das escolas, os baixos salários e a falta de condições de trabalho se constituíam como os principais motivos que levavam os professores a não concorrer às vagas existentes. A recusa em assumir certas escolas isoladas, mais distantes das sedes dos municípios, não era uma situação presente apenas nos anos de 1940, mas, desde o surgimento da Escola Normal Oficial do Piauí, em 1910, o governo convivia com a dificuldade de assegurar, na zona rural, a presença de professoras normalistas.

¹⁶¹ Em 1948, passou a ser denominado de Valença do Piauí.

A Escola Normal Oficial do Piauí e as duas outras escolas normais mantidas pelo Estado, situadas nos municípios de Parnaíba e de Floriano, deveriam atender à demanda de formação docente, porém o estado não conseguia assegurar a presença de normalistas nas escolas isoladas, distantes das sedes dos municípios. Havia, portanto, a dificuldade de garantir o ensino primária regida por diplomados à população dos sete aos doze anos nos vários municípios piauienses. Para amenizar a situação, o Governo lançava mão do recurso de preencher as vagas remanescentes dos concursos com a contratação interina de professores leigos¹⁶².

Com a LOEN, foi aberta a possibilidade de substituir os leigos e de levar às escolas isoladas regentes de ensino. Segundo essa Lei, o ensino primário rural deveria ser assumido pelos regentes de ensino, formados no primeiro ciclo do secundário, o ginásial, por meio do curso de regentes de ensino, com duração de quatro anos.

A política educacional do Governo Federal, por intermédio da LOEN, direcionava-se para a ampliação do acesso à educação escolar e para a melhoria da qualidade do ensino, impactando na expansão do acesso à escolarização primária. O Ministério da Educação investiu, por meio do INEP, na construção de escolas rurais visando à reconstrução educacional de cada região. As medidas tomadas objetivavam modernizar os sistemas e profissionalizar seus funcionários, tendência que se prologou durante toda a década de 1950.¹⁶³ O Piauí seguiu esse direcionamento, adequou a legislação local à LOEN e, por meio do Decreto-Lei nº1.402, de 27 de janeiro de 1947, criou a categoria profissional dos regentes de ensino, estabelecendo uma nova regulamentação para a contratação dos professores primários piauienses.

Considerando o Decreto nº 2, de 04 de março de 1948, no qual o Governo dispôs sobre a lotação dos estabelecimentos de ensino primário, havia, no estado, 46 grupos escolares, um jardim de infância, 43 escolas reunidas e 225 escolas isoladas, totalizando 315 estabelecimentos de ensino e 533 salas de aulas regidas por 549 docentes. Destes, 103 eram professores de letras (leigos) e 326 professores

¹⁶² O Decreto-Lei nº 441, de 28 de outubro de 1941, que instituía o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Piauí, determinava que os ocupantes de cargos interinamente seriam inscritos ex-officio nos concursos e que, transcorridos cinco anos, eles se tornariam efetivos por meio de enquadramento funcional. Mas o cargo de professor leigo não estava contemplado nas classes de professores primários (PIAUI, 1941).

¹⁶³ Mendonça e Xavier (2008) analisam a atuação do INEP e do MEC por meio da política voltada para a formação do magistério.

primários. Em 1949, por meio de concurso, a gestão estadual disponibilizou 137 vagas, sendo 79 para os regentes de ensino e 58 para os professores primários, incluindo 13 de Educação Física¹⁶⁴.

Havia certa agilidade por parte do Governo para substituir os leigos pelos regentes de ensino, o que se comprova pelo Decreto nº 2, de 04 de março de 1948. Cabe interrogar: como esperava fazer de início a lotação deste tipo de professor? Pois segundo a LOEN, ele seria formado somente em escolas normais regionais, e, no Piauí, essa modalidade de escola surgiu em 1947, quando a Escola Normal Municipal de Floriano foi transformada em Escola Normal Regional. Será que esta Instituição conseguiu atender à demanda da formação dos regentes de ensino? O Estado alcançou o objetivo de lotá-los nas escolas rurais nos anos seguintes?

Com a criação da Escola Normal Regional de Floriano, em 1947, ainda nesse ano se formaram os primeiros regentes de ensino no Piauí, conforme vemos nas imagens 1 e 2:

¹⁶⁴ Piauí (1948c).

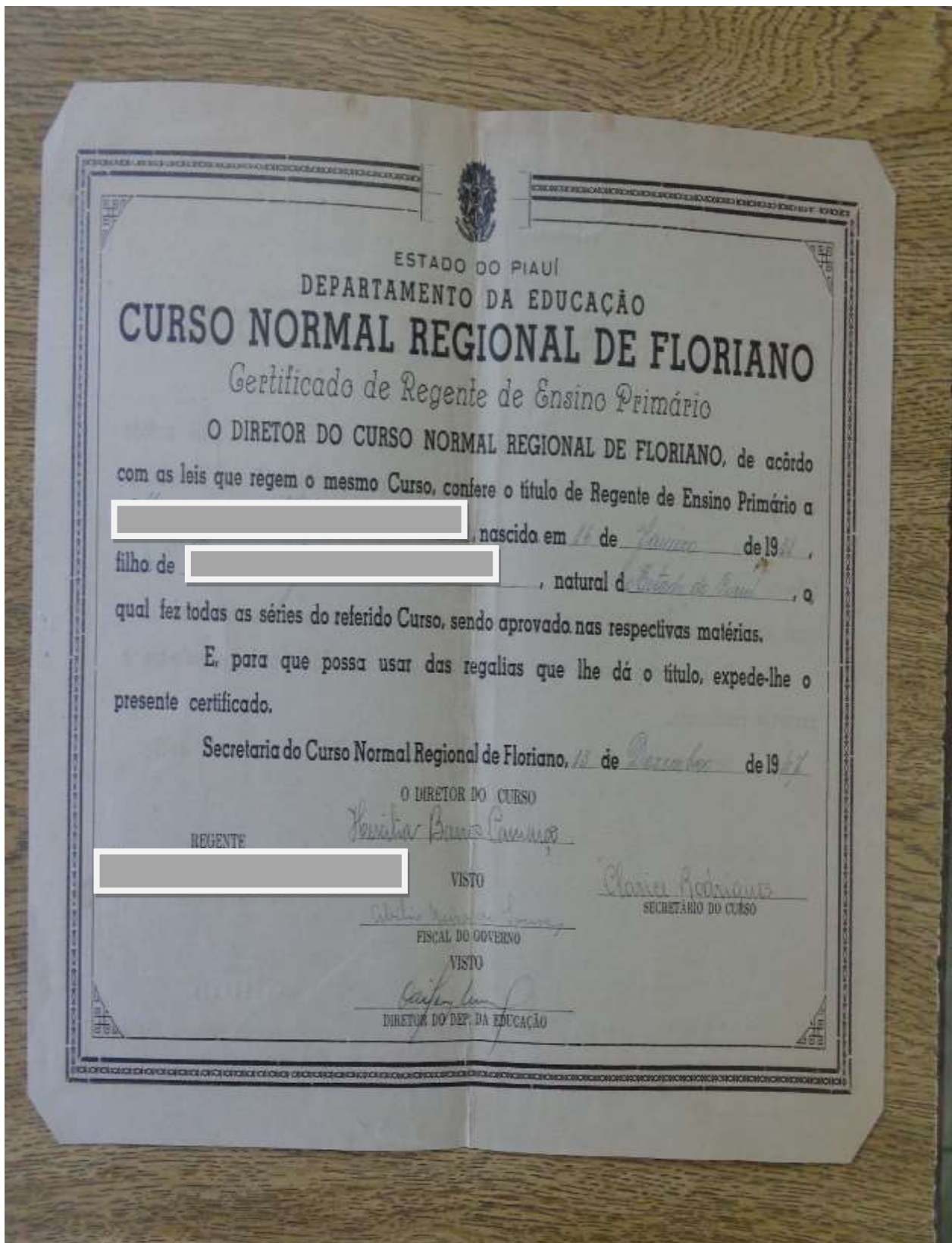


Imagem 1 - Diploma do Curso de Regente de Ensino¹⁶⁵.
Fonte: PIAUÍ (1947).

¹⁶⁵ Visando preservar o anonimato da aluna, suprimimos seu nome e de seus pais do referido documento.

Essa escola cumpria com a estratégia¹⁶⁶ de preparar professores para atuar nas escolas rurais substituindo os leigos. Ao que parece, não surtiu o efeito esperado, mesmo tendo sido diplomados, a partir de 1947, os primeiros regentes de ensino. Isso porque o número de formados não era suficiente para atender à demanda das escolas rurais, e havia as resistências dos que demonstravam não ter interesse em assumir as vagas nas referidas Instituições.

Um dos motivos para essas recusas pode estar ligado à procura de alguns alunos da Escola Normal Municipal de Floriano pela complementação de curso na Escola Normal Oficial do Piauí. Por meio de um levantamento dessa situação no período de 1945 a 1961, identificamos 92 alunos matriculados no referido curso, conforme disposto na Tabela 7:

¹⁶⁶ Segundo Certeau (2008), a estratégia pode ser entendida como a capacidade que os grupos com poder, neste caso, o Estado, têm de elaborar ações para a concretização de seus ideais.

Tabela 7 – Alunos concludentes do Curso Normal oriundos da Escola Normal Municipal de Floriano¹⁶⁷

Ano de Conclusão	Nº de Concludentes
1945	09
1946	13
1947	13
1948	14
1949	19
1950	04
1951	06
1952	03
1953	00
1954	03
1955	01
1956 a 1960	00
1961	01
TOTAL	92

Fonte: Piauí (1945-1961).

Outra razão pode ser atribuída à procura de complementação dos estudos, pois o curso ofertado pela Escola Normal de Floriano tinha duração de três anos. Também, quando comparamos as disciplinas do currículo da referida Instituição com a do ginásio, percebemos que se assemelhavam às trabalhadas neste nível de ensino. Já na Escola Normal Oficial do Piauí, ao longo dos cinco anos, assegurava-

¹⁶⁷ Identificamos, entre os concludentes de 1945, sete homens: Pedro Rodrigues Monção que havia frequentado a Escola Normal Municipal de Floriano, e Lucídio Vieira de Araújo, Lúcio Vieira de Araújo, Sandoval Batista Feitosa, Geraldo de Oliveira Lopes, Claudio da Silva Félix, João Luiz Plácido, que haviam frequentado a Escola de Adaptação, anexa à Escola Normal Oficial do Piauí, onde era oferecido o curso preparatório. Além desses, Francisco Pereira da Costa e Silva e José de Ribamar Leal concludentes de 1946 vindos da Instituição de Floriano, Erasmo de Sousa Borba concluiu em 1947, vindo da Escola Normal Municipal de Floriano, e Demóstenes de Sousa Borba e Pedro Maranhense Costa, concludentes de 1949, vieram da Escola Normal Municipal de Floriano (PIAÚI, 1945 a 1961).

se uma formação geral, semelhante ao segundo ciclo do ensino secundário, além da formação pedagógica.

As razões para a vinda dos formandos da Escola Normal de Floriano também se ligam às representações em torno da profissão, do professor normalista e do status gerado aos egressos por terem frequentado a Escola Normal Oficial do Piauí. Dessa forma, as práticas sociais não se constituem apenas por determinações legais, mas a dinâmica da vida social lhes dá sentido e faz a adequação aos anseios, aos desejos sociais e pessoais.

Seis anos após a adequação da legislação estadual à LOEN, o Governo continuava a reforçar a determinação de substituir os leigos pelos regentes e promulgou a Lei nº 857, de 06 de abril de 1953¹⁶⁸, em que se encontrava reforçado que o cargo de professor público primário só poderia ser exercido por diplomado pela Escola Normal Oficial do Piauí ou por escola reconhecida e que os professores primários e os regentes de ensino poderiam requerer junto ao Departamento de Ensino cargo ou vaga existente, ocupada por leigo sem estabilidade.

Uma novidade trazida por essa Lei foi o fato de que as vagas preenchidas interinamente por professores leigos poderiam ser solicitadas por pessoas com, pelo menos, o segundo ano do curso ginasial ou normal. Essa determinação afetava o exercício da profissão e representava um retrocesso, pois, anteriormente, a Lei nº 50, de 24 de dezembro de 1947¹⁶⁹, estabelecia que o exercício da atividade docente se desse apenas por diplomados. Com a Lei nº 857, de 06.04.1953, essa situação se modificava, pois ela permitia aos indivíduos com certo nível de escolarização, mas sem formação pedagógica, ingressar na carreira docente.

Essa mesma Lei trazia a possibilidade de diplomados não concursados, com nomeação em caráter extranumerário, após cinco anos de efetivo serviço, serem enquadrados como efetivos se não houvesse certame no período. Essas ações estabelecidas em Lei demonstram que o Estado continuava tendo dificuldades para assegurar nas escolas rurais a presença de docentes com o curso normal. Essas determinações da legislação podem ser vistas como uma estratégia elaborada pelo Governo local para atrair os diplomados e substituir os leigos.

¹⁶⁸ Esta Lei dispôs sobre o preenchimento de cargos ou vagas no ensino primário e dava outras providências (PIAÚÍ, 1953).

¹⁶⁹ Criou a carreira de regente de ensino e reestruturou a carreira de professor primário(PIAÚÍ, 1947g).

A contratação e a efetivação dos extranumerários representavam uma forma de ampliar a oferta com menos gasto dos recursos públicos. Eles ganhavam Cr\$ 644,88, valor correspondente a 20% a menos que os vencimentos dos efetivos da classe inicial de professores primários, como podemos notar no Quadro 2:

Quadro 2 - Valores recebidos pelos professores primários piauienses em 1953 conforme a classe ocupada

Número de classes	Cargo	Espaço de atuação	Remuneração Cr\$
4 ^a	Professor Primário	Grupos Escolares	1.050,00
3 ^a	Professor Primário	Escolas Agrupadas da Capital	960,00
2 ^a	Professor Primário	Escolas Agrupadas Interiores	879,00
1 ^a	Professor Primário ou Regente de Ensino	Escolas Isoladas	806,10

Fonte: PIAUÍ (1953).

Os professores extranumerários atuavam nos vários tipos de escolas, e os leigos trabalhavam na zona rural. Os que exerciam estes cargos recebiam Cr\$ 644,88 e Cr\$ 403,05, respectivamente e nenhum deles era enquadrado. Mas a Lei nº 857/1953 assegurava aos primeiros a possibilidade de se efetivarem após cinco anos de serviço. Comparando os salários dos extranumerários e dos leigos com os dos professores primários das diferentes classes, é visível que o Estado não conseguia atender à determinação estabelecida no artigo V do Decreto-Lei 1.306¹⁷⁰, de 2 de setembro de 1946, em relação à conveniência de se estabelecer “níveis

¹⁷⁰ Piauí (1946).

progressivos de condigna remuneração”. A diferenciação entre eles era estabelecida pelos valores recebidos, pela classe, pelo espaço de atuação e pela formação.

Essa situação provocou mobilização por parte das professoras extranumerárias, como podemos perceber na matéria veiculada no Jornal do Comércio, de março de 1953:

Aumento para as Professoras

Estamos seguramente informados que, vários deputados, inclusive o sr. Santos Rocha, com o apoio do Prof. Alceu Brandão, dedicado Diretor do Departamento da Educação, estão empenhados em obter uma formula justa para solucionar a situação das professoras – extranumerárias, que, atualmente, percebem o mais deprimente salário, em paga dos serviços que prestam à instrução pública. Nós, que temos nos batido a favor dessa reivindicação das professoras, nos congratulamos com os parlamentares, porque comprovam, deste modo, que, não apenas a situação dos altos servidores lhes preocupa, mas, também a do pequeno funcionário, como as professoras em lide, que estão com vencimentos iguais às zeladoras de grupos e contínuos das Repartições Estaduais.¹⁷¹

Havia, por parte das professoras extranumerárias, uma movimentação em torno da melhoria salarial, tendo elas de reivindicar aos segmentos políticos para que suas demandas fossem atendidas. O texto acima transcrito antecedia à promulgação da Lei 857, de 06.04.1953, e acreditamos que a mobilização objetivava também assegurar o enquadramento dessas professoras nas classes existentes no quadro funcional.

As transformações no campo educacional desencadeadas pelas reformas em estudo eram significativas, sendo, ao longo dos anos de 1947 a 1961, efetivados ajustes na legislação dos ensinos primário¹⁷² e normal¹⁷³ em conformidade com as deliberações das LOE, provocando modificações na formação, no exercício profissional e na contratação de professores.

Nesse contexto, a ampliação do ensino primário mantinha relações com a expansão da oferta de serviços públicos. Isso, juntamente com a relativa dinâmica social, provocou pensar sobre os anseios colocados em relação à formação e à atuação das professoras primárias, as vinculando às determinações da LOEN.

¹⁷¹ Jornal “O Comércio”, de 31.03.1953 (PIAUÍ, 1953).

¹⁷² O ensino primário foi ajustado às determinações da Lei Orgânica do Ensino Primário por meio do Decreto-Lei 1.306/46, de 02 de setembro de 1946 (PIAUÍ, 1946a).

¹⁷³ Reforma instituída pelo Decreto-Lei 1.402/47 (PIAUÍ, 1947a).

Pensar as representações em torno desses profissionais, a forma como estava sistematizado seu processo formativo e as apropriações ocorridas durante o período em estudo são alguns temas aprofundados na subseção seguinte.

2.4 O Ensino Normal: sua organização, seu funcionamento e os saberes da formação

Desde a década de 1910 vinham sendo implantadas ações governamentais direcionadas para a ampliação e a organização administrativa e pedagógica das escolas primárias e do curso normal, desencadeando o aumento na oferta desses níveis de ensino. No Piauí, a expansão do ensino normal se concretizava na medida em que ocorria a construção de escolas primárias e surgia a necessidade de professores para esse nível de ensino.

Até 1926, o curso normal era trabalhado apenas pela Escola Normal Oficial do Piauí, localizada em Teresina. Sua expansão se deu graças às iniciativas municipal e particular, como vemos no Quadro 3:

QUADRO 3 – Escolas Normais no Piauí

Escola	Ano de Surgimento	Município
Normal Oficial do Piauí	1910	Teresina
Normal de Parnaíba	1927	Parnaíba
Normal Municipal de Floriano	1929	Floriano
Normal Sagrado Coração de Jesus	1931	Teresina
Normal Nossa Senhora das Graças	1947	Parnaíba

Fonte: Brito (1996); Mendes (2012).

Em 1947, a formação de professores primários era trabalhada nas cinco escolas existentes. Enquanto nas demais o curso normal era ministrado em cinco anos, na Escola Municipal de Floriano tinha duração de três anos e era fruto da iniciativa municipal, assim como a Escola Normal de Parnaíba. Os colégios Sagrado Coração de Jesus e Nossa Senhora das Graças eram instituições particulares, ligadas à Igreja Católica.

O marco do ensino normal no Piauí¹⁷⁴ foi a Resolução Provincial nº 563, de 5 de agosto de 1864, que criou a primeira Escola Normal, cuja história é marcada por inúmeras aberturas e fechamentos. Em 1908, foi fundada a Escola Normal Livre, por iniciativa da Sociedade Auxiliadora da Instrução, entidade não governamental, que ofertou o curso normal no ano seguinte, sendo, em seguida, extinta. Em 1910, o governador Antonino Freire (1910-1912) fundou a Escola Normal Oficial do Piauí.

Ao longo dos anos, essa instituição se constituiu como um centro de disseminação da modernização escolar no Piauí. Inicialmente, vinculava-se à função regeneradora¹⁷⁵ da educação. Seus fundadores acreditavam que, por meio do processo de escolarização, o povo sairia da condição de analfabeto e o progresso se instalaria.

Também em 1910, foi implantada uma reforma educacional que reestruturou os diversos níveis de ensino, reorganizou a formação dos professores primários, estabeleceu a preferência pela feminização do magistério¹⁷⁶ e elevou de três para quatro anos a duração do curso normal, com as seguintes disciplinas, dispostas no Quadro 4:

¹⁷⁴ O ensino normal e a Escola Normal Oficial do Piauí têm se constituído em objeto de estudo de vários autores piauienses, entre eles Ferro (1996), Lopes (2001, 1996), Soares (2004), Mendes Sobrinho (2002), Mendes (2012), Melo (2005), Rodrigues (2013), entre outros.

¹⁷⁵ Situa-se na década de 1910 a origem do discurso modernizador da rede escolar piauiense, expresso pela urgência de mudança da forma de recrutamento e da composição profissional do professor (LOPES, 2001).

¹⁷⁶ Idem (1996).

Quadro 4 – Disciplinas do Curso Normal de 1911

ANOS ESCOLARES			
1º	2º	3º	4º
Português	Português	Português	
			Literatura
Francês	Francês	Francês	
Aritmética	Aritmética e Álgebra	Geometria e Trigonometria	
Geografia	Geografia e Cosmografia		
Desenho	Desenho	Desenho	
Música	Música	Música	
Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais e de Agulha	
Ginástica			
	Pedagogia	Pedagogia	Pedagogia
	Metodologia	Metodologia	Metodologia
	Física		
	Química	Química	
		Meteorologia	
		História Natural Zoologia e Botânica	História Natural
			História da Civilização e do Brasil
			Mineralogia e Geologia
		Arboricultura	
		Horticultura	
		Jardinagem	
			Economia Rural
			Economia Doméstica
			Higiene
		Ed. Moral e Cívica	Ed. Moral e Cívica

Fonte: Brito (1996, p. 58).¹⁷⁷

¹⁷⁷ Lei nº 642, de 17 de julho de 1911, apud Brito (1996, p. 58).

As disciplinas foram distribuídas nos quatro anos de duração do curso normal. As colunas na vertical indicam aquelas a serem cursadas em cada ano específico. Na horizontal vemos a presença de uma determinada disciplina nos diferentes anos escolares. Esse currículo, de cunho mais propedêutico e humanista do que pedagógico, assemelhava-se ao trabalhado no ensino secundário e teve poucas modificações ao longo das décadas seguintes. Foi reestruturado pela reforma de 1933¹⁷⁸, e o curso foi ampliado para cinco anos, com acréscimo das disciplinas de História do Piauí, de Inglês, de Biologia, Psicologia e de Didática, sendo esta no lugar de Pedagogia.

Em 1938, foram acrescentados os componentes de Economia Doméstica e de Educação Moral e Cívica, tendo eles permanecido até 1947, quando o Decreto-Lei 1.402 adequou o ensino normal às determinações da LOEN e implantou um novo currículo com um considerável aumento no número de disciplinas pedagógico-didáticas, conforme se observa na comparação dos currículos de 1933, de 1938 e de 1947, dispostos no Quadro 5:

¹⁷⁸ A respeito das reformas de 1931 e de 1933, consultar Martins (2011).

Quadro 5 – Disciplinas do Curso de Formação de Professores Primários: 1933 a 1947

Ano	Ano escolar	DISCIPLINAS	Ano	DISCIPLINAS	Ano	DISCIPLINAS
1933	1º	Português, Francês, Aritmética, Geografia, Desenho, Trabalhos, Música, História do Piauí.	1938	Português, Francês, Geografia Geral, Matemática (introdução geral), Música, Desenho, Trabalhos Manuais, Educação Física.	1947	Português, Matemática, Física, Química, Anatomia e Fisiologia Humanas, Música e Canto, Desenho e Artes Aplicadas, Educação Física e Recreação e Jogos.
	2º	Português, Francês, Inglês, Aritmética, Física e Química, Geografia, Desenho, Trabalhos, Música, História Natural, História do Brasil.		Português, Francês, Inglês, Geografia e Cartografia (estudos das regiões), História da Civilização, Matemática (especialmente Aritmética), História Natural (estudo geral), Música, Desenho, Trabalhos Manuais, Educação Física.		Biologia Educacional, Psicologia Educacional, Higiene e Educação Sanitária, Metodologia do Ensino Primário, Desenho e Artes Aplicadas, Música e Canto, Educação Física e Recreação e Jogos.
	3º	Português, Inglês, Matemática, Física e Química, Biologia, Desenho, Trabalhos, História da Civilização, História Natural, História do Brasil.		Português, Inglês, Geografia do Brasil e Cartografia, Matemática (Álgebra e Geometria), História da Civilização (Idade Média, História Moderna e Contemporânea), Física, História Natural (estudo especial), Biologia e Higiene (noções gerais), Desenho, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica, Educação Física, Música.		Psicologia Educacional, Sociologia Educacional, História e Filosofia da Educação, Higiene e Puericultura, Metodologia do Ensino Primário, Desenho e Artes Aplicadas, Música e Canto, Prática de Ensino, Educação Física, Recreação e Jogos.
	4º	Português, Física e Química, Higiene, Didática, Psicologia, Metodologia, Música, História do Brasil.		Português (Estilística e História da Literatura Brasileira), Psicologia Educacional, Higiene e Noções de Puericultura, Química, Metodologia Geral, Didática, Música (Canto Coral), Educação Física, História da Civilização (especialmente do Brasil).		-
	5º	Didática, Psicologia, Metodologia, Desenho, História da Educação, Noções de Agricultura.		História da Civilização (especialmente do Piauí), Noções de Agricultura, Psicologia Educacional, Metodologia Especial e Educação Moral e Cívica, História da Educação, Desenho Pedagógico, Educação Física, Didática, Música.		-

Fontes: PIAUÍ (1933; 1938); BRASIL (1946b).

De 1864 a 1909, o currículo proposto “[...] objetivava formar profissionais da moralização elementar, propiciar conhecimentos nas cadeiras de cultura geral e, preparar de forma simplificada, professores para o exercício do magistério através da cadeira de Métodos do ensino elementar.”¹⁷⁹ Esse se expandiu na reforma de 1910, agregando à formação intelectual uma preparação fundamentada em saberes científicos. Nesse currículo se defendia a reformulação da escola tradicional e a instalação de uma nova escola, sem, contudo, esquecer a formação moral.

A orientação moral dos docentes foi substituída gradativamente pelos saberes científicos e disciplinares expressos por meio das áreas específicas de conhecimento, sendo agregadas disciplinas voltadas para os aspectos pedagógicos e metodológicos relacionados ao como fazer e trabalhados por meio dos saberes embasados na Pedagogia¹⁸⁰. Prevalcia, todavia, a preocupação com a formação intelectual dos professores primários, expressada em um currículo científico de conhecimentos gerais¹⁸¹, tendência presente até a matriz de disciplinas instituída pelo Decreto nº 1.438, de 31 de janeiro de 1933.

Desse período em diante, ampliou-se o número de disciplinas pedagógico-didáticas, concentrado nos dois últimos anos do curso, prevalecendo, ainda, o predomínio da formação geral contemplada em 19 disciplinas, enquanto apenas quatro se voltavam para os aspectos pedagógico-didáticos (Psicologia, História da Educação, Didática e Metodologia).

Situação similar estava presente na matriz das disciplinas de 1938. Das vinte e uma existentes, apenas cinco (Psicologia Educacional, História da Educação, Didática, Metodologia Geral e Metodologia Especial) tinham caráter pedagógico-didático. Os saberes curriculares de cunho científico se sobrepunham, contrariando as afirmações de que, a partir dos anos de 1930, o processo formativo nas escolas normais passou a se orientar por um modelo pedagógico-didático. No Piauí, mantinha-se a tendência de “[...] um curso híbrido, que oferecia, ao lado de um exíguo currículo profissional, um ensino de humanidades e ciências quantitativamente mais significativo”¹⁸².

¹⁷⁹ Soares (2004, p. 60).

¹⁸⁰ Pimenta (2002) aprofunda a discussão sobre os diferentes saberes da docência: a) a experiência; b) o conhecimento; c) os saberes pedagógicos.

¹⁸¹ Mendes Sobrinho (2002).

¹⁸² Tanuri (2000, p. 72).

Percebemos modelos formativos em disputa no período de 1910 a 1938. Quanto aos saberes pedagógicos, “De modo geral, o currículo enfatiza, predominantemente, na formação do professor primário, a educação musical, a educação artística e a educação física e dá pouca ênfase à formação pedagógica”¹⁸³.

Essa situação se modificou a partir da LOEN. Os dois últimos anos do curso se direcionavam aos aspectos pedagógico-metodológicos por meio das disciplinas de Psicologia, História, Filosofia e Sociologia da Educação, aliadas aos componentes práticos e metodológicos expressos nas disciplinas de Desenho e Artes Aplicadas, de Música e Canto, de Metodologia do Ensino Primário e de Prática de Ensino, havendo, dessa forma, a ampliação dos saberes pedagógicos e metodológicos.

A LOEN provocou modificações no modelo formativo e em seus saberes estruturantes, deu uma nova organização ao curso normal e ao funcionamento das escolas normais e buscou padronizar o processo formativo. Formalidades que se refletiram na formação, na profissão e na atuação dos professores primários, pontos discutidos na próxima subseção.

2.5 As mudanças na profissão docente e no exercício profissional dos professores primários piauienses

Diante das modificações ocorridas nos campos político, cultural e econômico, também a educação se articulava dando respostas aos pontos surgidos, frutos das transformações vivenciadas no dia a dia. No contexto social, novas práticas educativas eram notadas. Um novo pensamento pedagógico se expressou e direcionou a formação dos professores primários, por meio dos modelos formativos que visavam à transformação das práticas escolares e da própria sociedade, refletindo na produção de representações em relação ao professor primário e à sua atuação.

¹⁸³ Brito (1996, p.103).

No Brasil, os modelos formativos de professores se situam a partir da primeira metade do século XIX, quando foram criadas as escolas normais e se procurava responder a uma preocupação com a formação dos docentes, que se inseria em um debate histórico bem mais amplo, remontando ao final do Império com a emergência da necessidade de criação da escola primária para as classes populares sob a tutela do Estado.

A substituição dos modelos formativos está ligada à sua autoridade e às representações que os estruturam, sendo que

[...] toda representação articula e exprime uma convicção, a qual funda, por sua vez a legitimidade da autoridade: lá onde o crer deixa de estar presente nas representações, a autoridade, agora sem fundamento, é logo abandonada e seu poder desmorona, minado no interior¹⁸⁴.

A convicção na representação dá legitimidade à sua autoridade, sendo a crença em seu poder o elemento garantidor de sua existência e o que, na medida em que deixa de existir, dá espaço para o surgimento de novas representações.

Os modelos de formação podem ser agrupados em artesanal, profissional ou modelo acadêmico tradicional, pedagógico-didático e crítico¹⁸⁵. O primeiro modelo coloca o exercício da atividade de professor como uma arte, palavra do latim *ars*, que significa talento, saber, e, “Como sinônimo de técnica, conjunto de procedimentos visando a certo resultado prático, neste sentido, falamos de artesão”¹⁸⁶. O artesão pratica determinada arte, elabora determinado produto caracterizado por ser artesanal e fruto de uma ação pensada e executada por ele, produtor da arte. Cabe, então, perguntar: de onde surgem os procedimentos utilizados pelo artesão? É uma pura invenção? Como ele os inventa? Com base em que? No campo educacional, certamente a invenção dos saberes pedagógicos se relaciona ao conceito de prática social. Sua criação se dá com base em um referencial de vivências, em que a pessoa que executa a ação vai agindo de modo a criar certo resultado previsto para esse ato, gerando saberes práticos mobilizados posteriormente no fazer de uma nova ação.

¹⁸⁴ Certeau (2005, p. 11).

¹⁸⁵ Diniz-Pereira (2002), Saviani (2009), Stamatto (2011) e Villela (2006) discutem sobre o surgimento dos modelos de formação de professores e os caracterizam.

¹⁸⁶ Japiassù e Marcondes (2001, p. 17).

A partir do século XVII, o ato de ensinar passa a ser considerado uma arte, e começa a se delinear um modelo de professor forjado no seio dos grupos religiosos, os responsáveis pelo ensino. Esses vão criar as regras, os métodos, as estratégias próprias ao trabalho docente e os conhecimentos produzidos que serão socializados entre os praticantes do ensino, os quais deverão, por sua vez, mobilizá-los em sala de aula. O conjunto de saberes produzidos irá compor o modelo de formação e servirá para construir representações sobre a profissão, envolvendo virtudes, condutas pessoais, o domínio de procedimentos ligados ao modo como se ensina e os atributos considerados necessários a quem pratica a arte de ensinar.

O controle da profissão era moral e ideológico, só depois se estende para as práticas profissionais. O modelo artesanal, no Brasil, permaneceu orientando o fazer de muitos professores durante o período colonial e imperial, cedendo, ao final do Império, lugar ao modelo de formação profissional ou acadêmico tradicional¹⁸⁷.

Qual o motivo dessa substituição? Que disputas estavam envolvidas? Estudos situam o surgimento do modelo profissional na segunda metade do século XIX¹⁸⁸, relacionando-o com as transformações culturais da sociedade ocidental e com as particularidades da sociedade brasileira no período. Seu surgimento e seu desenvolvimento se deram no momento em que a educação passou a ser uma preocupação do Estado. Nesse modelo, a presença dos saberes culturais e dos acadêmicos, a prescrição de métodos específicos e a aquisição de um *ethos* profissional se fazem cada vez mais presentes, gerando uma mutação sociológica¹⁸⁹ na profissão.

No caso do Piauí, a formação profissional dos professores se deu com a criação da Escola Normal, em 15 de agosto de 1864¹⁹⁰, com reduzida preparação para o magistério, como se constata pelas disciplinas que formavam seu currículo, dispostas no Quadro 6:

¹⁸⁷ Termos utilizados por Nóvoa (1991).

¹⁸⁸ Estudos como os de Saviani (2009), de Stamatto (2011) e de Villela (2006) discutem sobre o surgimento dos modelos de formação de professores.

¹⁸⁹ Conceito elaborado por Nóvoa (1991).

¹⁹⁰ Criada pela Resolução Provincial nº 565.

Quadro 6 – Disciplinas da Escola Normal – 1865-1888

ANO ESCOLAR	PERÍODO	DISCIPLINAS	PERÍODO	DISCIPLINAS	PERÍODO	DISCIPLINAS
1º ANO	1865 – 1866	Gramática Nacional com exercício de leitura de prosadores e de poetas	1871 - 1874	Língua Nacional e Pedagogia	1882 - 1888	Gramática Nacional, Recitação e Composição
		Caligrafia		-		-
		Elementos de moral e civilidade		-		-
		Catecismo		-		Instrução religiosa, Doutrina e História Sagrada, Antigo e Novo Testamento
		Método de ensino elementar		-		
		Regras e exercícios de aritmética sobre as operações fundamentais dos números inteiros e dos quebrados		-		Aritmética
		Noções gerais de Geografia e História Sagrada		-		-
		Trabalhos de agulhas (alunas)		-		Costura Usual, Trabalhos de Agulha e Corte de Roupa Branca
2º ANO		Leitura de prosadores e poetas, Gramática e Ortografia		Aritmética, Geometria Plana e Sistema Métrico Decimal		Gramática, Análise Gramatical, Lógica e Etmologia
		Catecismo		-		-
		Repetição de métodos		-		Pedagogia e Metodologia Teórica e Prática.
		Aritmética, Sistema dos Pesos e Medidas Nacionais e Sistema Métrico Decimal		-		Conclusão de estudo de Aritmética, Metrologia, Estudo das Formas Geométricas
		Princípios de História Profana e principalmente do Brasil		-		História do Brasil e especialmente da Província do Piauí
		Desenho linear		-		Desenho Linear
		Trabalhos de agulhas (alunas).		-		Bordados de Lã e Froco
3º ANO		-		Geografia, História Pátria e Sagrada		-

Fontes: Freitas (1988); Brito (1996).

O conjunto de disciplinas disposto no Quadro 6 aponta para a prevalência do modelo acadêmico tradicional, envolvendo saberes culturais-acadêmicos, trabalhados pelas disciplinas de Português, de Matemática, de História e de Geografia, e saberes para a formação moral com as disciplinas de Elementos de Moral e Civilidade, de História Sagrada e de Catecismo, ficando os aspectos pedagógico-metodológicos restritos ao Estudo do método de ensino elementar, Pedagogia e Metodologia teórica e prática. Por meio desse modelo, o Governo buscava ajustar a formação às necessidades da escola primária, promovendo adequações nos aspectos administrativos e curriculares.

No final do século XIX, surgiu a preocupação com o uso do método de lições das coisas, passando a ser prescrito e sua apropriação se dando via Escolas Normais e Escolas Modelos, espaços em que os futuros professores veriam como ocorria o seu desenvolvimento. Junto às mudanças citadas, a organização espaço-temporal passa a ser pensada, expressando-se em novas representações no modelo pedagógico-didático.

Podemos afirmar que o modelo acadêmico tradicional composto por saberes culturais-cognitivos¹⁹¹ sofreu modificações ao longo dos anos, passando a coexistir com o pedagógico-didático, tendo, no Brasil, configurando-se durante os 50 primeiros anos do século XX. Nos anos de 1930, percebemos, no Piauí, a ampliação das apropriações deste último modelo. Antes, o currículo podia ser classificado como híbrido, sendo que seu estudo ajudou na compreensão da coexistência de modelos formativos.

A substituição de um modelo por outro envolve fatores de ordem cultural. Dessa forma, a LOEN deve ser pensada como uma estratégia do Governo, servindo para padronizar a formação e consolidar o modelo pedagógico-didático elaborado a partir dos ideais da Escola Nova. Com a adequação da legislação às determinações da LOEN, novas exigências passaram a ser estabelecidas para os que atuavam nas escolas primárias, e se refletiram no acesso à profissão, na carreira docente, no exercício profissional e nos salários dos professores primários.

¹⁹¹ Saviani (2009, p. 148-149) classifica os modelos de formação em “[...] a) modelo dos conteúdos culturais-cognitivos: para este modelo, o processo formativo se esgota na cultura geral e no domínio específico dos conteúdos da área de conhecimento correspondente à disciplina que irá lecionar. b) modelo pedagógico-didático: contrapondo-se ao anterior, este modelo considera que a formação do professor propriamente dita só se completa com o efetivo preparo pedagógico-didático”.

Para o Governo, a presença dos formados no curso normal era uma condição necessária à modernização escolar, pois eles seriam os desencadeadores do progresso social. Esse ideal se ligava aos primeiros republicanos que procuraram estruturar a formação dos docentes primários, impregnando-a de cientificidade, elemento necessário à renovação escolar.

Para assegurar o caráter científico dos cursos normais, era preciso

[...] ter no currículo escolar um valor essencialmente prático, utilitário, indispensável à produção de um homem novo: prático e científico. Seu estudo não deveria ter o compromisso de proporcionar aos futuros mestres e mestras o conhecimento exaustivo de todas as ciências, mas sim o acesso às noções básicas, fundamentais de cada uma delas, de modo a lhes possibilitar preparar seus futuros alunos e alunas para a vida, para as atividades práticas, para o trabalho na indústria e no comércio. A inclusão das disciplinas científicas no currículo de formação de professores/as, mais do que permitir aos futuros/as mestres/as a apropriação do conhecimento científico em si mesmo, buscava predispor o espírito para ela, de maneira a consolidar uma determinada forma de pensar, de agir e de compreender o mundo, uma nova forma pedagógica de pensar.¹⁹²

A formação pautada nos preceitos da ciência moderna se legitimava por meio de saberes balizados nos ideais de modernidade e de cientificidade, considerados necessários à prática docente moderna, expressos nas dinâmicas da vida escolar e voltados para a construção de uma nova cultura, não só na Escola Normal, mas nas escolas primárias.

As definições estabelecidas no período de 1910 a 1933, por meio dos regimentos, mantiveram-se quase sem alterações até 1947, quando houve adequação da legislação piauiense à LOEN. Isso fez surgir um conjunto de leis, decretos e portarias: Decreto-Lei nº 1.402, de 27 de janeiro de 1947, dispôs sobre a adaptação do sistema de ensino normal do estado às leis Orgânicas do Ensino Normal¹⁹³; Lei nº 50, de 24 de dezembro de 1947, criou, no quadro único do estado, a carreira de regente de ensino e reestruturou a carreira de professor primário¹⁹⁴; Decreto-Lei nº 2, de 04 de março de 1948, dispôs sobre a lotação dos estabelecimentos de ensino primário do estado¹⁹⁵; Lei nº 151, de 20 de setembro de

¹⁹² Auras (2005, p. 202).

¹⁹³ Piauí (1947a).

¹⁹⁴ Idem (1947g).

¹⁹⁵ Idem (1948c)

1948, dispôs sobre o provimento dos cargos do magistério primário no estado¹⁹⁶; Portaria nº 474, de 01 de outubro de 1948, do Departamento de Ensino, dava instruções sobre a realização de concurso para provimento dos cargos do magistério primário piauiense¹⁹⁷.

As mudanças na formação dos professores primários no Piauí cumpriam as diretrizes estabelecidas no Decreto-Lei 1.306, de 02 de setembro de 1946, que dispunha sobre a adaptação do sistema de Ensino Primário do Estado à LOEN. Esse Decreto-Lei estabelecia, em seus artigos 34 e 35, que o exercício do magistério ficava restrito a certas condições, dentre elas: primeiro deveria ser feita em cursos apropriados, no caso do Piauí, o curso normal; segundo, ao critério de prestar exame de habilitação¹⁹⁸, cabendo ao poder público providenciar o aperfeiçoamento técnico necessário ao exercício da profissão de professor primário por meio da formação nas escolas normais e nos cursos oferecidos pelo INEP, sendo uma continuidade das práticas formativas.

Com as LOE, as reformas da educação local ficam marcadamente vinculadas às políticas educacionais nacionais, passando a ser caracterizadas pela adaptação do sistema de ensino às diretrizes nacionais¹⁹⁹. Por meio dessas leis, configurou-se com nitidez a tendência do Estado a agir como Estado-educador²⁰⁰. O Governo central direcionou as políticas educacionais em uma crescente visão de centralização de ações. A educação passou a ser pensada como parte integrante das reformas de base, vistas como necessárias à integração do Brasil no processo de modernização social, se refletindo na busca pela escola e em novos anseios imputados a esta instituição.

Mesmo seguindo tal tendência, a apropriação da LOEN não ocorreu de maneira passiva, porque esse processo se dá pelo envolvimento dos sujeitos que

¹⁹⁶ Piauí (1948i).

¹⁹⁷ Idem (1948f).

¹⁹⁸ O exame de habilitação era feito por meio de provas ou exames julgados por comissões estabelecidas pelo governo. Servia para submeter a provas escritas e práticas os interessados em assumir a função de professor nas escolas primárias.

¹⁹⁹ Romanelli (1986) faz uma análise das políticas de formação implantada pelo governo a partir da LOEN e Dallabrida e Souza (2014) reuniram estudos sobre o ensino secundário no Brasil trazendo reflexões significativas sobre o papel das reformas do Estado com foco na Reforma Francisco Campos e nas Leis Orgânicas do Ensino Secundário e do Ensino Normal.

²⁰⁰ Conceito destacado por Catani (2000).

vivenciam diferentes práticas e elaboram táticas²⁰¹ revelando o jogo de poder estabelecido nas práticas sociais. Por meio do Decreto-Lei nº 1.402, de 27 de janeiro de 1947, que dispôs sobre a adaptação do sistema de ensino normal piauiense às Leis Orgânicas do Ensino Normal, foram implantadas mudanças na formação do professor primário no Piauí, passando a Escola Normal Oficial do Piauí a trabalhar com novos curso e currículo orientados por pressuposições teóricas consideradas científicas e necessárias às professoras primárias e aos regentes de ensino. Seguindo as orientações da LOEN, deveria a instituição formadora manter um ginásio e uma escola primária onde as alunas, por meio do tirocínio, fariam as demonstrações e as práticas de ensino.

Com a promulgação da Lei nº 50, de 24 de dezembro de 1947,²⁰² foi criada a carreira de regente de ensino e reestruturada a de professor primário. Aquele profissional seria formado no curso de regente de ensino, de nível ginásial, e atuariam nas escolas rurais. Sua ação era a de levar a modernização a essas instituições.

Os regentes de ensino ocupavam a primeira classe dos professores primários, conforme o disposto no Quadro 7:

²⁰¹ Táticas se referem às capacidades que possibilitam aos sujeitos autonomia para agir de maneira própria, transformando as práticas propostas ou distanciando-se delas. São as maneiras de fazer constituintes das práticas em que os atores sociais se reapropriam do espaço. (CERTEAU, 2005).

²⁰² A carreira de Regente de Ensino foi criada pela Lei nº 50, de 24 de dezembro de 1947 (PIAUI, 1947g).

Quadro 7 – Novo enquadramento dos professores primários em 1947

Número de classe	Cargo	Espaço de atuação	Remuneração Cr\$
4 ^a	Professor Primário	Grupos Escolares	900,00
3 ^a	Professor Primário	Escolas Agrupadas da Capital	810,00
2 ^a	Professor Primário	Escolas Agrupadas do Interior	729,00
1 ^a	Professor Primário ou Regente de Ensino	Escolas Isoladas	656,10

Fonte: Piauí (1947b).

No enquadramento funcional havia quatro classes que levavam em consideração a formação dos professores e o espaço de atuação. Com a criação do cargo de regente de ensino, modificou-se a carreira dos que atuavam no ensino primário. Os ocupantes das três últimas classes tinham sido formados no curso normal, e os regentes de ensino, ocupantes da última classe, lotados nas escolas rurais, eram formados no curso normal regional. Não só o espaço de lotação se diferenciava, mas os valores recebidos pelos docentes variavam de acordo com a formação e o local da escola.

Conforme o Quadro 7, os regentes de ensino recebiam a menor remuneração e só poderiam atuar na zona rural. Seu ingresso no quadro de funcionários estaduais, como efetivo, era mediante concurso. Por sua vez, os professores primários²⁰³ poderiam concorrer às vagas em qualquer tipo de escola. Essa situação foi modificada em parte com a Lei nº 151, de 20 de setembro de 1948, segundo a qual só enquanto não houvesse pessoal docente necessário eles poderiam assumir as vagas nas escolas isoladas.

²⁰³ A relação existente entre as professoras normalistas e os grupos escolares é analisada por Lopes (2001, 1996).

Após a criação da carreira de regente de ensino, o Governo estadual dispôs sobre a lotação dos estabelecimentos de ensino primário, por meio do Decreto nº 2, de 04 de março de 1948. Foram disponibilizadas 120 novas vagas, das quais 21 eram destinadas à zona rural de Teresina e 99 aos outros municípios do estado. Os números mostram uma ampliação da oferta de ensino primário à população piauiense e a preferência pelo regente para atuar na zona rural.

Teresina, o município com a maior concentração de instituições primárias, diferenciava-se dos demais pela presença das professoras normalistas e por ter a maior quantidade de grupos escolares e de escolas isoladas, concentrado um terço dos docentes primários em suas instituições escolares, como vemos na Tabela 8:

Tabela 8 – Número de escolas, de vagas e de professores das escolas primárias do Município de Teresina em 1948

Tipo de Escola	Nº de escolas	Professor Primário	Professor de Letras	Professor de Educação Física	Nº de vagas
Grupo Escolar	13	85	-	25	17
Escolas Reunidas	05	07	-	-	12*
Escolas Isoladas	29	-	11	-	15**
Jardim de Infância	01	-	-	-	02
TOTAL	48	92	11	25	46

Fonte: Piauí (1948 a)

*05 professores primários e 07 regentes de ensino; ** 01 professor primário e 14 regentes de ensino.

O Piauí tinha, em 1948, um efetivo de 362 professores primários na rede de estadual, dentre os quais 128 estavam lotados em Teresina e entre estes 11 eram leigos, conforme exposto na Tabela 08. Assim, a ampliação proposta pelo Governo se destinava a ofertar educação primária à população rural dos sete aos doze anos por meio da ação dos professores primários ou dos regentes de ensino.

O grande desafio era ampliar o ensino primário na zona rural e associar a qualidade deste nível de escolarização à formação do professor que nele atuaria. Por meio dos dados constantes na Tabela 08, é possível perceber um exemplo dessa ampliação proposta pelo Estado. No município de Teresina foram criadas 46 vagas, 25 para professores primários e 21 para regentes de ensino, assinalando o surgimento de novas turmas. Os dados revelam que, mesmo na capital, nem toda a população tinha acesso à educação escolar, sendo construídas escolas isoladas para atender à população rural.

Os ajustes da legislação nos anos de 1946 a 1948 se voltaram para a organização dos ensinos primário e normal, para a formação e para o exercício das profissões do professor primário e do regente de ensino, procurando o Governo substituir os professores leigos. Contudo, como expomos, o próprio Decreto-Lei 1.306, de 02 de setembro de 1946, que dispunha sobre a adaptação do sistema de Ensino Primário do Estado às determinações da Legislação Federal, estabelecia, em seu Artigo 34, que o exercício do magistério primário se daria não só por aqueles que possuísem diploma, mas poderia ocorrer por meio de exame de habilitação.

As modificações buscavam assegurar que a profissão só poderia ser exercida pelos possuidores do curso normal ou de regente de ensino. Porém uma análise mais aprofundada, ao longo das décadas seguintes, contradiz as deliberações da legislação de ensino, pois encontramos professores sem a habilitação exigida desempenhando a atividade docente.

Outra consequência do ajuste às determinações da LOEN diz respeito ao disciplinamento do provimento das vagas nas escolas primárias por meio da Lei 151, de 20 de setembro de 1948, a qual estabelecia que só teriam acesso à profissão aqueles com formação no magistério, com registro no Departamento da Educação e mediante concurso de títulos e provas. Isso estava determinado no Artigo 1º: “Os cargos do magistério nas escolas elementares do Estado serão providos, mediante concurso de títulos e provas, pelos professores primários e regentes de ensino, que

possuam diplomas e certificados constantes de registro no Departamento da Educação”²⁰⁴.

Essa Lei determinava que as vagas das escolas isoladas só seriam assumidas por professores primários enquanto não se dispusesse de docentes habilitados pelo curso oferecido na Escola Regional de Floriano, no caso, os regentes de ensino. Tal determinação nos levou a acreditar que se depositava nessa Instituição a expectativa de assegurar a formação de regentes em número suficiente para atender às demandas das escolas rurais.

A citada escola expediu os primeiros diplomas de regentes ainda em 1947, mas a sua capacidade de atendimento era restrita, por isso os professores primários poderiam continuar a se inscrever nos concursos para provimento efetivo dos cargos das escolas isoladas, como estabelecia a Lei nº 151, de 20 de setembro de 1948:

Art. 2º - Os professores primários, segundo o nível de formação, concorrerão aos cargos iniciais do magistério nas cidades, e os regentes de ensino, aos cargos iniciais do magistério, na zona rural.

Parágrafo Único: Enquanto não houver o pessoal docente necessário às escolas isoladas, permitir-se-á que os professores primários se inscrevam nos concursos para o seu provimento efetivo.²⁰⁵

A determinação dos espaços de atuação do professor primário e do regente de ensino se vinculava à representação de escola moderna, com um tipo específico de profissional. Os que estavam preparados cientificamente para atuar nos grupos escolares, o símbolo da modernização da educação, eram os professores primários, enquanto os regentes, com uma ação delimitada pela concepção de professor rural, deveriam atuar nas escolas isoladas. Uma análise mais detalhada das lotações nas escolas primárias no período revelou a existência de normalistas, de regentes de ensino e de leigos ou professores de letras nessas instituições.

Com relação ao vínculo com o Estado, os profissionais se classificavam como efetivos ou interinos. Os leigos assumiam como interinos e, posteriormente, por tempo de serviço, tornavam-se efetivos. Desse modo, as escolas primárias no Piauí não possuíam apenas professoras normalistas efetivas contratadas por meio

²⁰⁴ Piauí (1948i).

²⁰⁵ Idem.

de concurso, conforme determinava o Regimento dos Servidores Públicos²⁰⁶, havia os que assumiam interinamente por meio de indicação política e se efetivavam ou eram enquadrados por tempo de serviço.

Após a Lei 151, de 20 de setembro de 1948, foi expedida a Portaria 474, de 01 de outubro de 1948, do Departamento de Ensino, que seguia as prerrogativas estabelecidas pela Lei em questão e dava instruções sobre a realização de concurso para provimento dos cargos do magistério primário piauiense²⁰⁷.

A referida portaria estabelecia os critérios para as inscrições nos concursos, dentre os quais: diploma; atestado de saúde física e mental; prova de idoneidade moral e social; comprovação, se possível, de exercício do magistério; e idade. Também disciplinava sobre os critérios das provas e do julgamento, os examinadores e as comissões executivas.

Todas essas medidas se direcionavam para a seleção dos professores primários e dos regentes de ensino no Piauí. Sua análise nos ajudou a perceber que a incorporação da LOEN cumpriu não só o objetivo de alinhamento à Legislação Federal, mas atendeu às especificidades educacionais locais de levar às escolas da zona rural professores com formação.

As ações se direcionavam para a ampliação da oferta e da qualidade do ensino primário, refletindo na constituição e no exercício da atividade de professor primário no Piauí. Visavam formar um maior número de profissionais para atuar nos estabelecimentos de ensino da zona rural. Para tanto, foram feitas mudanças no processo formativo dos docentes e no ingresso na carreira, de maneira a atender às escolas rurais.

Não devemos esquecer que a formação docente se inseria em um movimento maior de constituição, de expansão e de composição da rede escolar piauiense²⁰⁸. Prova disso é que, seguindo o processo de ampliação das escolas primárias, foram criadas novas escolas normais nos municípios de Teresina, de Parnaíba e de Floriano, durante as décadas de 1910 e de 1920, e, a partir dos anos de 1950, nos municípios de Picos, de Oeiras, de Piri-piri e de Campo Maior.

As alterações na lei em relação ao preenchimento de cargos ou vagas no ensino primário reforçam que o Estado não conseguia prover as vagas existentes na

²⁰⁶ Piauí (1941).

²⁰⁷ Idem (1948f).

²⁰⁸ Lopes (2013) aprofunda o debate sobre a educação escolar primária no Piauí ao enfatizar a constituição, a expansão e a composição da rede escolar no período de 1946 a 1961.

zona rural com profissionais formados, mesmo sendo esse seu ideal. A Lei nº 857, de 06 de abril de 1953, dispunha sobre o preenchimento dos cargos e determinava, em seu Artigo 1º: “O cargo de professor público primário só poderá ser exercido por diplomado por Escola Normal Oficial ou reconhecida, ressalvados os casos previstos nesta Lei”.²⁰⁹ Os diplomados poderiam requerer ao Departamento de Ensino cargo ou vaga que viesse a existir ou que estivesse ocupado por leigo sem estabilidade.

Mas, como tinha dificuldade na lotação das escolas rurais, o Estado respondia criando uma nova estratégia, incorporada à Lei nº 857/1953, em relação aos docentes das escolas isoladas:

Art. 8º - Nos preenchimentos, em caráter interino, de vagas existentes, que venham a existir ou estejam ocupados por leigos, sem estabilidade, terão preferência obrigatória, desde que o requeiram, os possuidores de curso de regente de ensino científico ou ginasial, ou, os que possuam, pelo menos, o segundo ano do curso ginasial ou normal.²¹⁰

Ao tratar da substituição do professor leigo, a Lei trazia a possibilidade de não só o regente de ensino assumir as escolas isoladas, mas inclusive de “[...] os que possuam, pelo menos, o segundo ano do curso ginasial ou normal” fazer a referida solicitação. Ter pelo menos o segundo ano do curso ginasial não caracterizava o pretendente como leigo? Qual era, então, a representação de leigo na Lei?

O termo leigo era a expressão utilizada para se referir àqueles que possuíam baixa escolarização e que exerciam a atividade docente sem a devida preparação. Aqui a formação assume um papel de destaque, no sentido de que somente por meio dela se estaria realmente habilitado para exercer a profissão. A Lei 857/1953, contudo, desconsiderava, em parte, esse processo como requisito para atuar nas escolas isoladas.

Outra novidade em relação ao acesso à carreira de professor primário era a nomeação dos diplomados não concursados, que, a princípio, dar-se-ia em caráter de extranumerários ou de mensalistas, ganhando 20% a menos que os efetivos. A

²⁰⁹ Piauí (1953).

²¹⁰ Idem.

Lei garantia que os professores e os regentes extranumerários²¹¹ poderiam ser efetivados após cinco anos de serviço no ensino público, se não houvesse concurso nesse período. Não descartava, no entanto, a possibilidade de contratação dos leigos com vencimentos 50% menores em relação ao professor primário, como já expomos.

Com a Lei 857/1953 foram contratados professores com o ginásio ou com o segundo ano do curso ginásial ou normal, estes últimos, lotados nos grupos escolares ou nas escolas agrupadas e aqueles nas escolas isoladas. Essa medida visava cumprir com o objetivo de promover a substituição dos leigos com baixa escolarização, porém não excluía o professor dessa condição, pois, mesmo tendo concluído o ginásio, faltava-lhes os elementos pedagógicos adquiridos por meio dos cursos normais.

A efetivação dos diplomados no curso normal e dos regentes de ensino se daria após cinco anos de efetivo trabalho, caso fosse feita a solicitação do interessado, como mostra o decreto abaixo:

DECRETOS DO GOVERNADOR

Tendo em vista o que consta do processo nº 514/55 da Diretoria Geral do Pessoal e Organização.

Resolve efetivar, a partir de 10 de abril de 1953, Enedita Mendes Batista, Professor Auxiliar, salário Cr\$ 924,90, do grupo Escolar “Ribeiro Gonçalves” de Floriano, em cargo da classe de 1.156,10 da carreira de Professor Primário, da Parte Permanente do Quadro Único do Estado, lotado o mesmo estabelecimento de ensino, assegurando-se-lhe neste cargo a contagem de todo tempo de serviço que possui no exercício exclusivo do magistério público primário, desempenhando a função em qualquer caráter.

Palácio do Govêrno, em Teresina, 26 de maio de 1955.

aa) Jacob Manoel Gayoso e Almendra
João Mendes Olímpio de Melo²¹²

Embora Lei 857/1953 não trate do professor auxiliar, mas dos extranumerários que exerciam a função interinamente, vemos por meio do Decreto

²¹¹ Os extranumerários não integravam o quadro dos professores primários.

²¹² Piauí (1955a).

acima citado, que os diplomados eram denominados de professores auxiliares e sua efetivação se dava na classe inicial da carreira.

Considerando que os auxiliares ganhavam menos que um professor primário em fase inicial, talvez uma medida de contenção de gastos era assegurar sua efetivação em uma nova classe, a de auxiliar estável, criada em 1955, por meio da Lei 1.188, de 2 de agosto do referido ano²¹³. Esta correspondia à segunda posição no quadro funcional. Por meio da citada lei foram enquadrados 207 desses profissionais na carreira de professores do Estado.

Sua remuneração ocorria conforme discriminado no Quadro 8:

Quadro 8 – Classificação dos professores estabelecida pela Lei 1.188, de 2 de agosto de 1955

Número de classe	Cargo	Espaço de atuação	Remuneração Cr\$
5 ^a	Professor Primário	Grupos Escolares	1.450,00
4 ^a	Professor Primário	Escolas Agrupadas da Capital	1.360,00
3 ^a	Professor Primário	Escolas Agrupadas do Interior	1.229,00
2 ^a	Professor Auxiliar Estável	Grupos Escolares e Escolas Agrupadas	1.156,10
1 ^a	Regente de Ensino	Escolas Isoladas	1.040,00

Fonte: Piauí (1955b).

²¹³ Alterou a carreira de professor primário e de educação física e deu outras providências. Aplicava-se aos professores auxiliares diplomados possibilitando efetivá-los (PIAUI, 1955b).

A referida Lei inclusive criou 250 cargos de professor auxiliar e, três anos após sua promulgação, em 1956 tínhamos no quadro funcional: 310 professores auxiliares estáveis (207 efetivados e 103 extranumerários)²¹⁴ superando, assim, o número de leigos.

Contudo, os auxiliares extranumerários que não eram possuidores dos diplomas de professor primário ou de regente de ensino, também solicitavam da prerrogativa de se tornarem funcionários públicos efetivos. Utilizavam-se do direito assegurado pela Constituição Estadual e eram efetivados como professores de letras, classificação que não estava contemplada no quadro funcional. Em 1956, identificamos 21 professores auxiliares das escolas isoladas que foram efetivados nessa condição²¹⁵ após requerimento dos interessados.

Assim, por meio das diferentes classes, a formação do professor servia para distinguir sua atuação, seu espaço de trabalho e os vencimentos. Ocorriam, apesar disso, mudanças de uma classe para outra, conforme o tempo de serviço ou a lotação do professor. Assim, por promoção os auxiliares estáveis e os regentes de ensino poderiam chegar aos vencimentos dos docentes lotados nos grupos escolares, fato identificado nos anos seguintes.

A estratégia de substituir os leigos pelos regentes de ensino e depois por alunos que estivessem cursando o segundo ano do ginásio demonstra que se buscava elevar a escolarização do professor leigo independente da formação pedagógica. Os números analisados indicam que a estratégia logrou êxito. Apesar de o Estado continuar com leigos em seu quadro, eles eram contratados como extranumerários e deveriam se submeter a provas de habilitação, conforme ocorreu, por exemplo, em janeiro de 1956 com os 450 professores de letras, incluindo os auxiliares sem estabilidade.²¹⁶

Não podemos desconsiderar a ocorrência de pressões para que as vagas nas escolas primárias pudessem continuar a ser ocupadas por leigos. Consideramos o Projeto de Lei proposto pela Assembleia Estadual²¹⁷ no final de 1956, o qual estabelecia que, no provimento de vagas na carreira de regente de ensino nas escolas isoladas, poderiam ser nomeados leigos em caráter interino, unicamente na

²¹⁴ Piauí (1957).

²¹⁵ Idem.

²¹⁶ Idem (1955c).

²¹⁷ Idem (1957a).

falta de diplomados, dando preferência aos possuidores de curso ginásial, clássico ou científico.

A proposta abria a alternativa de se contratar pessoas sem a formação mínima estabelecida por lei. Apesar de destacada a preferência pelos possuidores de curso ginásial, clássico ou científico, não descartava a possibilidade de contratação de leigos, mas, pelo contrário, abria novamente tal prerrogativa. Esse Projeto foi vetado pelo governador, que entendia o magistério primário como uma carreira especializada, sendo a contratação de leigos condenável, devendo, assim, tudo ser feito para melhorar o nível do professorado piauiense.

Uma das representações em torno do professor primário era a de um profissional com formação específica feita nas escolas normais, alguém preparado cientificamente para o exercício profissional. Porém, esta representação não era compartilhada por todos, pois identificamos posturas diferentes do Legislativo e do Executivo, abrindo margem para se pensar, então, as representações sobre os professores primários a partir da própria categoria profissional.

Por fim, podemos afirmar que as alterações processadas na legislação a partir de 1946 tiveram sua concretização e surtiram efeitos ao longo dos anos de 1950. Refletiram na sistematização do ensino primário como também do ensino normal, na reorganização dos currículos trabalhados nesses níveis de ensino, no processo formativo dos docentes, no surgimento de diversas classes ocupadas por eles, na emergência da Escola Normal Regional e dos regentes de ensino, na busca da substituição dos professores leigos, na carreira, nos salários recebidos e no exercício da profissão.

Quanto ao funcionamento, à organização curricular e às práticas educativas desenvolvidas no espaço da Escola Normal Oficial envolvendo a formação dos professores primários durante o período de 1947 a 1961, estas comportam outras análises sistematizadas nas seções seguintes.

3 ENTRECruzANDO O ESPAÇO DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS E AS DETERMINAÇÕES LEGAIS

“Ainda que os métodos praticados pela arte da guerra cotidiana jamais se apresentem sob uma forma tão nítida, nem por isso é menos certo que apostas feitas no lugar ou no tempo distinguem as maneiras de agir.”²¹⁸

Um contexto, os fatos históricos, alguns sem ligação entre si, outros se cruzam simultaneamente, entrecruzam se, sofrem influências, interferências e modificações e dão origem a outros que se cruzam, entrecruzam-se, entrelaçam-se e se enlaçam. Nessa tessitura, aproximamo-nos dos modos de apropriação da LOEN. Direcionamos o olhar para as práticas educativas desenvolvidas no interior da Escola Normal Oficial do Piauí e as entrecruzamos com as determinações da Lei no período de 1947 a 1961.

Essas ações socializadoras, são estruturadas de modos diversos e, quando fundamentadas em saberes do campo da Pedagogia, convertem-se em práticas pedagógicas e docentes. Assim, a análise das que foram desenvolvidas na Instituição de ensino citada ajudaram a compreender o modelo formativo prescrito pela LOEN, os saberes que o compunham e os métodos instituídos de modo a determinar a formação docente por meio de um modelo de profissional de ensino.

Analisamos o Decreto-Lei 1.042, de 27 de janeiro de 1947, que dispôs sobre a adaptação do sistema de ensino normal do Estado às LOEN, suas modificações, as mudanças na formação dos professores primários piauienses, espaço da Escola Normal Oficial do Piauí, em seu corpo docente, no currículo e nas práticas desenvolvidas nos cursos oferecidos.

²¹⁸ Certeau (2008, p.102).

3.1 O corpo docente da Escola Normal Oficial do Piauí e as mudanças estabelecidas pela nova legislação de ensino

Para que as determinações do Decreto-Lei 1.042, de 27 de janeiro de 1947, fossem apropriadas e se consolidassem, foi preciso elaborar ajustes em leis e portarias no decorrer do ano de 1947 e nos anos seguintes, de maneira que a formação, a Escola Normal Oficial do Piauí, seus professores e seu currículo se adequassem às prerrogativas da legislação em vigor.

Uma das primeiras adaptações feitas foi a que ajustou o currículo da Escola Normal Oficial do Piauí por meio do Decreto-Lei 1412, de 10 de março de 1947. O novo curso seria ofertado em três anos, com disciplinas de cunho cultural e pedagógicas, concentrando-se, respectivamente, no primeiro e nos dois últimos anos. Por meio desse Decreto, extinguiu-se 10 das 20 cadeiras existentes e se criou outras 24 para atender aos cursos do ginásio e de formação de professores primários, como vemos no Quadro 09:

Quadro 9 - Cadeiras extintas e criadas pelo Decreto-Lei 1412/1947

Quantidade de Cadeiras extintas	Quantidade de Cadeiras criadas
-	Português (1)
-	Latim (2)
-	Francês (1)
-	Matemática (1)
História da Civilização (1)	História Geral (1)
Geografia (Introdução Geral), Geografia do Brasil e Cartografia (1)	Geografia Geral (1)
	Geografia do Brasil (1)
-	Canto Orfeônico (2)
História Natural (1)	Ciências Naturais (1)
Trabalhos Manuais e Economia Doméstica (1)	Trabalhos Manuais (1)
-	Economia Doméstica (1)
Biologia e Higiene, Higiene Escolar e Noções de Puericultura (1)	Anatomia e Fisiologia Humana (1)
	Biologia Educacional (1)
	Higiene e Educação Sanitária (1)
	Higiene e Puericultura (1)
-	Música e Canto (1)
-	Desenho e Artes Aplicadas (1)
-	Educação Física, Recreação e Jogos (1)
Metodologia Geral e Especial (1)	Metodologia do Ensino Primário (1)
-	Sociologia Educacional (1)
História da Educação (1)	História e Filosofia da Educação (1)
Didática (1)	Prática de Ensino (1)
Noções de Agricultura (1)	-
História do Piauí (1)	-

Fonte: Piauí (1947c).

As disciplinas de Português, de Matemática, de Física, de Química, de Música, de Desenho, de Educação Física, de História da Educação e de Psicologia Educacional eram comuns ao novo currículo de formação do professor primário e do ginásio que fora criado, com exceção da História e Psicologia Educacional.

Das 24 cadeiras instituídas, 13 compunham o currículo do ginásio da Escola Normal Oficial do Piauí: Português (1), Latim (2), Francês (1), Matemática (1), História Geral (1), Geografia Geral (1), Geografia do Brasil (1), Canto Orfeônico (02), Trabalhos Manuais (1), Ciências Naturais (1) e Economia Doméstica (1). As 11 restantes se destinavam ao Ensino Normal, servindo o ajuste às duas modalidades de ensino trabalhadas no espaço da referida Escola.

A substituição de disciplinas provocou a dispensa de professores interinos e efetivos, gerou a possibilidade de estes últimos ficarem em disponibilidade com a garantia de vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, conforme determinava o Decreto 1412, de 10 de março de 1947, em seu Artigo Terceiro²¹⁹.

Nessa situação, quantos pediram disponibilidade? Como essas medidas foram recebidas e interpretadas pelos docentes da escola? Quais as suas expectativas em relação a essa reforma? Esses questionamentos podem ser mais bem compreendidos nas entrevistas das ex-alunas da Escola Normal Oficial do Piauí.

As determinações dos Decretos-Lei 1.042 e 1.412 impactaram no corpo docente da Escola Normal Oficial do Piauí e no processo formativo ali desenvolvido. Estabelecidas as cadeiras do curso de formação e do ginásio, foi definido quem ficaria responsável pela regência de cada uma, tratando, em seguida, da situação daqueles que ocupavam as cadeiras extintas.

Nesse período, Odilon Nunes era o diretor do Departamento da Educação e, por meio de ofício do dia 16.05.1947, encaminhado ao Secretário Geral do Estado, declarava ter essa ação ficado sob sua responsabilidade. A ele coube fazer o levantamento dos professores lotados na Escola Normal Oficial do Piauí, definir a quantidade de profissionais necessários para a operacionalização do novo currículo, quem seria exonerado, os critérios estabelecidos para a dispensa e as necessidades surgidas.

²¹⁹ Ser colocado em disponibilidade era ser dispensado das atividades recebendo os vencimentos estabelecidos pela lei.

Dois meses após o Decreto-Lei 1412, de 10 de março de 1947, Odilon Nunes²²⁰ encaminhou ao Secretário Geral do Estado o resultado de suas análises a respeito da situação da Escola Normal Oficial do Piauí. O diretor considerava a ação como “demorados e acurados estudos” e sugeria, por meio de ofício, a dispensa dos professores das cadeiras extintas e dos ocupantes interinos de outras. A exoneração recaiu também sobre sete inspetoras de ensino²²¹, em seguida foram sugeridas novas contratações de professores.

O diretor Odilon Nunes afirmava que a dispensa não traria prejuízos ao ensino e à disciplina da escola, já que as cadeiras vagas, decorrentes da exoneração dos interinos, seriam distribuídas entre os que permaneceriam na Instituição, os quais deveriam reger até quatro turmas sem receber vantagens adicionais. As turmas restantes passaram a compor as suplementares e seriam pagas no valor de Cr\$ 150,00 aos efetivos da Escola Normal Oficial do Piauí ou no de Cr\$ 25,00 quando ministradas por contratados interinamente para tal finalidade.

As medidas tomadas provocaram um aumento no número de disciplinas a serem providas por cada docente e uma economia para o Governo, sendo que anteriormente, os professores recebiam Cr\$ 1.500,00 pelas cadeiras ministradas. Ao que parece não se cumpria de todo a exigência de reger quatro cadeiras, pois isso dependia do número de turmas formadas, ficando, às vezes, abaixo da determinação. A partir da reforma, os efetivos passaram a assumir o número máximo de disciplinas posto em lei e, caso tivessem outros acréscimos, ganhariam apenas Cr\$ 150,00 a mais.

Essas medidas representavam economia de recursos e um barateamento no valor das aulas, o que certamente se refletiu de forma negativa nas representações envolvendo os profissionais daquela Escola, que tinham seus vencimentos como elemento de distinção social entre a classe de professores no estado.

Em 1948, com o funcionamento do ginásio anexo à Escola Normal Oficial do Piauí, foram realizadas novas contratações às cinco turmas formadas. Cada profissional poderia reger até três turmas, recebendo Cr\$ 300,00 por cada uma e

²²⁰ Nunes (1947).

²²¹ Foram dispensadas sete das quinze inspetoras de alunos, sob a alegação de a escola possuir somente oito turmas, não necessitando do contingente total. Esta ação foi definida como uma medida para contenção de gastos. Entre as dispensadas estavam: Antônia Cardoso; Antônia Ferreira de Carvalho; Benedita Borges de Sousa; Aldenora Coêlho; Ana de Sampaio Melo; Verbena Angélica de Sobral Arcoverde; Maria Nair do Vale Caliand.

acumulando um salário de, no máximo, Cr\$ 900,00, valores diferenciados dos pagados aos efetivos no Curso de Formação de Professores Primários.

Comparando o vencimento recebido, em 1948, pelos catedráticos da Instituição, lotados no Curso de Formação de Professores Primários, com o de um docente do ginásio da mesma escola e com os que eram pagos aos professores do ensino primário, percebemos uma grande diferença entre os valores recebidos por estes dois últimos em relação aos primeiros. Os vencimentos eram, sem dúvida, um elemento de distinção social e certamente faziam da Escola Normal Oficial do Piauí um lugar de desejo e de disputa por vagas dentro da categoria profissional.

Essa diferença entre os valores pagados, segundo o diretor do Departamento da Educação, Odilon Nunes²²², justificava-se pela necessidade de economia de recursos devido à crise financeira pela qual o Estado passava. A racionalização dos gastos com a educação se constituía como uma medida que assegurava a ampliação da oferta do ensino secundário no período, sem oneração financeira, prática utilizada pelo Governo ao longo dos anos e que se aplicava também ao ensino primário.

Em 21 de maio de 1947, o governador José da Rocha Furtado (1947-1951), fundamentado nas informações do diretor da educação, determinou a exoneração de dez professores das cadeiras extintas e de seis docentes interinos²²³. A lista com os nomes está disposta no Quadro 10:

²²² Nunes (1947).

²²³ Professores interinos eram os nomeados temporariamente, os que não possuíam estabilidade. O acesso à carreira de professor catedrático efetivo da Escola Normal Oficial do Piauí se dava mediante concurso. Apenas depois de transcorridos 10 anos de exercício profissional, se tornavam catedráticos vitalícios. Assim, tínhamos três tipos de docentes: os catedráticos interinos, os efetivos e os vitalícios.

QUADRO 10 - Professores dispensados na Reforma de 1947

PROFESSORES	DISCIPLINAS
1. Amandino Teixeira Nunes	História da Educação
2. Cláudio Francisco Ferreira	Geografia do Brasil e Cartografia (1)
3. Zenóbia Ribeiro da Silva	Geografia (Introdução Geral)
4. Nair Freire Conde	Metodologia Geral e Especial (1)
5. Maria Luiza Robertson Sales Parente	História da Civilização (1)
6. Odilo de Brito Ramos	História Natural (1)
7. Francisco da Rocha Falcão Costa	Biologia e Higiene, Higiene Escolar e Noções de Puericultura (1)
8. Luiz Gonzaga Pires	Didática (1)
9. Mário Teodomiro de Carvalho	História do Piauí (1)
10. Alceu do Amarante Brandão	História do Brasil
11. Maria Alice Alves Ferraz	Trabalhos Manuais e Economia Doméstica (1)
12. Gerson de Brito Melo Boson	Noções de Agricultura (1)
13. Nantilde Rocha Sá de Melo	Desenho
14. Flor de Lys Vilela Machado	Educação Física
15. José de Ribamar Pereira	Educação Física
16. Yolanda de Oliveira e Silva	Educação Física

Fonte: Piauí (1947d).
 (1) Cadeiras extintas.

Entre os dispensados encontramos normalistas, médicos, advogados e farmacêuticos que ocupavam de forma efetiva e interinamente as cadeiras extintas. Além dessas exonerações, houve o caso do professor Vidal da Penha Ferreira, que

tinha passado em concurso do final do ano de 1946 e ficou impossibilitado de assumir o cargo apesar de ter sido nomeado para a cadeira de Canto Orfeônico por meio de decreto expedido em 15 de março de 1947²²⁴. Outro caso foi o de um professor classificado em concurso aberto em 10 de setembro de 1946, para a Cadeira de Desenho do Curso Preparatório²²⁵ anexo à Escola Normal Oficial do Piauí, mas o certame foi anulado a pedido do diretor do Departamento da Educação, Odilon Nunes.

Quanto aos pedidos de dispensa, apenas o professor efetivo vitalício Manoel Sotero Vaz da Silveira se utilizou de tal prerrogativa. Considerando os demais que foram exonerados, a reforma provocou a demissão de 17 profissionais do ensino.

O Decreto-Lei nº 1.412, de 10 de março de 1947, determinava, em seu Artigo 3º, que os vitalícios poderiam ficar em disponibilidade com as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, como ocorreu com o professor Manoel Sotero Vaz da Silveira:

PODER EXECUTIVO

De 1 de abril de 1947

O interventor federal do estado do Piauí resolve
 Por em disponibilidade de acordo com o art. 3º do decreto-lei n.1.412 de 10 de março de 1947, Manoel Sotero Vaz da Silveira no cargo de Professor Catedrático (E.N.O.), padrão R, da cadeira de Biologia e Higiene, Higiene Escolar e Noções de Puericultura da Escola Normal Oficial, da Parte permanente do quadro único do Estado, com provento mensal de Cr\$ 1.450,00²²⁶.

Houve contratações para as 24 cadeiras recém-criadas, apesar de terem sido dispensados e colocados em disponibilidade determinados professores da Escola Normal Oficial do Piauí. Por que não foram indicados para assumir as novas turmas? Uma possível justificativa pode ser pensada se levarmos em conta o valor a ser pago aos novos professores. Já que eles iam receber menos que os catedráticos

²²⁴ Não encontramos a ata deste concurso.

²²⁵ O Curso preparatório tinha duração de dois anos e era oferecido na Escola de Adaptação, os alunos deste curso tinha o direito de se matricular no ensino normal oferecido pela Escola Normal Oficial do Piauí. Com as mudanças determinadas pela nova legislação de ensino o curso complementar passou a acomodar as alunas aprovadas no primeiro e segundos anos do curso normal, servindo como um complemento do ginásio.

²²⁶ Piauí (1947d).

efetivos, esse pode ser um dos motivos para não continuarem como docentes da escola.

Analisando as listas de exoneração e nomeações, identificamos a permanência de quatro professores: Amandino Teixeira Nunes, Francisco da Rocha Falcão Costa, José de Ribamar Pereira e Yolanda Beleza de Oliveira e Silva. Uma dessas permanências foi justificada pelo diretor do Departamento da Educação, a da professora Yolanda, que fora exonerada da cadeira de Educação Física por não ter formação superior para ministrá-la. Como tinha mais de treze anos de serviço naquele estabelecimento de ensino, ela foi nomeada no mesmo dia para assumir interinamente a cadeira de Desenho e Artes Aplicadas, ocupada anteriormente pela professora Nantilde Rocha de Sá de Melo, dispensada por ter menos tempo de serviço²²⁷.

Os outros casos que foram justificados pelo diretor Odilon Nunes, se referiam ao professor de Física e de Química, Artur Oliveira, que, com nove anos de trabalho na Escola Normal Oficial do Piauí e por ministrar apenas uma disciplina, teve acréscimo de outras afins para completar a quantidade de turmas exigidas.

O mesmo ocorreu com a professora de Trabalhos Manuais Odete Batista, pois ela tinha 12 anos de serviço e apenas duas turmas. Esses fatos levam a indagar por que os outros 12 docentes que constavam na relação dos dispensados não foram nomeados para as novas cadeiras. O que aconteceu com eles? Abandonaram a profissão ou foram trabalhar em outras instituições de ensino?

Confrontando o ofício de Odilon Nunes e o Decreto-Lei 1.412, identificamos quatro critérios utilizados na dispensa: a extinção da cadeira ministrada pelo professor, o fato de ser interino, o tempo de serviço e a insuficiência de número legal de turmas. Mas podemos presumir que fossem levadas em consideração as redes de relações estabelecidas entre os professores daquela escola e o governo para garantir a permanência no cargo, como destacou Eurípedes de Aguiar no texto citado.

Um indício disso é que logo após ter sido colocado em disponibilidade o professor catedrático Manoel Soterro Vaz da Silveira²²⁸, no mesmo dia foi feita a nomeação do médico José Ribamar de Castro Lima para a cadeira de Higiene e Educação Sanitária, conforme se constata em sua nomeação:

²²⁷ Nunes (1947).

²²⁸ Piauí (1947d).

Nomear,

De acordo com o art. 15, item IV, do decreto-lei n. 441, de 28 de outubro de 1941, combinado com o art. 185 da Constituição Federal, Jose Ribamar de Castro Lima, ocupante de cargo da classe S da carreira de Médico da Parte permanente do Quadro Único do estado, para exercer, interinamente, o cargo de professor catedrático, padrão R, da cadeira de Higiene e Educação Sanitária da Escola Normal Oficial, da mesma Parte e aludido Quadro, em vaga resultante do Decreto-lei nº 1.412, de 10 de março de 1947.²²⁹

A análise da lotação dos professores da Escola Normal Oficial do Piauí nos anos seguintes aponta para a presença dos interinos na Instituição. Suas nomeações se davam por indicações políticas, o que provocava alterações periódicas no quadro dos docentes, conforme redução ou aumento na quantidade de turmas trabalhadas a cada ano, gerando nomeações interinas ou a exoneração deles.

A prática de exonerações era constante. Em 17 de novembro de 1950 houve 10 exonerações de professores interinos²³⁰: Yolanda Beleza de Oliveira e Silva – Desenho e Artes Aplicadas, Oscar Olímpio Cavalcanti – Ciências Físicas e Naturais, Francisco da Rocha Falcão Costa – Anatomia e Fisiologia Humana, Artur Oliveira – Física e Química, José Ferreira Castelo Branco – Matemática, Odete Maria Batista – Trabalhos Manuais, Leoner Fontinele – Desenho, Adalgisa Paiva e Silva – Canto Orfeônico, Artur Furtado Filho – Geografia Geral, José Epifânio de Carvalho – Higiene e Puericultura. Em 13 em 1953, conforme matéria do jornal Diário Oficial, entre eles: Liorne Fontenele – Desenho; Artur Oliveira – Física e Química; Odete Maria Batista – Trabalhos Manuais; Adalgisa Paiva e Silva – Canto Orfeônico; Enertina de Moura Leal – Canto Orfeônico; José Epifânio de Carvalho – Higiene e Puericultura; Francisco da Rocha Falcão – Fisiologia Humana e Anatomia; Oscar Olímpio Cavalcante – Ciências Físicas e Naturais; Antonia de Almeida Melo – Educação Física, Recreação e Jogos; Antonia Soares Cordeiro – Educação Física, Recreação e Jogos; João Alfredo de Carvalho Lima – História do Brasil; Basílio Ribeiro Soares – Higiene e Educação Sanitária; José de Arimatéia Tito Filho – Português²³¹. As dispensas não se aplicavam somente aos professores interinos, mas aos efetivos ocupantes de disciplinas nessa condição.

²²⁹ Piauí (1947e).

²³⁰ Idem (1950a).

²³¹ Idem (1953a).

Como destacamos, a reforma provocou, além das dispensas dos professores, o aumento no número de turmas sob sua responsabilidade e estabeleceu diferenças entre os vencimentos dos docentes da Escola Normal Oficial do Piauí conforme o nível de escolarização em que atuavam, ginásio ou curso normal. Ao longo dos anos, as formas de ingresso no quadro de professores da instituição se davam por indicação política ou por concurso para professores efetivos do quadro permanente do Estado, que após dez anos de tempo de magistério, tornavam-se vitalícios.

As medidas tomadas para a adequação da Escola Normal Oficial do Piauí às determinações decorrentes da LOEN não atingiram só o quadro de funcionários, professores e inspetores de ensino, mas modificaram o tempo, o curso oferecido e o currículo da formação, pontos discutidos a seguir.

3.2 A institucionalização do ginásio e do curso de formação de professores primários

A ampliação na oferta de ensino secundário por meio do ginásio (1º ciclo), dos cursos clássico e científico (2º ciclo) e do ensino profissional na modalidade formação de professores passou a atrair as mulheres das camadas de baixa renda. As de famílias mais abastadas frequentavam a Escola Normal Oficial do Piauí desde a década de 1910 e, nas décadas seguintes, os ginásios oferecidos pelos colégios particulares e pelo Colégio Estadual do Piauí, antigo Liceu Piauiense. A presença feminina nas escolas secundárias passaria a ser uma realidade cada vez mais visível.²³²

Com a adequação da legislação educacional local às determinações da LOEN, foi criado o ginásio anexo à Escola Normal Oficial do Piauí em 1948, sendo disponibilizadas 100 vagas distribuídas em duas turmas diurnas e três noturnas. Para assegurar o preenchimento delas, a diretoria da Escola ofereceu um curso preparatório gratuito, com 200 vagas, às candidatas interessadas, o qual foi

²³² Situação demonstrada por Silva (2012), em sua pesquisa sobre a presença da mulher piauiense nas escolas secundárias na década de 1960, e por Lopes (2010), ao estudar a expansão do ensino secundário piauiense.

desenvolvido no período de 05 de janeiro a 21 de fevereiro de 1948 e visava selecionar 100 alunas para o primeiro ano do curso ginásial²³³.

As alunas do Colégio Estadual do Piauí deveriam requerer a transferência para o ginásio da Escola Normal Oficial do Piauí. Suas matrículas foram asseguradas, como destacava a seguinte nota veiculada nos jornais da época:

Escola Normal “Antonino Freire”

NOTA OFICIAL

Exames e transferência

As inscrições para os exames de admissão ao curso ginásial diurno e noturno, bem como para os exames de segunda época do Curso Preparatório e do Curso de Formação de Professores Primários, estarão abertas, nesta Secretaria, do dia 1º a 15 de fevereiro corrente.

[...] estão reservadas todas as vagas necessárias às alunas do Colégio Estadual do Piauí.

Secretaria da E. N. Antonino Freire, em Teresina, 31.1.48.
Enid M. da Rocha Velôso
Secretária

VISTO:

Da Costa Andrade
Diretor²³⁴

Seguindo as determinações da LOEN, o ingresso feminino no primeiro ciclo do ensino secundário ficou restrito ao ginásio da Escola Normal Oficial do Piauí. As alunas concorriam por meio de exame de admissão às vagas ofertadas e, ao final do ginásio, poderiam dar continuidade aos estudos no segundo ciclo do ensino secundário por meio da matrícula no Curso de Formação de Professores Primários ou pedir transferência para outra instituição de ensino.

Em 1948, atendendo às determinações da legislação, as alunas do ginásio do Colégio Estadual do Piauí foram transferidas, de forma impositiva, para a Escola Normal Oficial do Piauí. Tal ação cumpria com a exigência da LOEN de cada escola normal manter anexo um ginásio e atendia à recomendação de que a educação

²³³ Piauí (1948b).

²³⁴ Idem (1948j).

feminina nesse nível de ensino ocorresse em escolas exclusivas de frequência feminina, conforme estabelecia a LOES²³⁵.

A incorporação dessa determinação pode ser vista como uma estratégia do Governo de levar um maior número de mulheres a escolher essa modalidade de ensino²³⁶. Desde o surgimento da Escola Normal Oficial do Piauí havia a preferência dos seus fundadores pela mulher para atuar no primário. O impacto dessa determinação na vida escolar das alunas merece uma análise mais detalhada, de forma a destacar que muitas delas aspiravam a outra formação. Como já destacamos, a própria lei trazia essa possibilidade, já que, após a conclusão do ginásio as alunas poderiam se matricular no segundo ciclo do ensino secundário oferecido no Colégio Estadual do Piauí ou nas escolas privadas.

A proibição²³⁷ da matrícula foi expressa por meio dos editais dos dois educandários estaduais em Teresina, como se lê em um desses avisos:

Colégio Estadual do Piauí

Aviso nº 1/48

De ordem do Sr. Diretor do Colégio Estadual do Piauí, aviso que este Estabelecimento não aceitará matrículas de alunas para quaisquer(sic) das séries do Curso Ginásial.

2. As alunas do Curso Ginásial dêste Estabelecimento deverão requerer suas transferências para a Escola Normal “Antonino Freire”, desta Capital, dentro do prazo regulamentar, isto é, até 29 de fevereiro p. vindouro.

Secretaria do Colégio Estadual do Piauí, em Teresina, 14 de janeiro de 1948.

Otoni da Costa Azevedo
Secretário²³⁸

Reforçava o aviso a proibição da matrícula de alunas no ginásio do referido Colégio e a determinação de suas transferências para a Escola Normal Oficial do

²³⁵ Decreto-Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942 (BRASIL, 1942).

²³⁶ Segundo Cardoso (2003), vinha se configurando, nos anos 1940, uma mudança no perfil de formação das mulheres dos setores mais abastados. Elas se afastavam do curso normal e se direcionavam para os cursos secundários clássico e científico por passarem a aspirar ao ensino superior.

²³⁷ A proibição de matrícula no primeiro ciclo do curso secundário do Liceu Piauiense foi revogada em 1955, quando o Governo liberou a matrícula para ambos os sexos.

²³⁸ Piauí (1948b).

Piauí, pois seu curso ginásial era destinado às alunas, como se lê também no edital a seguir:

Escola Normal “Antonino Freire”

EDITAL nº 3/48

De ordem do Exmo. Sr. Diretor da Escola Normal “Antonino Freire”, torno público, para o conhecimento dos interessados, que as matrículas às diversas séries do curso ginásial (diurno e noturno), preparatório e de Formação de Professores Primários, desta Escola, se acham abertas nesta Secretaria, até o dia 28 do corrente, no expediente de 8 às 11 horas.

2. Não serão aceitas matrículas de candidatos do sexo masculino para qualquer das séries dos cursos ginásial (diurno e noturno) e preparatório.

[...]

Secretaria da Escola Normal “Antonino Freire”, em Teresina, 16 de fevereiro de 1948.

Enid M. da Rocha Velôso

VISTO:

Celson Barros Coelho
Diretor-Substituto²³⁹

Reforçava o edital que os cursos preparatório e ginásial se destinavam às alunas. Essa determinação cumpria com o que estava estabelecido na LOES²⁴⁰ no tocante à preferência pela educação feminina em espaços destinados para tal. Além das mudanças em relação aos espaços escolares que trabalhavam com o ensino secundário público, agora ginásios e colégios, outras se direcionaram ao nível da formação dos professores primários, que, antes da LOEN, como curso profissionalizante, ocorria após o primário, assemelhando-se ao nível ginásial. O que passou, com a referida Lei, a ser oferecido no segundo ciclo do ensino secundário, diferenciando-se do curso clássico ou científico pelas disciplinas trabalhadas e pelos seus objetivos.

Ao tratar da ligação do ensino ginásial com as outras modalidades de ensino, a LOES, no Artigo 9º do capítulo IV, estabelecia que o ginásio estivesse

²³⁹ Piauí (1948a).

²⁴⁰ Brasil (1942).

vinculado “[...] aos cursos de segundo ciclo dos ramos especiais do ensino de segundo grau, para a realização dos quais deverá constituir base preparatória suficiente”²⁴¹. Entre os ramos especiais do ensino estava o curso normal, elevava, assim, a formação dos professores primários para o segundo nível do ensino secundário. Tendo a LOEN definido de fato essa ação.

De 1930 a 1942, a correspondência do ensino normal oferecido pela Escola Normal Oficial do Piauí com o segundo ciclo do secundário se dava pelas disciplinas científicas trabalhadas nos dois cursos. Elas correspondiam às do curso clássico estabelecido pela LOES. Somente a partir da LOEN é que, para ingressar no curso de formação de professores, deveriam suas pretendentes possuir o ginásio. Até 1946, o acesso ocorria por meio do exame de admissão, o qual era dispensado se as alunas tivessem frequentado o curso preparatório de dois anos oferecido pela Escola de Adaptação.

Essa situação se modificou com a LOEN. Passando o exame de admissão ser a exigência para o acesso ao ginásio, enquanto o curso preparatório foi transformado em um curso complementar de estudos das alunas aprovadas no primeiro e no segundo anos do antigo curso normal, assumindo, assim, nova função. Nele, eram trabalhadas as disciplinas que correspondiam ao terceiro e ao quarto anos do curso ginásial, como confirmamos na Imagem 3 que representa a guia de transferência de uma das alunas:

²⁴¹ Brasil (1942).

ESCOLA NORMAL "ANTONINO FREIRE"

GUIA DE TRANSFERÊNCIA

com _____ anos de idade, nascida a 2 de Janeiro de 1930
na cidade de Piçaba - Teresina, Estado de Piauí
, filha de _____
e de _____
residente na cidade de Limon - Maranhão n.º _____
matriculada na 3ª série do curso Preparatório
deste Estabelecimento foi aprovada nas matérias que constituem referida série, podendo
ser matriculada na série seguinte 4ª.

GRAUS DE APROVAÇÃO - 1948

Português	(6,9)
Latim	(4,3)
Francês	(7,2)
Inglês	(4,33)
Matemática	(4,4)
Geografia	(5,61)
História	(6,9)
Ciências Naturais	(6,0)
Desenho	(5,75)
Canto Grego	(7,40)
	(5,9)

Teresina, de dezembro de 1948

Funcionário

VISTO:

Diretor

Mod. ENAF

Imagem 3 - Guia de transferência do Curso Preparatório da Escola Normal Oficial do Piauí.²⁴²
Fonte: Piauí (1948).

²⁴² Visando manter o anonimato da aluna seu nome e de seus pais foram suprimidos.

Outra mudança na Escola Normal Oficial do Piauí ocorreu em relação ao tempo da formação do professor primário, que, até 1946, estava organizado em cinco anos. A nova proposta, efetivada a partir de 1947, restringiu o tempo a três anos, interferindo na preparação geral que fora restrita a um ano.

Com as mudanças no tempo, pensamos como ficou a situação dos alunos que frequentavam o curso normal da referida escola. Sabemos que toda mudança provoca inquietações e resistências, gera insegurança, leva tempo para se concretizar e para que certas práticas instituídas sejam apropriadas. Certamente, os alunos que iriam para o segundo, o terceiro, o quarto e o quinto anos do curso devem ter ficado apreensivos em relação a como iriam dar prosseguimento aos estudos. Como ficaram, então, as alunas que estavam distribuídas nesses diferentes anos escolares do curso normal?

As disposições finais e transitórias do Decreto-Lei 1.402, de 27 de janeiro de 1947, ao tratar da adaptação do ensino normal do Estado, dava uma resposta à situação das alunas mencionadas:

TITULO VII

Disposições finais e transitórias

Art. 47 – A situação dos alunos de curso normal no Estado será regulada, em 1947, da seguinte forma:

- a) os alunos aprovados no primeiro e segundo ano [sic] serão adaptados, respectivamente, a terceira e quarta série do curso normal regional;
- b) os alunos aprovados no terceiro e quarto ano [sic] serão adaptados, respectivamente à segunda e terceira série do curso de formação de professores.

Art. 49 – O presente Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O Secretario geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Govêrno do Estado do Piauí, em Teresina, 27 de janeiro de 1947; 59º da República.
(L. do S.)

THEODORO FERREIRA SOBRAL
Raymundo de Britto Mello²⁴³

²⁴³ Piauí (1947a).

Conforme o disposto no Artigo 47 da Lei, as alunas aprovadas no primeiro e no segundo anos do curso normal tinham matrícula assegurada na terceira e na quarta séries do Curso Normal Regional ou poderiam ficar no primeiro ciclo do ensino secundário (o ginásio). Como o curso de regente não era oferecido nas capitais, isso impossibilitava que dessem prosseguimento aos seus estudos. A solução encontrada foi adaptar o curso preparatório para ofertar a terceira e a quarta séries do ginásio.

Às demais alunas aprovadas no terceiro e no quarto anos do ensino normal, assegurou-se a matrícula na segunda e na terceira séries do curso de formação de professores na Escola Normal Oficial do Piauí. Essa ação parece não ter agradado a todas as aprovadas no terceiro ano, pois, em seguida à promulgação do Decreto-Lei 1.402, de 27 de janeiro de 1947, foi feito um novo ajuste na legislação de ensino determinando que as aprovadas do terceiro ano do extinto curso normal se matriculassem também no terceiro ano do novo curso, tendo direito a certificado do segundo ciclo.

As determinações foram asseguradas por meio da Resolução nº 34/47:

Departamento da Educação

RESOLUÇÃO n º 34/47

O Diretor Geral do Departamento da Educação, tendo em vista que alunos do terceiro ano do curso normal, exclusivamente preparatório, fossem matriculados na segunda série do curso de formação de professores primários nos termos da lei de 27.1.47.

RESOLVE:

Autorizar que sejam admitidos na terceira série do segundo ciclo de ensino normal com certificados do segundo ciclo do curso secundário, apenas enquanto durarem os favores da lei que rege a matéria.

Comunique-se.

Departamento da Educação em Teresina, 12 de março de 1947.

Waldir de F. Gonçalves
Diretor do D.E.²⁴⁴

²⁴⁴ Piauí (1947c).

Havia uma preocupação em ajustar a formação dos professores primários às novas determinações legais e em atender às demandas geradas. O acolhimento aos apelos das alunas desse nível de ensino é um exemplo, tanto que a determinação em relação às estudantes do terceiro ano do curso normal foi revista, sendo determinado, por meio da Resolução nº 34/47 que elas iriam para o último ano do novo curso.

Não só as alunas alojadas no novo curso se sentiram prejudicadas com as determinações do Decreto-Lei 1.402, de 27 de janeiro de 1947. Do mesmo modo, as que haviam sido encaminhadas para o Curso Preparatório²⁴⁵, em especial as do quarto ano, procuraram a Comissão de Higiene e Instrução Pública da Assembleia Legislativa buscando que ela atentasse para a situação gerada pela legislação e que fossem feitas modificações na Lei. Sentiam-se prejudicadas financeiramente, porque, na estrutura anterior, tornar-se-iam professoras primárias ao fim de cinco anos de estudo, período que, a partir de então, ampliava-se para sete, quando considerado o tempo de ginásio e do Curso de Formação de Professores. Então, as estudantes pediam “[...] um remédio legal para que as coloquem em situação segura e definida”²⁴⁶.

No parecer elaborado pela referida Comissão, ela destacava o tempo destinado à formação, aumentado de cinco para sete anos, o que correspondia ao ensino secundário em seus dois ciclos. Os deputados levaram em consideração o fato de não haver a possibilidade de as alunas concluírem os estudos na Escola Normal Regional, situada no interior do estado, por não disporem de recursos. Ressaltavam que elas se sentiam prejudicadas financeiramente pela medida, pois teriam que esperar mais tempo para ingressar na profissão. Não se pode negar que também a diferença salarial entre os professores primários e os regentes de ensino pode ser considerada um elemento de resistência a frequentar o curso de regente de ensino.

A mobilização por parte das alunas da Escola Normal Oficial do Piauí se constituiu em uma tática. Elas se mobilizaram e, por meio dos deputados estaduais,

²⁴⁵ As alunas, após cursarem o preparatório, iniciariam o curso normal composto pelas disciplinas do terceiro e do quarto anos do ginásio (Português, Latim, Inglês, Francês, Matemática, Ciências Naturais, História do Brasil, Geografia do Brasil, Desenho, Canto Orfeônico e Economia Doméstica). Essas estudantes, contudo, sentiam-se prejudicadas pelo referido decreto. Assim, buscaram junto aos deputados estaduais uma solução para suas reivindicações. (PIAUI, 1947a).

²⁴⁶ Piauí (1948e).

buscaram um posicionamento sobre a situação, porque se sentiram prejudicadas na vida acadêmica, profissional e financeira, como podemos notar no relatório a seguir:

COMISSÃO DE HIGIENE E INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Processo N.11/B

De um estudo minucioso sôbre a última reforma do ensino normal no Piauí, observa-se claramente, que o espírito da lei foi tornar mais eficaz o ensino normal; reconhecido legalmente pelos signatários do memorial em aprêço. No entretanto, como todas as reformas, seja social, política ou educacional, traz sempre um punhado de sacrifícios para certos e determinados grupos; a reforma em questão, embora alicerçada em salutareis princípios, feriu consideravelmente os interesses dos peticionários, causando-lhes grandes prejuízos principalmente sobre o ponto de vista econômico. Seria, até certo ponto censurável se nos tornássemos(sic) indiferentes aos apelos das alunas do quarto ano normal nessa Capital, bem como desobedecer normas que possam solucionar o ensino normal. O que devemos fazer é envidar esforços no sentido de atender as peticionarias sem contudo contrariar o espírito da reforma tão necessária quão indispensável à formação cultural do professor primário. As referidas peticionárias alegam preliminarmente a sua situação anômala criada pelo Decreto-Lei nº 1.402, de 27-1-1947 – ampliando o currículo do curso normal de cinco para sete anos de extensão e pedem, como é justo, um remédio legal para que as coloque em situação segura e definida. Parece, a priori que a pretensão das peticionarias não é razoável e afeta de cheio a lei em vigor, todavia, devemos atendê-las, pois, enquanto as demais (as suas antecessoras e sucessoras) fazem o curso em sete anos, elas por se encontram em meio onde não existe Escola Normal Regional, ficaram em posição inferior em face da letra a do artigo 47 do Dec. Lei nº 1.402, de 27-1-1947, que instituiu a obrigatoriedade da matrícula em Escolas Regionais, o que não foi possível às peticionárias em virtude de somente existir Escola Normal Regional, em Floriano. Tendo em vista o que acabamos de expor, lembramos a esta Assembléia, a situação de inferioridade em que se encontram as peticionárias em relação às suas colegas de outros Estados, e que por isso mesmo pensamos dever esta Assembléia estudar o caso em apreço amparando-as, embora constitua ligeira exceção [sic] ao estatuído pelo decreto acima referido. Assim, opinamos favoravelmente ao apêlo expresso no presente memorial.

Sala das sessões da Comissão de Higiene e Instrução Pública,
em Teresina, 16 de julho de 1948.

aa) Antenor Neiva – Presidente em exercício
Edgard Nogueira
Paulo Salgado
Humberto Silveira²⁴⁷

²⁴⁷ Piauí (1948e).

A ação da Assembleia de se envolver e procurar uma solução às situações descritas demonstra que as apropriações das disposições legais se dão não apenas por determinações legislativas, mas são frutos das negociações entre os interesses de distintos grupos sociais. A Lei, ao modificar a estrutura e o tempo de formação dos professores primários, provocou choques de interesses entre o governo e as alunas, não sendo a legislação, como uma expressão de representações e de práticas, apropriada de forma consensual, mas mediante negociações.

Como consequência das reivindicações, menos de um mês depois da elaboração do parecer citado anteriormente, foi promulgada a Lei nº 132, de 9 de agosto de 1948:

PODER EXECUTIVO**ATOS DO GOVÊRNO****LEI N. 132, DE 9 DE AGOSTO DE 1948****Regula a situação de alunos do Curso Normal**

O Governo do Estado do Piauí:

Faço saber que o Poder legislativo decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - os alunos aprovados na terceira e quarta séries do Curso preparatório, anexo à escola Normal "Antonino Freire", terão o direito de ingressar na segunda e terceira séries, respectivamente, do curso de formação de professores, se o invocarem dentro do período legal de inscrição e matrícula.

Parágrafo único – Aos alunos do Curso Normal, nas condições especificadas conceder-se-á tratamento igual, com referência aos exames e provas, seja, de primeira ou de segunda época.

Art. 2º - Os portadores de certificados do colégio, a que se estenderam, excepcionalmente, os favores da reforma do ensino normal, em 1947, obterão as regalias da carreira do magistério primário, uma vez concluído o curso de formação de professores.

Parágrafo único – O Departamento da Educação deverá reconhecer-lhes os diplomas, observadas as formalidades legais.

Art. 3º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Govêrno do Estado do Piauí, em Teresina, 9 de agosto de 1948; 60º da República.

aa) JOSÉ DA ROCHA FURTADO

Agenor Barbosa de Almeida

Selada, numerada, sancionada e promulgada a presente lei, nesta Secretaria Geral do Estado, aos nove dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e quarenta e oito.

João Damasceno Soares
Diretor Geral do expediente²⁴⁸

A referida Lei regulamentava a situação das alunas do primeiro e do segundo anos do extinto curso normal que foram remanejadas para a terceira e a

²⁴⁸ Piauí (1948g).

quarta séries do curso preparatório. E posteriormente após a conclusão destas séries seriam matriculadas, respectivamente, no segundo e no terceiro anos do Curso de Formação de Professores Primários.

Mediante as negociações entre as alunas e o Legislativo, foi elaborado um ajuste legal para que elas não fossem prejudicadas pela Lei. Assim, foi aproveitado os anos concluídos no extinto curso normal, direito que incluía não só as remanejadas para o curso preparatório, mas se estendia às desistentes em anos anteriores. Deste modo, as modificações ocorridas se voltam para adequar o espaço da Escola Normal Oficial do Piauí às determinações legais advindas da incorporação da LOEN pela legislação e atender às solicitações das estudantes que se sentiam prejudicadas com a nova organização da formação.

A criação do ginásio e do curso de professores primários, a mudança nas disciplinas do currículo, as recomendações de práticas de ensino centradas na figura do aluno em substituição às aulas expositivas e a cópia de pontos de ensino tidos como tradicionais foram algumas das modificações que foram provocadas pela LOEN e que, de forma gradativa, incorporaram-se no universo escolar.

As práticas instituídas pelo Governo para a apropriação da LOEN envolviam mudanças na legislação, no espaço da instituição formadora e nas representações constituintes do novo modelo formativo dos professores primários, dos saberes pedagógicos trabalhados e das práticas educativas desenvolvidas no interior da Escola Normal Oficial do Piauí. Tais pontos serão discutidos nas seções seguintes de forma a compreender o processo de constituição profissional dos professores primários piauienses e a apropriação da LOEN.

4 A LOEN E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS E PEDAGÓGICAS ENVOLVIDAS NO INTERIOR DA ESCOLA NORMAL OFICIAL DO PIAUÍ

“A cultura é uma noite escura e que dormem as revoluções de há pouco, invisíveis, encerradas nas práticas-, mas pirilampos, e por vezes grandes pássaros noturnos, atravessam-na; aparecimentos e criações que delineiam a chance de um outro dia.”²⁴⁹

A Escola Normal Oficial do Piauí assume o papel de um espaço com historicidade a ser pensado por meio das múltiplas práticas desenvolvidas em seu interior, que se constituem em fontes reveladoras das formas de apropriação das determinações da LOEN e das táticas utilizadas pelos sujeitos, ocupantes de diferentes lugares e funções, na sua recepção.

Detivemo-nos nas práticas de apropriação da LOEN desenvolvidas no interior da Escola em análise, considerando que elas se mostram nos usos dados às representações e nas determinações estabelecidas, nas operações de seus usuários. Por seu intermédio é possível perceber as ações de apropriação das representações por parte dos sujeitos e dos grupos sociais.

Em nosso estudo, os usuários das representações e das determinações disseminadas pela LOEN são os professores e as alunas da Escola Normal Oficial do Piauí, que certamente elaboraram táticas para a apropriação da referida Lei. Portanto, focamos nas representações e nas práticas de apropriação, de modo a compreender o engendramento da formação docente.

Na análise da relação existente entre a Lei e a Escola, as práticas educativas e pedagógicas nos ajudaram a perceber como os professores e as alunas dessa instituição se apropriaram e ressignificaram a LOEN, dando-lhe sentido e construindo o cotidiano do principal centro de formação de professores primários no Piauí.

²⁴⁹ Certeau (2005, p. 239).

Por meio da relação entre as maneiras de fazer e de pensar e os estilos de ação²⁵⁰, refletimos sobre o cotidiano da instituição em estudo e sua configuração a partir das resoluções estabelecidas nas legislações Federal e Estadual no período de 1947 a 1961. Destacamos as determinações legais e seus usos, os saberes constituintes do modelo formativo vigente na época, focamos no processo de constituição profissional, na apropriação da LOEN, e identificamos as práticas que direcionaram a formação e o trabalho dos professores primários.

Por intermédio das práticas, ocorridas nos lugares em que habitamos, constituímos-nos em quem somos. A análise delas torna possível entender as representações que direcionam as formas de agir, de planejar e de desenvolver nossas ações como membros pertencentes a grupos sociais específicos.

Para nos aproximar das práticas, recorreremos à história oral temática por meio dos relatos de quatro ex-alunas da Escola Normal Oficial do Piauí que vivenciaram experiências durante o curso de formação de professores primários que foram instituídas pela LOEN. As entrevistadas são as ex-alunas: Raimunda de Carvalho Sousa (D. Mundoca), Angelita Etelvina de Amorim (Angelita), Antonia Sirqueira Soares de Sousa (D. Toinha) e Raimunda dos Santos Lopes Monteiro (D. Raimundinha).

A primeira delas, a quem chamaremos de D. Mundoca, nascida em Timon (MA) em 14 de outubro de 1926, havia frequentando até o terceiro ano do antigo curso normal e, por motivos pessoais, teve de desistir. Retomou seu processo educacional em 1949, quando solicitou matrícula no segundo ano do novo curso instituído, o curso de formação de professores primários. Posteriormente, tornou-se professora da Escola Normal Oficial a partir dos anos de 1960.

Angelita Etelvina de Amorim, nascida em Canto do Buriti (PI) em 12 de maio de 1934, veio para Teresina com doze anos para morar na casa de uma conhecida de sua mãe e para estudar. Iniciou o ginásio na Escola Domício Magalhães e efetivou matrícula em 1951 no segundo ano do ginásio da Escola Normal Oficial do Piauí, tendo ficado de 1952 a 1954 sem estudar. Retomou os estudos em 1955 e concluiu o ginásio no ano seguinte. Frequentou o curso de formação de professores primários de 1957 a 1959.

²⁵⁰ Ver Certeau (2005), sobre a teoria das práticas.

Antonia Sirqueira Soares de Sousa, chamada de D. Toinha, nascida em 25 de janeiro de 1935 em Água Branca (PI), onde iniciou o primário, veio com dez anos para a capital, em 1945, morar com uma tia e dar continuidade ao seu processo de escolarização. Frequentou, de 1951 a 1954, o ginásio e, de 1955 a 1957, o curso de formação de professores primários.

Raimunda dos Santos Lopes Monteiro, chamada de D. Raimundinha, nascida no interior de Elesbão Veloso (PI) em 18 de novembro de 1944, veio com 15 anos para dar prosseguimento à vida escolar. Ingressou no ginásio em 1959 e concluiu o curso de formação de professores primários em 1965.

Após os contatos iniciais, as entrevistas foram marcadas nos locais e nos horários definidos. D. Mundoca, Angelita e D. Toinha definiram suas residências como espaços para as gravações dos relatos. D. Raimundinha escolheu o ambiente de trabalho, sendo a única que ainda está na ativa, em uma instituição de ensino superior em Timon (MA). As entrevistas foram realizadas em dois encontros e depois de transcritas foram apresentadas às entrevistadas.

Um ponto comum a todas foi a preocupação em estabelecer qual o melhor lugar os encontros. Angelita escolheu o seu próprio quarto “para ficarmos a vontade”; D. Toinha, a sala de visitas de sua casa, onde fica sua cadeira de balanços; D. Mundoca, sua biblioteca; e D. Raimundinha, sua sala de trabalho. Fica evidente a importância dada por elas às entrevistas sobre assuntos relacionados às suas vidas escolares e à Escola Normal Oficial do Piauí.

Nas análises, confrontamos os depoimentos orais com os registros das cadernetas escolares e dos livros de atas, de forma a identificar os usos das representações e das determinações da LOEN que orientavam as práticas, construía o cotidiano da citada Escola e definiam o processo formativo das professoras primárias piauienses.

Dispusemos as análises em três subseções: evidenciamos a organização interna da Escola Normal Oficial do Piauí; relacionamos as práticas educativas desenvolvidas na escola, procurando situá-las em relação ao modelo e aos saberes trabalhados durante o período em estudo; destacamos as representações e as apropriações que serviram como aspectos direcionadores da formação e do trabalho dos professores primários.

4.1 A nova organização da Escola Normal Oficial do Piauí



Imagem 4: Escola Normal Oficial do Piauí.
Fonte: Piauí (2012).

Esse prédio imponente, inaugurado em 1924 no Centro da capital, destacava-se dos demais por sua arquitetura neoclássica. Com dois pisos, abrigava na parte superior: a diretoria; a secretaria; as salas de aula, onde funcionava o curso de formação de professores primários; a biblioteca “João Luiz Ferreira”; o salão nobre, utilizado como auditório, onde eram feitos os concursos e as apresentações da escola; e os gabinetes de física, de química e de anatomia.

Na parte inferior se localizavam: as turmas do ginásio, criado em 1948; um pátio interno; as salas onde funcionava a Escola de Adaptação, transformada em curso preparatório; o Jardim de Infância “Lélia Avelino” pela manhã e, à tarde, a Escola Modelo “Artur Pedreira”, espaço utilizado para as aulas de Práticas de ensino e de Tirocínio. A escola possuía um jornal de nome “A voz da Escola”; um clube de leitura, chamado “Firmina Sobreira”; e um grêmio literário denominado “Antonino Freire²⁵¹”.

²⁵¹ ATA... (1947).

A Escola Normal Oficial do Piauí, desde sua fundação, representava um símbolo da modernização escolar, sendo utilizadas expressões que demarcavam sua importância no contexto educacional piauiense: “Templo do saber”, “Viveiro do saber”, “o mais importante estabelecimento de ensino normal do estado”, “conceituado estabelecimento de ensino”, “grande educandário”, “modelar estabelecimento de ensino”.²⁵²

Das entrevistadas, apenas D. Raimundinha destacou que, ao ver o prédio pela primeira vez, quando veio à Teresina fazer o exame de admissão, teve forte impressão da imagem imponente da Escola, especialmente ao comparar com a escola primária em que havia estudado em Elesbão Veloso (PI).

O acesso das alunas na escola era feito pela entrada principal, por meio dos vários degraus que conduziam a uma porta larga, a qual dava acesso ao piso superior, para onde se dirigiam e saíam as normalistas com suas fardas impecáveis. O fardamento da Escola era composto por saia de brim azul pagueada, bem engomada e abaixo dos joelhos, blusa branca de mangas compridas, sapatos pretos e meias brancas, formando a imagem da linda normalista ressaltada na música:

Normalista

Vestida de azul e branco
Trazendo um sorriso franco
No rostinho encantador
Minha linda normalista
Rapidamente conquista
Meu coração sem amor

Eu que trazia fechado
Dentro do peito guardado
Meu coração sofredor
Estou bastante inclinado
A entregá-lo ao cuidado
Daquele brotinho em flor

Mas, a normalista linda
Não pode casar ainda
Só depois que ser formar...
Eu estou apaixonado
O pai da moça é zangado
E o remédio é esperar²⁵³

²⁵² Expressões retiradas dos jornais Diário Oficial, O Piauí, O Comércio e Jornal Resistência, das décadas de 1920 a 1960.

²⁵³ Lacerda; Nasser (1940).

O cuidado com a farda era uma prática que se estendia para além do espaço escolar. Havia duas fardas, uma para o dia a dia das aulas e outra para os momentos solenes. Conforme relatado pelas entrevistadas, muitos cuidados eram dispensados com o fardamento escolar, entre eles a ex-aluna Angelita destacou: “Eu deixava a saia debaixo do colchão para as pregas não se desmancharem”. Todas as entrevistadas destacaram que tinham cuidados com o seu fardamento, que assumia um papel relevante na formação da professora primária. A forma de se vestir mostrava todo um cuidado com a imagem da futura mestra. A saia abaixo dos joelhos, por exemplo, revelava que o uso do uniforme escolar era direcionador do processo formativo das que frequentavam a Escola Normal Oficial do Piauí.

O uniforme era um elemento de destaque para as alunas. Além de identificá-las, as associava à Escola e à profissão de professora, refletindo-se na imagem da mulher e da profissional, aquela que se vestia de forma sóbria, mas com cuidado e elegância. O cuidado especial com a postura da futura docente e a maneira dela de se vestir se revelavam nas práticas voltadas para o uso e os cuidados com a farda escolar, um elemento que identificava a aluna e o modo de se vestir da professora primária, bem cuidada e sóbria.

Isso justificava certos modos de fiscalização, por parte das inspetoras de ensino, do uso adequado do fardamento. Pois, entre as alunas, havia aquelas que dobravam o cós da saia para torná-la mais curta ou dobravam as mangas da blusa para passear no centro da cidade ou ir à Rádio Difusora, como destacaram as entrevistadas, práticas que fugiam ao controle da escola.

Ao chegar à Escola, eram aguardadas no alto da escada pelas inspetoras de ensino, que tinham entre suas funções a de verificar se as alunas estavam devidamente fardadas e se, ao entrar na escola, encaminhavam-se para as salas de aula, onde deveriam aguardar os professores. D. Toinha lembrou a figura da inspetora de ensino: “Ficava lá em cima. A gente entrava, ela observava. Quando chegava lá, a gente levantava o pé “pra” ver o salto de borracha. Ela ficava observando se saia alguém fora de hora, se tinha alguém nos corredores, trazia o diário de classe”.²⁵⁴

Essa prática foi destacada por Angelita, que atribuía o salto de borracha à exigência de se manter o silêncio no interior da escola, que possuía piso de madeira.

²⁵⁴ Sousa (2015).

A atenção ao comportamento da futura professora primária ocorria durante todo o seu processo de formação e deveria ser estendida ao exercício da atividade docente. De acordo com as memórias das entrevistadas, havia, por parte dos professores e dos funcionários da escola, uma preocupação com os modos de se vestir e de se comportar das normalistas no interior e fora da Escola. Todos zelavam pelo cumprimento das normas que os direcionavam, inclusive, ressaltado, nas entrevistas, que assumiam como seus os comportamentos estabelecidos.

Na parte interna, as alunas circulavam pouco, restringindo-se aos corredores e às salas de aula. Algumas vezes usavam o pátio e o salão de conferências, sempre acompanhadas pelas inspetoras. Cabia às cinco inspetoras²⁵⁵ de ensino zelar pelo cumprimento das normas e o desenvolvimento dos comportamentos esperados das alunas. Segundo as entrevistadas, algumas dessas funcionárias eram consideradas muito rígidas e exigentes, o caso da inspetora de ensino Ana Luiza Furtado. Os usos que as alunas faziam dos diferentes espaços da escola eram disciplinados por normas da instituição, que, às vezes, eram ignoradas pelas alunas, a exemplo de fatos relatados pelas entrevistadas, que envolviam brincadeiras com o piano na ausência da professora de Canto Orfeônico e o “gazejar” as aulas para ir à Rádio Difusora ou a sessão de cinema.

Outros espaços de socialização fazem parte das memórias da ex-aluna Angelita:

A gente chegava normalmente. Quando tocava a campainha, a gente entrava normalmente. Usava o espaço (praça) demais pra conversar. O pátio não marcou como espaço de socialização, o auditório e a sala de aula, mais a Escola Modelo, sim.²⁵⁶

A sala de aula e a Escola Modelo (Grupo Escolar Artur Pedreira) se constituíam como os principais lugares onde as alunas se apropriavam das práticas pedagógicas e dos saberes necessários ao processo de formação, embora existissem outros espaços que eram utilizados com menor frequência no dia a dia da escola, a exemplo do auditório e do pátio.

Nos corredores da instituição, as inspetoras de ensino tinham como atribuição acompanhar as alunas até a sala de aula e zelar pelo cumprimento das

²⁵⁵ Número identificado nas mensagens governamentais do período em estudo.

²⁵⁶ Amorim (2015).

normas estabelecidas, prática constante no interior da Escola Normal Oficial do Piauí e que não fora modificada pela nova legislação de ensino instituída a partir da LOEN. Na década de 1930, esse controle se dava de forma mais rígida, como se observa na nota veiculada em jornal local a esse respeito:

A Diretora da Escola Normal Oficial, tendo em vista a nota encontrada no livro de ponto dos snrs Professores “que a aula foi constantemente interrompida pelos gritos e correrias das alumnas” resolve chamar a atenção das inspectoras de alunos para que exerçam rigorosa fiscalização, exigindo das alumnas, absoluto silêncio, afim de não mais se reproduzirem semelhantes factos. Recomenda, ainda, que qualquer inspectora deve chamar a atenção de alumnas de qualquer série, dando conhecimento a esta Directoria, quando não attendida, para que a série ou alumna seja severamente castigada.²⁵⁷

O “severamente castigada” poderia ir de uma simples admoestação, por meio da reclamação verbal, a uma suspensão temporária e culminar com uma expulsão. Segundo as entrevistadas, essas práticas continuavam presentes durante o período em que estudaram na Escola Normal Oficial, e as alunas procuravam evitar recebê-las, buscando, então, adequar-se às normas existentes.

Em 1947, com a LOEN, houve mudanças na organização interna da escola: foi criado o ginásio; foi reestruturada a formação de professores primários, que passou a ser ofertada nos turnos diurnos e noturno; a forma de ingresso nos cursos teve modificações, já que antes se exigia das alunas o comprovante de exame de admissão ginásial ou o certificado do curso de adaptação trabalhado pela Escola de Adaptação. Com a nova lei, passou a se exigir o certificado do exame de admissão ginásial para o ingresso no recém-criado ginásio da Escola e o certificado de conclusão desse nível de ensino para a matrícula no Curso de Formação de Professores Primário.

Quanto à organização das instituições de ensino, a LOEN trazia em seu corpo um capítulo que tratava desse aspecto:

²⁵⁷ Piauí (1936).

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Art. 45. A organização interna e demais condições de funcionamento dos estabelecimentos de ensino normal serão definidas, para cada unidade federada, na conformidade da legislação complementar e regulamento que, sobre a matéria, forem expedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal.

§ 1º A legislação de cada Estado deverá definir o caráter especializado dos cursos normais regionais, segundo as condições de vida, social e econômica das diferentes zonas de seu território, podendo igualmente limitar o funcionamento desses cursos a algumas delas, ou a uma só e determinada zona.

§ 2º Não funcionarão no Distrito Federal cursos de primeiro ciclo de ensino normal.

Art. 46. A legislação de cada unidade federada poderá acrescentar disciplinas à seriação indicada nos artigos 7º, 8º e 9º, ou desdobrá-las, para maior eficiência do ensino.²⁵⁸

Segundo a LOEN, a organização interna e os modos de funcionamento dos estabelecimentos ficavam a cargo dos estados, inclusive em relação ao currículo, embora fossem prescritas as disciplinas a serem trabalhadas. O Artigo 46 possibilitava que houvesse o acréscimo ou o desdobramento das disciplinas estabelecidas pela Lei. A Escola utilizou esse dispositivo desdobrando, em 1953, as disciplinas de História e Filosofia da Educação e acrescentando, em 1958, Português e a disciplina História do Piauí em todos os anos escolares, conforme registros nos diários de classe desses anos.

Diante disso, podemos afirmar que a estrutura interna e o modo de funcionamento da Escola Normal Oficial do Piauí tiveram modificações que se direcionaram para a implantação de turmas à noite, para ajustes na lotação dos professores decorrentes dos novos cursos e para a criação dos tipos de estabelecimentos de ensino normal, a Escola Normal Regional e a Escola Normal, já que o Instituto de Educação fora implantado no Piauí em 1973.

A estrutura do ensino normal estabelecida pela LOEN era formada pelo curso de regentes de ensino primário, pelo curso de formação de professores primários e pelos cursos de especialização e de administração escolar, sendo que estes dois últimos não se configuraram no Piauí. Em relação às escolas que

²⁵⁸ Brasil (1946b).

deveriam ser anexas aos estabelecimentos de ensino, o Capítulo IV da LOEN dispõe:

Art. 47. Todos os estabelecimentos de ensino normal manterão escolas primárias anexas para demonstração e prática de ensino. [...]

§ 2º Cada escola normal manterá um grupo escolar.

Art. 48. Além das escolas primárias referidas no artigo anterior, cada escola normal e cada instituto de educação deverá manter um ginásio, sob regime de reconhecimento oficial.²⁵⁹

A criação do ginásio e do curso de regente de ensino se constituiu como algumas das novidades estabelecidas pela LOEN, fazendo surgir uma nova estrutura organizacional em relação aos cursos ofertados: ginásio e ensino normal. Cumpridas as exigências do ingresso, exame de admissão para o ginásio e conclusão desse para o curso de formação de professores primários, as alunas passavam a vivenciar as práticas desenvolvidas no interior da Escola e incorporavam-nas como necessárias ao desenvolvimento das atividades pedagógicas da instituição. Angelita, a esse respeito, destacou: “era um regime diferente. Você não podia perturbar nem questionar o professor. Virou ‘pro’ colega, ele perguntava o que foi?”²⁶⁰.

A organização da sala de aula se revelou como um espaço com carteiras enfileiradas, com alunas em silêncio atentas à fala dos professores e professoras que se concentravam à frente da turma explicando ou ditando o conteúdo da aula. Essa é a imagem que consta nas memórias das entrevistadas.

Tal visão foi reforçada por D. Toinha, que destacou:

Na sala de aula, todo mundo sentado muito comportado, prestando atenção, e eles começavam a desenvolver a aula. A gente fazia tudo pra não ser chamada a atenção, cometer uma gafe, um erro. Naquele tempo, se tinha medo do professor. Medo não, se respeitava o professor. Eram muito rígidos.²⁶¹

²⁵⁹ Brasil (1946b).

²⁶⁰ Amorim (2015).

²⁶¹ Sousa (2015).

Ao confrontar os depoimentos das alunas com o estabelecido em lei, notamos alguns pontos que podem ser considerados antagônicos, a exemplo do que consta no Capítulo VI – das aulas e trabalhos complementares da LOEN:

Art. 26. As lições e exercícios são de frequência obrigatória, e, bem assim, os trabalhos complementares definidos em regulamento.

Art. 27. Estabelecer-se-á nas aulas, entre o professor e os alunos regime de ativa e constante colaboração.

§ 1º O professor terá em mira que a preparação para o magistério exige sempre capacidade para trabalho em cooperação, espírito de auto-crítica e de compreensão humana, pelo que se esforçará em assim orientar o seu ensino.

§ 2º Os alunos deverão ser conduzidos não apenas à aquisição de conhecimentos discursivos, mas à realização das técnicas de trabalho intelectual mais recomendáveis aos futuros docentes.

Art. 28. Os programas deverão ser executados na íntegra, de conformidade com as diretrizes que fixarem.

Art. 29. Como trabalhos complementares os estabelecimentos de ensino normal deverão promover entre os alunos, a organização e o desenvolvimento de instituições para-escolares, destinadas a criar, em regime de autonomia, condições favoráveis à formação dos sentimentos de sociabilidade e do estudo em cooperação. Merecerão especial cuidado as instituições que tenham por objetivo despertar entre os escolares o interesse pelos problemas nacionais.²⁶²

Em síntese, as aulas deveriam ser organizadas em lições, exercício, trabalhos complementares e desenvolvimento de técnicas de trabalho intelectual, por meio de um regime de ativa e constante colaboração, como destacava o Artigo 27. Devendo o ensino se voltar para a otimização das capacidades de cooperação, do espírito de autocrítica e da compreensão humana, como se lê no Parágrafo Primeiro do Artigo em questão.

O Artigo 29 ressaltava essas capacidades. Ao confrontar as práticas instituídas em lei e as desenvolvidas em sala de aula, notamos diferenças entre as definidas e as realizadas. Embora a Lei determinasse que a sociabilidade entre as alunas deveria se dar em regime de autonomia e de cooperação, prevalecia, no

²⁶² Brasil (1946b).

interior da Escola Normal Oficial do Piauí, um regime de controle das ações das discentes.

Tomando por base os depoimentos das entrevistas, podemos afirmar que as determinações em relação à organização pedagógica das aulas não eram seguidas na íntegra pelos professores. Alguns centravam sua ação na exposição de conteúdos por meio dos pontos, o que possivelmente interferia no desenvolvimento das capacidades ressaltadas em lei.

Entre as práticas prescritas e as desenvolvidas nas aulas, podemos identificar a existência de modelos formativos em disputa que incorporavam diferentes representações sobre a formação e a profissão. Os conhecimentos que compunham os conteúdos das disciplinas predominavam nas exposições de alguns professores, caracterizando o modelo acadêmico tradicional. Pela incorporação dos mesmos, por meio da memorização, as alunas iriam modelar sua ação como futuras professoras primárias.

Outros docentes demonstravam preocupação com os saberes necessários ao processo formativo e com os modos de ser professor, por intermédio de seu próprio exemplo e da forma como abordavam os conteúdos dando ênfase aos saberes pedagógicos, objetivando que se constituíssem nos modos como as futuras professoras deveriam direcionar sua ação. Dessa maneira, procurava-se preservar a forma e os conteúdos necessários ao processo formativo e ao exercício profissional, pontos aprofundados na subseção seguinte.

4.2 As práticas educativas e pedagógicas desenvolvidas na Escola Normal Oficial do Piauí e o modelo de formação dos professores primários

Nesta subseção, destacamos as práticas educativas e pedagógicas desenvolvidas pelos professores e o modelo formativo implantado pela LOEN, ressaltando os saberes pedagógicos que o direcionam. Nesse intuito, para alcançar nosso objetivo, provocamo-nos a pensar em quem eram os professores que atuavam na época da implantação da reforma do ensino normal piauiense, instituída pelo Decreto-Lei nº1.402, de 27 de janeiro de 1947, e quais as diretoras da

formação dos professores primários que representavam apropriações da LOEN pelos docentes da Escola Normal Oficial do Piauí.

As representações que as ex-alunas guardam sobre os professores da Escola em estudo os classificavam como “excelentes”, “experientes”, “competentes”, “exigentes”, a “fina flor da intelectualidade piauiense”, “detentores do saber”²⁶³. Muitos deles eram políticos, médicos, advogados e normalistas²⁶⁴, representavam ou estavam ligados à elite intelectual, contribuindo para a elaboração de representações sobre eles, elaboradas a partir do surgimento da Escola pela elite piauiense e que foram se incorporando ao longo das décadas ao imaginário social.

As representações construídas em torno dos professores como profissionais experientes e competentes se deram devido a uma série de processos envolvidos no exercício da docência por eles. O tempo e a atuação no magistério no ensino secundário e no curso normal, o tempo de atuação, as áreas de formação e outras atividades exercidas pelos professores da Escola Normal Oficial do Piauí contribuíram para que, em torno de suas figuras, fossem construídas representações ligadas ao caráter intelectual de suas atividades. Essas imagens construídas também se estendiam para as professoras formadas pela Escola, as quais, após atuação nas escolas primárias, assumiam a docência no ensino normal, a exemplo das mestres Adelaide Fontenele, Diana Vidal, entre outras.

Dentro do rol de disciplinas trabalhadas no curso de formação de professores primários, identificamos que as pedagógicas ficavam, em sua maioria, a cargo das normalistas e entre aquelas, selecionamos os diários de classe da professora Ester Couto, regente da cadeira de Didática desde 1933 e que, por concurso, efetivou-se em 1945 como professora catedrática dessa disciplina²⁶⁵. Com a mudança da LOEN, em 1947, passou a ser reger a cadeira de Prática de Ensino, permanecendo na função durante todo o período em análise, além de ter sido classificada como uma excelente profissional pelas entrevistadas.

²⁶³ No apêndice A encontra-se a lista dos professores da Escola Normal Oficial do Piauí durante o período em análise.

²⁶⁴ Monteiro (2015, p.42) em sua memória de uma desta normalista, a professor Adelaide Fontenelle, destaca: “era pessoa comedida e de hábitos moderados e caseiros – era uma mulher abastada. Vestia-se com apuro e distinção conforme seus costumes, vestido de linho sempre impecavelmente cuidados. Usava os cabelos lisos e já grisalhos, cortados abaixo das orelhas, sem tocar nos ombros”.

²⁶⁵ Piauí (1945).



Imagem 5: Foto da professora Ester Couto.
Fonte: Couto (2015).

Decidimos analisar a disciplina de Prática de Ensino por ela mobilizar saberes pedagógicos orientadores do fazer docente e por sua inserção ter ocorrido por meio das determinações da LOEN. Essa disciplina, como componente curricular, revela as transmutações que ocorreram no modelo de formação, permitindo perceber as modificações e a caracterização dele.

Analisamos 11 diários de classe da referida cadeira em anos diferentes e confrontamos as formas de registro das aulas feitas pela professora nesses documentos com as determinações da legislação de ensino. Notamos certas continuidades na forma do registro das aulas centradas na figura da professora. As aulas eram desenvolvidas por exposição dos conteúdos, visitas às escolas primárias para observação e regência feita pelas alunas sob orientação da professora de

Prática de Ensino e da professora titular da classe primária, como também destacaram as entrevistadas.

As alunas, aparentemente, agiam de forma passiva. Havia um rigoroso controle de seus comportamentos. As aulas eram estruturadas por meio de exposições da professora, de exercícios explorando os conteúdos e de provas, sendo as aulas práticas desenvolvidas na Escola Modelo ou em outros grupos escolares, envolvendo momentos de observação, planejamento e execução.

De forma complementar, analisamos outros 83 diários de classe, das disciplinas de História da Educação, de Sociologia da Educação, de Psicologia Educacional e de Metodologia do Ensino Primário, e encontramos formas análogas nos registros das aulas, centrando-se no conteúdo a ser trabalhado e em práticas similares em relação ao desenvolvimento das aulas: exposição seguida de exercício, de arguições e de provas. Encontramos registros com recapitulação do conteúdo, mas predominava nas escritas a quantidade de conteúdos trabalhados, havendo a cada aula um novo registro de conteúdos, ações reafirmadas pelas entrevistas.

Nos diários da disciplina de Prática de Ensino, da professora Ester Couto, os registros dos conteúdos trabalhados se centravam na disciplina, no planejamento e na escrituração escolar, um resquício do antigo programa de ensino. Com a LOEN, há uma ampliação passando a serem registrados saberes que versavam sobre a Pedagogia, a Didática, o processo de ensino e aprendizagem, os testes de ensino, a ornamentação e escrituração escolar, o planejamento, a globalização do ensino, o sistema Decroly/centro de interesse e o catecismo. Este último não se fazia presente no início da reforma, pois de acordo com a LOEN o ensino de religião era facultativo.

No final dos anos de 1950, há uma preocupação maior com o volume de conteúdos abordados, prática questionada na LOEN, mas que pode ser entendida como uma reestruturação dos saberes e do modelo de formação. Nessa mudança, os saberes pedagógicos, considerados necessários ao exercício da docência nas escolas primárias, deveriam ser explorados e mobilizados nas situações práticas de ensino, e se converter em saberes docentes, em elemento norteador da ação dos professores, fundamentada científica e pedagogicamente e balizada nos fundamentos da Pedagogia e das Ciências da Educação.

Assim, constatamos nos diários de classe que, entre os conteúdos trabalhados nas disciplinas de Metodologia do Ensino Primário e de Prática de Ensino, destacavam-se os relacionados ao papel da Pedagogia, da Didática, dos

processos de ensino e aprendizagem, bem como à preocupação com o planejamento escolar, com os métodos de ensino e com as metodologias específicas do ensino da língua, da matemática, da geografia e da história. Tais aspectos eram enfatizados nas duas disciplinas referidas, como vemos na escrita de um dos diários analisados:

Festa de abertura das aulas; Pedologia-pedagogia-didática; divisão de classes para a observação nos grupos escolares; pedologia – sua divisão, crítica das observações; o prédio escolar; Instrução e educação – ensino e aprendizagem; fixação e verificação da aprendizagem; aula prática; teste da aprendizagem; educação integral; divisão de classes para o tirocínio; distribuição de boletins e explicação do que não fazer no tirocínio; ornamentação escolar – seu valor educativo; leitura e ditados, como devem ser feitos; o preparo das lições; plano de aula; desafios didáticos; globalização e correlação do ensino; divisão de classe para o tirocínio; verificação da aprendizagem; reinício das atividades didáticas; motivação – a sua importância; divisão para aulas de tirocínio; como organizar um estudo em unidades; organização de um plano de aula; o professor primário – qualidades, preparo geral e técnico, necessidade de aprimoramento; o professor e o manejo de classe e sua técnica; aula modelo de História do Brasil para 2ª ano primário; princípios didáticos para execução de uma aula; divisão das alunas em turmas para o tirocínio; o material pedagógico – classificação, preparação e função; os exercícios ou deveres de casa, sua organização psicológica e pedagógica; o manejo do quadro negro; princípios didáticos para execução de uma boa lição; ensino de execução de uma aula; fixação e verificação da aprendizagem, como se faz uma boa verificação de aprendizagem; o que é motivação; o papel do professor na direção da aprendizagem; ornamentação escolar; divisão da turma para o tirocínio²⁶⁶.

Havia uma preocupação, expressa na LOEN e no registro da professora, com as características do professor primário, suas qualidades, seu papel e seu preparo geral e técnico. Por meio da formação intelectual, da formação pedagógica-metodológica trabalhadas no curso, as alunas tinham contato com os conhecimentos das ciências pedagógicas e com os espaços de atuação, ocorrendo, assim, a formação docente. Os aspectos metodológicos específicos das áreas de conhecimento eram desenvolvidos na disciplina de Metodologia do Ensino Primário, os quais, além de orientar as práticas desse nível de ensino, deveriam se converter em saberes docentes que seriam mobilizados futuramente.

²⁶⁶ Couto (1960).

A forma como a professora Ester Couto trabalhava os conteúdos torna possível concluir que sua prática educativa se caracterizava por um ensino centrado na explanação de conteúdos, caracterizando-se como tradicional, fato destacado pelas duas ex-alunas, com exceção de D. Mundoca, que via na figura da professora Ester Couto o exemplo a ser seguido:

Os professores desenvolviam as aulas dessa forma, discursiva mesmo [risos]. Elas davam aula sentadinhas na mesa delas, e a gente anotava o que elas diziam, estudava no livro. Tinha observações, tinha. Me lembro bem que a dona Ester e eu sempre disse isto para os meus alunos: D. Ester dizia: “olhe, o professor não deve maltratar a criança, de jeito nenhum, mas tem que ter autoridade, tem que mostrar personalidade diante do aluno. Mas também ninguém vai, ninguém vai, cuidar da criança com beijinho, com abraço, passando a mãozinha na cabeça, porque aí ele toma o folego da professora, pega, bate no liquidificador como quem bate uma banana e bebe. Ela não tem autoridade ‘pra’ ele mais nunca!” Ela dizia muito isto, me lembro demais [risos], ela aconselhando a gente: “o professor tem que ter autoridade, sem ser grosseiro, sem maltratar, sem castigo físico. Você tem que falar, cumprir o que você disser para o aluno”. O professor educa através do seu comportamento, da sua compostura, dos seus atos, a D. Ester era um negócio sério²⁶⁷.

No relato se destaca a preocupação com a postura do professor em sala de aula, que deveria demonstrar autoridade, sendo possível perceber a influência da Escola Nova quanto à preocupação com o aluno, no sentido de respeitá-lo, colocando-o no centro do processo de ensino. As alunas deveriam mobilizar os saberes aprendidos na Escola Normal Oficial do Piauí e, espelhando-se nos professores experientes, desenvolver o processo de ensino.

As práticas em que as alunas assumiam o centro das atividades envolviam a elaboração de planos de ensino, as observações das aulas das professoras primárias nos grupos escolares e o desenvolvimento da regência durante o tirocínio, presente em pelo menos cinco momentos do período letivo e guardavam semelhanças com períodos anteriores, conforme as lembranças de um ex-aluno da Escola Modelo:

²⁶⁷ Sousa (2015a).

[...] nossa escola regurgitava de “normalistas” que estagiavam junto às professoras titulares, observando, aprendendo, ajudando-as nos trabalhos de classe e sobretudo fazendo o seu tirocínio didático.[...] Os momentos das aulas práticas eram teatrais e solenes. As moças, em geral nervosas, preparavam-se para assumir uma aula, para a classe, enfrentando o julgamento dos docentes da Escola Normal que entravam solenemente na classe e se colocavam ao lado de D. Adelaide para analisar a “vítima”.²⁶⁸

Essa descrição da prática desenvolvida no final dos anos de 1930 nos ajuda a compreender a continuidade, nos anos seguintes, das formas de ensino desenvolvidas pelas professoras de Metodologia do Ensino Primário e de Prática de Ensino, D. Antonieta Burlamaqui e Ester Couto. Ao comparar essa descrição com os relatos das entrevistadas, notamos semelhanças na forma de desenvolvimento do tirocínio, o qual envolvia: observação, participação, planejamento, execução das aulas e avaliação dos professores. Tal prática mostra a continuidade desse processo e suas semelhanças com o estágio supervisionado de hoje.

Há menção, nas cadernetas analisadas, das festas desenvolvidas na Escola e externamente, sendo citadas duas: Início das aulas e Comemoração do aniversário da escola no dia 15 de maio. Após as festividades comemorativas, era comum, no dia seguinte, haver dispensa das aulas²⁶⁹. As entrevistadas citaram outras como as mais importantes: o desfile cívico do Sete de Setembro e o *Corpus Christi*.

As análises das cadernetas das professoras Ester Couto e Antonieta Burlamaqui revelaram a coexistência do modelo tradicional de ensino com o modelo de formação pedagógico-didático. É nítida a preocupação com os aspectos metodológicos do ensino de acordo com os elementos da Escola Nova, com os centros de interesses de Decroly trabalhados na Escola desde 1910. Outras práticas educativas estavam em consonância com as prescrições da LOEN. Nos relatos das ex-alunas e nas cadernetas, notamos que as ações dos professores se centravam nas aulas expositivas, desenvolvidas por meio de conteúdos específicos ou dos pontos, expressão presente na escrita de alguns docentes.

As ex-alunas destacaram que os professores davam “os pontos”, embora o título dos diários de classe servisse de indicativo para que fosse feito o registro das

²⁶⁸ Monteiro (2015, p. 47).

²⁶⁹ Notícias sobre as festividades escolares eram veiculadas nos jornais locais: O Piauí, O Comércio e Diário Oficial.

lições. As diferenças terminológicas situam as práticas educativas em relação às determinações legais e aos modelos formativos. O ponto era o texto que abordava o conteúdo da aula, exposto pelo professor(a) por meio da cópia no quadro de giz ou de ditado, de forma que as alunas copiassem os assuntos. Dessa maneira, o que estava em questionamento era a forma como os conteúdos eram abordados.

Essa prática e outras deveriam ser substituídas, segundo a LOEN. O Estado procurava coibir as tidas como tradicionais, por meio da prescrição das disciplinas constantes no currículo, exercendo um controle dos saberes ensinados.²⁷⁰ Buscava, além disso, modificar as que não eram consideradas modernas e que não estavam fundamentadas nos conhecimentos pedagógicos.

A prática de registro dos pontos foi proibida por meio da Portaria nº 501, de 9 de maio de 1952.²⁷¹ O conteúdo a ser ensinado deveria ser abordado de forma dinâmica, com o uso de exercícios, de recapitulação do assunto trabalhado, de aplicação de provas orais e escritas e de comentários sobre estas. As práticas institucionalmente proibidas e combatidas por intermédio da legislação educacional permaneciam ou iam se modificando aos poucos, pois os modos de operação ou esquemas de ação dos professores revelam resistências e evidências de que, nos processos de apropriação, existe a possibilidade do emprego de táticas, as quais ressignificam as representações e as práticas institucionalizadas por agentes de poder.

Havia, por parte de determinados professores, certa receptividade em relação às determinações legais e resistência de alguns que continuavam com práticas consideradas tradicionais. Isso ocorria embora o poder público criasse meios de controle do trabalho docente por meio das estratégias de disciplinar suas ações em relação à forma de abordar os conteúdos, de desenvolver as aulas e de preencher os diários de classe.

A representação da professora primária como a ideal, fruto da educação recebida na Escola Normal Oficial do Piauí, circulava no imaginário dos envolvidos com a formação. Os comportamentos da professora ideal eram enfatizados, e entre as práticas direcionadas a essa ação identificamos nos livros de atas de concursos

²⁷⁰ Nascimento; Nascimento; Freitas (2005) ao analisarem as apropriações das reformas, em Sergipe, compreendidas no período de 1931 a 1961 destacam a proibição do ditado de pontos como um aspecto utilizado para se consolidar a padronização curricular no período em estudo.

²⁷¹ Piauí (1952).

de professores efetivos que a participação das discentes como ouvintes, durante as seleções de professores daquela casa, era uma realidade.

No concurso para catedrático de Música e Canto Orfeônico de 1955, a professora Adalgisa Paiva e Silva²⁷², regente da cadeira desde 1945, foi candidata única, e encontramos nas atas deste certame referência a presenças das alunas assistindo à aula de Didática da professora. Essa ação servia como elemento direcionador da formação, constituindo-se em um momento a mais de exposição para as futuras docentes sobre o modo de atuação dos docentes da Escola Normal Oficial do Piauí²⁷³, o que extrapolava as práticas pedagógicas prescritas no currículo.

A exposição das práticas ocorridas em seu interior e das ações dos professores considerados brilhantes era uma constante. Seu brilho os caracterizava como detentores de conhecimentos específicos e se destacava nas suas formas de socialização. Características destacada pela secretária, Maria Enid, a funcionária responsável pela redação da ata do concurso em questão. Ao se referir ao desempenho da professora Adalgisa Paiva e Silva destacava que ela: “dissertou e ministrou com brilhantismo, a respeito do ponto sorteado”²⁷⁴.

Essa ação de mostrar-se para o outro dentro da própria escola se estendia a outras formas. Segundo as ex-alunas, era comum os professores identificarem discentes com certas habilidades e envolvê-las em momentos de festividade da escola. Angelita era uma dessas alunas. A professora Adalgisa Paiva e Silva a levava para cantar na sala dos professores para os aniversariantes.

Durante as datas comemorativas, as professoras costumavam levar as alunas para o auditório da Escola, e estas cantavam hinos, canções cívicas e declamavam poesias. Ação que revela a relação entre os saberes trabalhados na Cadeira de Música e Canto Orfeônico e as práticas de uso dos hinos e de canções cívicas, o que se convertia em saberes das normalistas. Nesses momentos, também eram entoadas canções populares, como as de Nelson Gonçalves²⁷⁵, despontando práticas não institucionalizadas pela legislação de ensino no espaço escolar.

Em relação àquelas desenvolvidas fora do espaço escolar, as mais presentes nas memórias das entrevistas são os desfiles escolares do Sete de

²⁷² Professora catedrática da disciplina Música.

²⁷³ Conforme livro de Ata (PIAUI, 1955).

²⁷⁴ Idem.

²⁷⁵ Amorim (2015).

Setembro²⁷⁶ e a procissão do Corpus Christi, momentos em que as alunas deveriam vestir suas fardas de gala e desfilar pelas ruas centrais de Teresina. As festas escolares representavam a ocasião de se expor aos olhares da população, momento de visibilidade, de divulgação da Escola. Essa ação era comum tanto na Escola Normal Oficial do Piauí quanto nas escolas secundárias e nas primárias. Por meio das exposições das atividades pedagógicas e de desfiles, as alunas iam incorporando determinadas práticas às suas atividades docentes e projetando no imaginário social o modelo de professora primária requerido socialmente.

Muitas das práticas citadas representavam apropriação do modelo pedagógico-didático determinado pela LOEN, sendo definidas e utilizadas pelos professores da Escola Normal Oficial do Piauí. Servindo, assim, para ressaltar que as práticas pedagógicas engendraram a formação docente. Ponto merecedor de nossa atenção e aprofundamos a discussão dele na subseção seguinte.

4.3 As alterações das práticas educativas e pedagógicas: formas de apropriação da LOEN

Como ação disciplinadora da preparação dos professores primários, a Lei em estudo provocou alterações nas práticas pedagógicas do Curso de Formação dos Professores Primários. Essas práticas, por serem uma das modalidades específicas da tarefa educativa, envolvem aspectos históricos, políticos, filosóficos, psicológicos e metodológicos dos fenômenos educativos, direcionando os procedimentos didático-metodológicos utilizados pelo docente.²⁷⁷

Perceber as alterações nas práticas dos professores da Escola Normal Oficial do Piauí foi um dos grandes desafios vivenciados durante a pesquisa. Recorremos aos diários de classe e às memórias das ex-alunas de maneira a nos aproximar do cotidiano escolar, pensá-lo e compreender o engendramento da formação do professor primário piauiense.

²⁷⁶ Melo (2009) trabalha sobre a construção da memória cívica e as festas escolares de civildade desenvolvidas no Piauí nos anos de 1930 a 1945. Lopes (2006) analisa as festividades escolares na Primeira República.

²⁷⁷ Franco (2008).

Construímos uma escrita por meio da análise dos diários de classe e dos relatos orais de ex-alunas da Escola Normal Oficial. Os primeiros acabaram por assumir uma importância crucial nesta pesquisa, pois se revelaram “[...] como lugares privilegiados para questionarmos a tessitura do ‘currículo cotidiano’, mediante as apropriações do ‘currículo prescrito’, feitas pelos/as docentes, ao se submeterem às normas de inscrição que (de)marcam a dinâmica desses espaços”²⁷⁸.

A princípio, as apropriações se deram por intermédio das incorporações das prescrições curriculares das disciplinas, pela nova organização do curso normal; pelos mecanismos avaliativos do conhecimento escolar; pela segregação de gênero²⁷⁹ em relação aos estabelecimentos de ensino; e pelo controle da frequência dos alunos e dos professores.

Considerando as determinações das legislações Federal e Estadual no período de 1947 a 1961 e focando nas práticas de apropriação desenvolvidas no espaço da Escola Normal Oficial do Piauí, diretoras da formação dos professores primários, buscamos as formas como as determinações da LOEN foram apropriadas e provocaram mudanças nos modos de ser e de agir dos docentes que atuavam no ensino primário.

As apropriações se dão por meio das práticas possuidoras de uma dimensão normativa, mas comportam uma característica inventiva e criativa, possibilitando aos sujeitos ressignificarem as representações e as próprias práticas por intermédio do uso de táticas. Podemos, dessa forma, falar de práticas normativas e de uso, sendo estas últimas relacionadas à recepção, constituindo-se em elemento revelador de resistências, de ressignificações e de arranjos que ocorrem no processo de apropriação²⁸⁰.

Os diários de classe, como fontes históricas da memória escolar, foram tomados como “espaços apropriados pelo oficial”²⁸¹. Um documento oficial que traz em sua tessitura determinações sobre as formas de seu uso e do que deve ser escrito, bem como os espaços determinados aos registros. Mas também podem ser

²⁷⁸ Aleixo (2015, p. 8).

²⁷⁹ A este respeito, ver considerações de Dallabrida e Souza (2014).

²⁸⁰ Dallabrida (2015, p. 8) discute o uso do conceito de apropriação na História da Educação e destaca: “[...] a apropriação é uma operação que sempre transforma, altera, rearranja, ressignifica os bens culturais em circulação, sendo entranhada nos jogos de poder de indivíduos e/ou grupos sociais específicos.”

²⁸¹ Philippi (2015, p. 2).

tomados como aspectos reveladores do cotidiano da sala de aula e, conseqüentemente, das práticas desenvolvidas na escola.

A escolha de analisar os diários de classe se fez por acreditarmos que eles possibilitariam revelar as maneiras como os professores fizeram uso das determinações da LOEN. Por sua vez, optamos trabalhar com as disciplinas pedagógicas por considerá-las uma fonte potencial dos saberes pedagógicos e metodológicos direcionadores de práticas fundamentadas nesses conhecimentos. Desse modo, escolhemos analisar de forma mais aprofundada os modos de registro, tendo por referência as disciplinas de Metodologia do Ensino Primário e de Prática de Ensino, as quais permaneceram com as professoras Ester Couto e Maria Antonieta Burlamarqui²⁸², o que certamente ajudou a captar as mudanças e as continuidades das práticas em estudo.

Em 1947, a formação geral passou a se concentrar no primeiro ano por meio das disciplinas: Português; Matemática; Física; Química; Anatomia e Fisiologia Humanas; Música e Canto; Desenho e Artes Aplicadas; Educação Física e Recreação e Jogos. Por sua vez, os saberes pedagógicos passaram a ocupar maior espaço. Eles eram desenvolvidos nos dois últimos anos por meio das disciplinas de Biologia Educacional, de Psicologia Educacional, de Sociologia Educacional, de História e Filosofia da Educação, de Metodologia do Ensino Primário e de Prática de Ensino. Juntamente com os componentes de caráter didático expressos nas disciplinas: Desenho e Artes Aplicadas; Música e Canto; Educação Física e Recreação e Jogos; Higiene e Puericultura; e Higiene e Educação Sanitária.

A composição de um currículo não se resume apenas às disciplinas escolares. “O currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (ideias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições.”²⁸³ Sendo um mecanismo que possibilita a ligação da escola com a cultura e a sociedade, ele incorpora os anseios e as determinações desta e se expressa em modelos formativos.

Ao incorporar as prescrições curriculares estabelecidas pela LOEN à legislação local, estas foram seguidas com pequenas modificações em relação à

²⁸² Professora normalista que atuava na Escola desde a década de 1930 e que, em 1947, assumiu a disciplina Metodologia do Ensino Primário.

²⁸³ Sacristán (1999, p. 61).

disposição das disciplinas. Um exemplo é o das disciplinas História e Filosofia da Educação, que, de 1947 a 1951, eram trabalhadas juntas e, em 1955, foram desmembradas. Já em 1958, foi acrescentada História do Piauí no terceiro ano, e Português passou a constar em todos os anos escolares, assim como Religião.

Em relação às práticas pedagógicas, consideramos o uso do diário de classe em busca das mudanças e das continuidades na formação reveladas nos registros das aulas. Sentimos que era preciso recuar pelos menos três anos antes das determinações da legislação em análise, de maneira a problematizar as práticas de apropriação da LOEN.

Os diários de classe que eram utilizados até 1947 tinham a seguinte configuração, conforme vemos na Imagem 6:

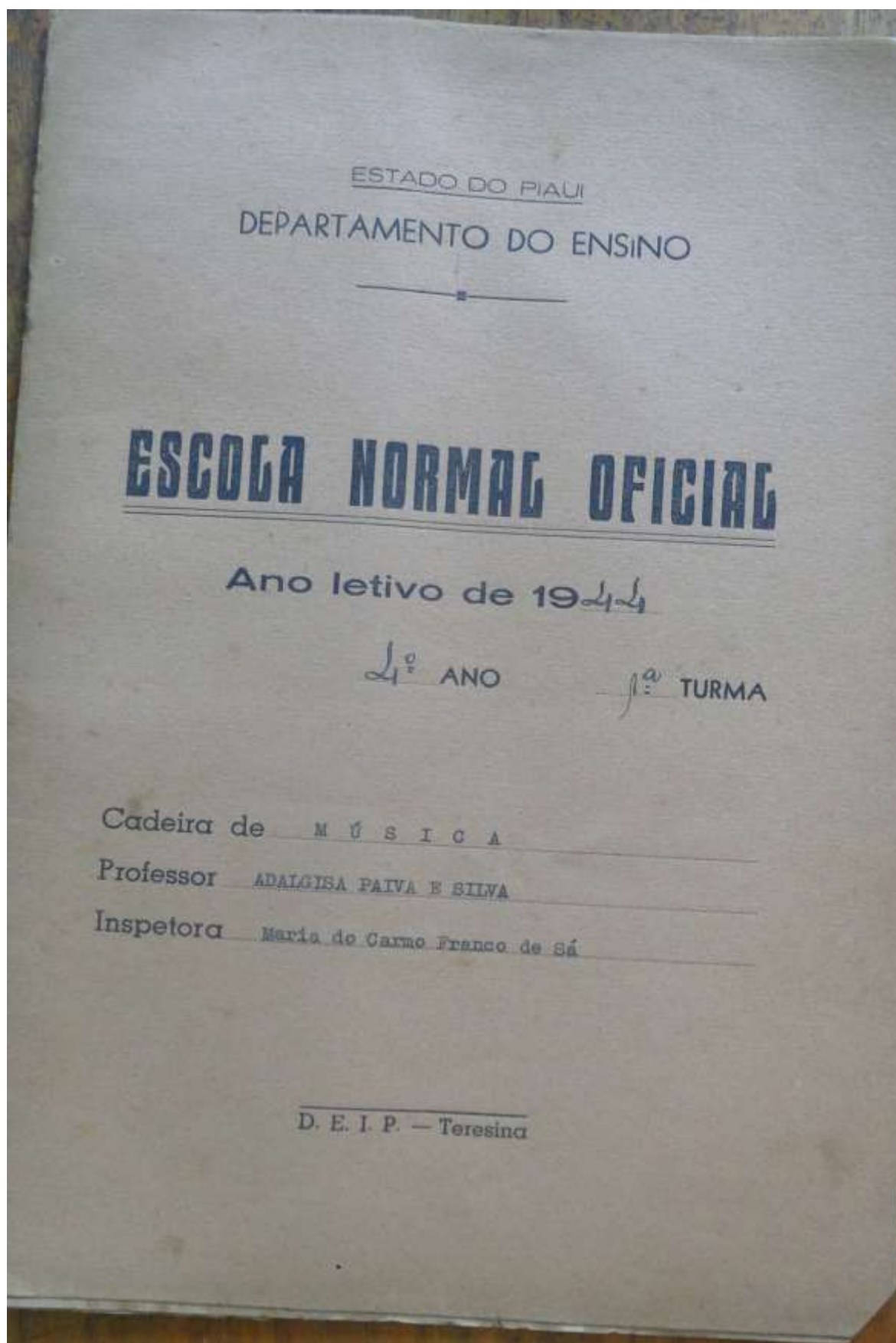


Imagem 6: Diário de classe da disciplina de Música, ministrada na Escola Normal Oficial do Piauí. Fonte: Piauí (1944).

Nesse diário individualizado, além das informações contidas na capa, havia, na parte interna, o termo de abertura do documento assinado pelo secretário da escola, em que se destacava a sua função: “servirá para chamada de alunos”. Logo abaixo, constava o Capítulo IX do Regulamento Geral de Ensino, que, em seu Artigo 377, determinava as funções das inspetoras de ensino em relação ao registro da frequência, das faltas e das impontualidades das alunas às aulas. O citado regulamento trazia essas funções e determinações em relação à conduta daquelas profissionais, como vemos na Imagem 7:

TERMO DE ABERTURA

Contem esta caderneta, doze folhas, todas numeradas e por mim rubricadas, a qual servirá para chamada de alunos da 1^a turma do 4^o ano da Escola Normal Oficial.

Secretaria, da Escola Normal Oficial, em Teresina, 1^a de 11 Junho de 1947

Otauílio Uelo

Secretário

REGULAMENTO GERAL DO ENSINO

CAPÍTULO IX

Das Inspetoras de alunos:

Art. 177 — As Inspetoras de alunos, além de outras atribuições, que lhes forem cometidas pelo Diretor, cabe:

- 1) Preparar as cadernetas de aulas;
- 2) Anotar a frequência, as faltas, a impontualidade e a conduta dos alunos;
- 3) Declarar, no livro de ponto, os faltos dos professores, toda vez que excedam de 10 minutos a hora marcada para as suas aulas, e antecedam, de qualquer forma ou por qualquer motivo, a terminação das mesmas;
- 4) Permanecer nas classes durante as aulas, providenciando sobre o que solicitarem os respectivos professores;
- 5) Advertir os alunos, quando necessário;
- 6) Comunicar ao Diretor qualquer infração disciplinar, que reclame providência mais rigorosa;
- 8) Acompanhar as turmas de alunos nas excursões, passeios e trabalhos, fora do estabelecimento.

NOTA — ESTA CADERNETA NÃO DEVE, POR HIPÓTESE ALGUMA SER BORRADA, NEM RASPADA.

Imagem 7: Folha interna do diário de classe da disciplina de Música, ministrada na Escola Normal Oficial do Piauí.
Fonte: Piauí (1944).

As páginas seguintes eram compostas por cinco colunas destinadas ao registro dos números das discentes e de seus nomes. Em seguida, havia novamente espaços para os números de ordem das alunas e registro das observações relacionadas à conduta delas²⁸⁴. As folhas seguintes eram compostas por três colunas, uma para os números, outra para o registro do dia e da frequência e a última, ocupando metade da folha, destinava-se às observações. Esta parte era destacável e possivelmente encaminhada à direção da Escola. No final do diário, havia um quadro para resumo das informações relacionadas mês a mês ao registro da frequência e das faltas das alunas e, em seu verso, havia o termo de encerramento assinado pelo secretário da Escola.

Complementando esse acompanhamento, havia também uma ficha individualizada com foto e com dados das alunas, para anotação das faltas em cada disciplina mensalmente, e um resumo do total anual de faltas e de aulas dadas. Esse documento compunha os históricos escolares, como percebemos na imagem 8:

²⁸⁴ Encontramos, em alguns diários de classe, registros a este respeito: “A aluna no. 46 foi retirada da classe em virtude de ter se portado sem a devida polidez com o professor de História da Civilização. Helena Rocha Nunes”. (PIAÚÍ, 1946c).

CARACTERÍSTICOS

Nome do Aluno

Data do nascimento: 13 de março de 1933

Natural de: Urucui - Estado do Piauí

Nome do pai:

Nome da mãe:

Residência: R. 09

Observações:

FREQUÊNCIA (Anotação de faltas)

	Português	Matemática	Física e Química	Biologia Educacional	Psicologia Educacional	Metodologia Educacional	Pedagogia	Higiene e Ed. Sanitária	Higiene e Postura	História da Educação	Filosofia da Educação	Sociologia Educacional	Antropologia e Ed. Humana	Desenho e A. Aplicadas	Canto Orfeônico	Ed. Física
Março			1	2	-											
Abril			3	1	-		4									
Mai			-	1	3		3		2							2
Junho			-	-	-		2		3					1	3	
Agosto				4	2		4		3					1	3	
Setembro				-	-	1	1		1						2	
Outubro				4	-	1	3								1	
Novembro				-	-	-									1	
TOTAIS				12	6	5	14		9					2	12	

Total anual de Faltas - Dezenta e tres

Total anual de aulas dadas - Dezenta e cinco e oito

Total anual de faltas de Educação Física _____

Total anual de sessões de Educação Física _____

Teresina, _____ de _____ de 19 _____

(DIRETOR)

Imagem 8 - Ficha de acompanhamento da frequência das alunas.
Fonte: Piauí (1948a).

O registro da frequência e dos comportamentos das alunas servia como forma de controle da participação no processo de ensino. Chama a atenção que esses registros cabiam às inspetoras de ensino, e não aos professores. Mas, com a Reforma de 1947, houve mudança nessa prática de controle. Entre as inovações estava o próprio nome do documento centralizado no meio da capa: “Caderneta de chamada e diário de lições dos professores”. Em seguida, constava um espaço para o registro do nome da disciplina, com um paralelo espaço para registro da série, da turma e do curso, e, na parte inferior da capa, um lugar para registro do nome do docente, embora fosse de uso coletivo por ano escolar. Vemos um exemplo na Imagem 9:

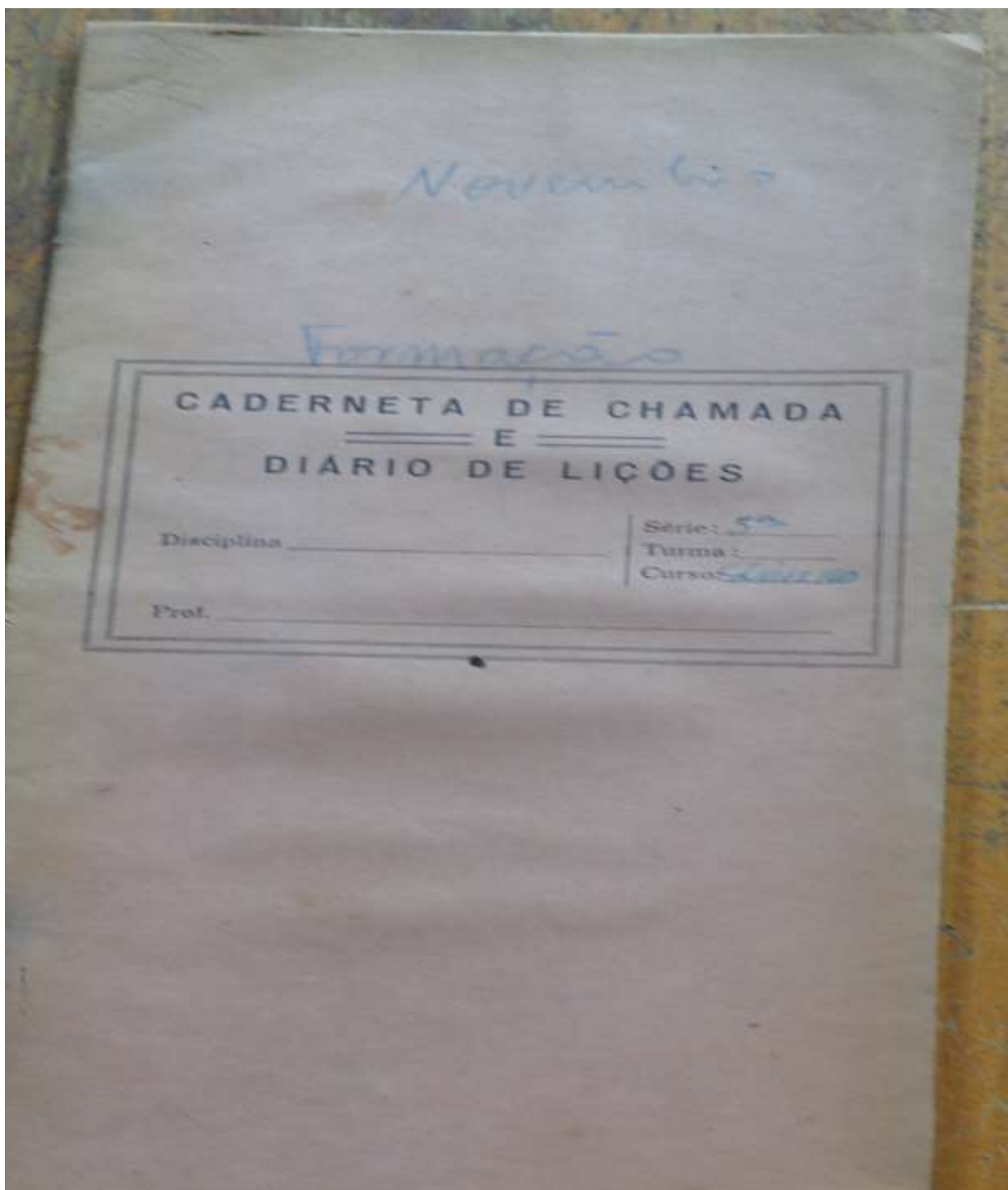


Imagem 9 - Diário de classe das disciplinas do Curso de Formação de Professores Primários da Escola Normal Oficial do Piauí.
Fonte: Piauí (1948).

Quanto ao registro institucional da dinâmica da sala de aula, não interessava deter-se apenas nos aspectos relacionados às alunas, incluía o controle sobre o processo de ensino no que diz respeito aos conteúdos a serem ensinados e às

ações dos professores. Deslocou-se o controle do comportamento das alunas para o controle das ações dos docentes e para o processo de ensino.

Na parte superior das folhas internas, encontramos a identificação da disciplina, da série, da turma, do mês e do ano, abaixo está a lista dos nomes das alunas e, logo à frente, os espaços para registro da frequência, seguidos de uma coluna com resumo do número de faltas e média das notas. Em seguida, há um local para a data da aula e a escrita da matéria ministrada²⁸⁵, seguido de uma pequena coluna para as observações.

Os diários de classe como documentos institucionais, produtos de práticas institucionalizadas, constituem-se em fontes da dinâmica dos usos dados a eles pelos professores, possibilitando nos aproximar das formas de uso deles e das ressignificações dadas a eles pelos docentes. As escritas trazem marcas da individualidade de cada professor. Assim, alguns continuavam a registrar a expressão “ponto” e fazer uso de escritas marginais²⁸⁶ para justificar suas ausências e as das alunas e para dar ressalvas a determinados fatos efetivados.

Em 1951, os diários de classe foram individualizados. Na capa, traziam o título de “Diário de classe” seguido do nome do curso, da série, da turma, do nome da disciplina, do professor e de seu endereço. Na primeira folha havia a relação das alunas e uma coluna para observações. Nas páginas destinadas à chamada constavam os números das alunas e várias colunas para registro da frequência. Em seguida, havia uma coluna com o resumo do número de aulas dadas e de faltas e as notas das provas, além de espaços para registro do dia, do ponto²⁸⁷ e dos conteúdos das aulas. Para cada mês uma folha e, por fim, na última página constava um espaço para resumo das faltas, das notas mensais e das parciais e o resultado final de cada aluna.

²⁸⁵ O termo “matéria lecionada” se referia ao conteúdo trabalhado. Já o termo “disciplina” se referia ao componente curricular. “A palavra disciplina, tal como se conhece hoje, é uma criação recente. Na França, por exemplo, só é registrada após a Primeira Guerra Mundial, mas guarda a ideia de sua origem: disciplinar, ordenar, controlar. A disciplina escolar seria resultado da passagem dos saberes da sociedade por um filtro específico, a tal ponto que, após algum tempo, ela pode não mais guardar relação com o saber de origem. Para Chervel (1990), a disciplina é o preço que a sociedade paga à cultura para passá-la de uma geração à outra”. (PESSANHA; DANIEL; MENEGAZZO, 2004, p. 58).

²⁸⁶ Philippi (2015, p. 12) discute o diário de classe como um elemento de escrituração escolar que traz em seu corpo escritas “[...] marginais e fugitivas de uma ordem de preenchimento padronizado”.

²⁸⁷ Prática combatida pela LOEN e que, após sua publicação, só foi encontrada nas cadernetas de 1952, as quais traziam espaço para registro do ponto e da matéria ao qual correspondia, porém os professores em sua maioria já não utilizavam essa prática.

Os diários de classe tiveram poucas modificações em sua estrutura até 1958, quando foi suprimida uma das colunas das provas finais, ficando somente a mensal. Em 1959, foi acrescentado na parte inferior, logo abaixo do registro das aulas, a quantidade de aulas previstas e a de aulas dadas, o local, a data e as assinaturas do professor e do inspetor federal do ensino, deslocando-se de vez o controle centralizado nas alunas para as ações dos professores e para o controle do processo educativo.

A partir de 1952 se acirrou o controle das ações dos docentes. Nos artigos 117 e 118 da Portaria nº 501, de 09 de maio deste ano, encontramos os deveres e as obrigações dos professores e as observações sobre as formas de preenchimento desse documento. A partir de 1958, estas informações estavam impressas na parte interna da capa dos diários. Os direitos e os deveres versavam sobre os livros a ser indicados, os comportamentos em sala de aula e a relação que deveria ser mantida com os alunos, o sistema de avaliação, os preenchimentos do diário e a colaboração nos trabalhos complementares desenvolvidos pela escola.

A folha da capa final era em formato duplo. Na parte interior, havia as proibições, que envolviam tratar de assuntos alheios à aula, ditar lições, fazer cópia de pontos e cobrar por aulas particulares. Já na segunda parte da mesma folha, constavam as instruções para preenchimentos dos diários de classe. A preocupação com a quantidade de conteúdos trabalhados pode ser explicada pelo próprio modelo de formação que direcionava as ações dos professores, o qual visava à substituição de uma prática questionada, sendo estabelecidas normas para sua modificação por meio das determinações da Portaria nº 501, de 09 de maio de 1952, contida no anverso da capa daquele documento.

Os professores deveriam, segundo o Artigo 117 da citada Portaria:

- f) ter sempre em mira que a preparação intelectual dos alunos deverá visar antes à segurança do que a extensão dos conhecimentos;
- g) conduzir os alunos não apenas à aquisição de conhecimentos, mas à maturidade de espírito, pela formação do hábito e da capacidade de pensar;
- r) colaborar com a direção do estabelecimento na organização e na execução dos trabalhos complementares de caráter cívico, cultural ou recreativo²⁸⁸.

²⁸⁸ Piauí (1952).

Deveria ser considerado o nível de conhecimento das alunas, não a quantidade a ser trabalhada. Isso, aparentemente, não era feito, pois, na concepção tradicional de ensino, o volume de conteúdos trabalhados era condição para assegurar uma sólida formação. Essa preocupação confirma a existência de uma prática que precisaria ceder lugar para os saberes provenientes da Pedagogia. Segundo a LOEN, os saberes pedagógico-didáticos, de uma forma ativa, precisariam estar em destaque no currículo sugerido.

Uma estratégia utilizada pelo Governo para que ocorresse a apropriação das determinações da Lei e do novo modelo pedagógico-didático foi a de disciplinar legalmente os modos de atuação dos professores do principal centro de formação no Piauí. A Portaria nº 501, de 09 de maio de 1952, em seu Artigo 118, alínea “a”, vedava a prática de ditar lições constantes nos compêndios, bem como a de fazer notas relativas a pontos dos programas.

Os registros das aulas envolviam: aulas expositivas, exercício, recapitulação do conteúdo, trabalhos práticos e seu julgamento, sendo que esta última prática foi encontrada apenas na disciplina de desenho. Confrontando os registros com os depoimentos das ex-alunas, percebemos os modos de proceder dos professores sendo, ao longo dos anos, reestruturados.

Segundo as entrevistadas, as aulas se centravam na figura do professor(a), que expunha os conteúdos oralmente, copiando no quadro ou ditando os pontos da aula, e eram complementadas pela aplicação de exercícios e de provas. Essas práticas, embora se fizessem presentes, eram questionadas pela legislação. Segundo a concepção defendida, elas não eram definidas como elementos estruturantes do ensino.

A LOEN, no capítulo que tratava dos trabalhos escolares, determinava como práticas “lições, exercícios e exames” e, em seguida, estabelecia: “Parágrafo único: Integrarão a vida escolar trabalhos complementares”. Estes entendidos como outras práticas envolvidas na formação e deveriam ser definidos em regulamento próprio. Assim determinava o artigo 29:

Art. 29. Como trabalhos complementares os estabelecimentos de ensino normal deverão promover entre os alunos, a organização e o desenvolvimento de instituições para-escolares, destinadas a criar, em regime de autonomia, condições favoráveis à formação dos sentimentos de sociabilidade e do estudo em cooperação. Merecerão especial cuidado as instituições que tenham por objetivo despertar entre os escolares o interesse pelos problemas nacionais.²⁸⁹

A principal instituição existente no espaço da escola analisada se limitava à existência do grêmio estudantil. Assim, concluímos que nem todas as práticas estabelecidas pela legislação foram apropriadas. Quanto aos programas de ensino, um dos elementos reveladores dos saberes trabalhados no Curso de Formação dos Professores Primários, procuramos destacá-los a partir do registro dos conteúdos nos diários de classe e os confrontamos com as determinações estabelecidas nos artigos de 13 a 15 da LOEN, que tratavam dos programas e da orientação geral do ensino.

No Artigo 13, encontrava-se determinado que: “Os programas das disciplinas serão simples, claros e flexíveis, e se comporão segundo as bases e a orientação metodológica que o Ministro da Educação e Saúde expedir”²⁹⁰. Nesse sentido, o que se pode entender por um programa de disciplina simples, claro e flexível?

A objetividade científica deveria orientar o processo formativo docente, atrelada à ideia de uma sólida formação pedagógico-didática. A LOEN determinava que os programas de ensino teriam que apresentar flexibilidade, estar abertos às novas determinações sociais e legais e considerar o meio social em que se desenvolvia o processo de ensino e o meio em que as alunas do curso em análise iriam atuar.

Esses programas seriam elaborados pelo MEC, mas, na verdade, ficaram a cargo dos professores, que continuavam a utilizar os existentes desde 1933 e que constavam no Regimento de Ensino, sendo feitas algumas alterações em relação aos conteúdos trabalhados. Conforme fizeram Ester Couto e Antonieta Bulamarqui.

Na composição e na execução dos programas, deveriam ser observados os seguintes aspectos:

²⁸⁹ Brasil (1946b).

²⁹⁰ Idem.

- a) adoção de processos pedagógicos ativos;
- b) a educação moral e cívica não deverá constar de programa específico, mas resultará do espírito e da execução de todo o ensino;
- c) nas aulas de metodologia deverá ser feita a explicação sistemática dos programas de ensino primário, seus objetivos, articulação da matéria, indicação dos processos e formas de ensino, e ainda a revisão do conteúdo desses programas, quando necessário;
- d) a prática de ensino será, feita em exercícios de observação e de participação real no trabalho docente, de tal modo que nela se integrem os conhecimentos teóricos e técnicos de todo o curso;
- e) as aulas de desenho e artes aplicadas, música e canto, e educação física, recreação e jogos, na última série de cada curso compreenderão a orientação metodológica de cada uma dessas disciplinas, no grau primário²⁹¹.

Encontramos esses aspectos contemplados no registro das cadernetas analisadas, servindo para confirmar que estavam presentes nos programas de ensino e foram incorporados nas práticas dos professores de disciplinas específicas. Além disso, os docentes utilizaram de táticas para incorporar ao currículo suas representações em relação ao processo formativo e aos professores primários. Isso se deu pela prerrogativa de poderem elaborar seus programas de ensino²⁹², escolhendo que conteúdos e práticas fariam parte deles.

O acompanhamento das aprendizagens das alunas envolvia arguições orais, que totalizavam cinco durante o ano letivo. Por meio de média com peso dois, gerava-se uma nota. Eram aplicadas duas provas parciais no final de cada semestre e uma prova oral.

Conseguimos localizar uma dessas provas, conforme as imagens 10 e 11:

²⁹¹ Brasil (1946b).

²⁹² Assim, percebe-se que a instituição de práticas, de ritos, de ideias e de princípios, enfim, de uma cultura escolar a ser exercida por alunos e professores, não garante a efetivação das “estratégias” direcionadas às escolas por meio de políticas educacionais do estudo. (VIRTUOSO, 2012, p. 170).

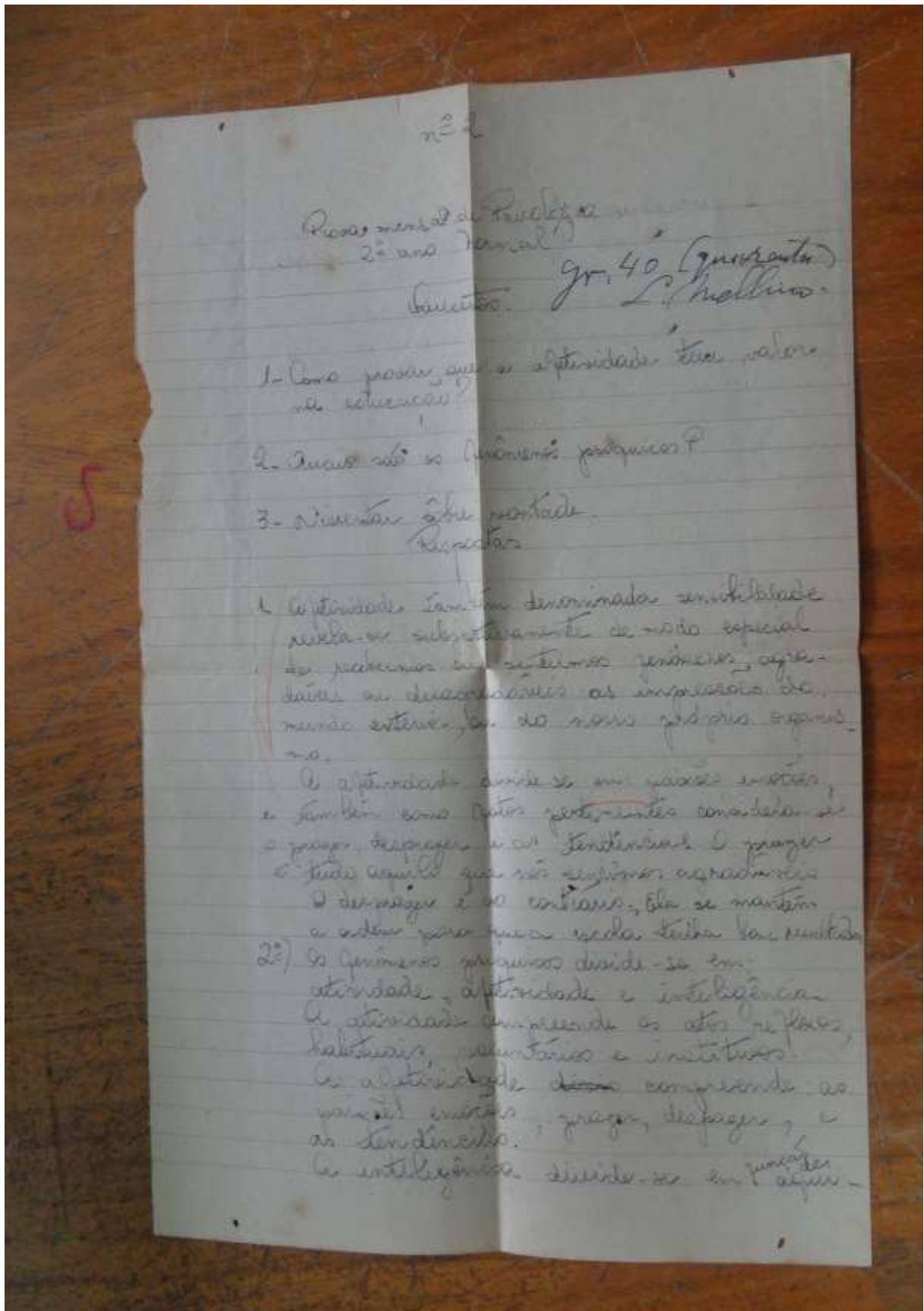


Imagem 10 - Prova de Psicologia Educacional aplicada no 2º ano do Curso de Formação de Professores Primários.

Fonte: Piauí (19954a).

seus conceitos: • função de conservação
 função de elaboração e função de expressão

A função de conservação compreende a memória. A função de elaboração - associação de ideias e imaginação, abstração, generalização, raciocínio, juízo, atenção.
 A função de expressão compreende a linguagem. Esta por sua vez divide-se em falada e escrita e memória.

2) Dissociação - Contato

A contatidade não permite a realização de uma ação ~~em~~ e ~~de~~ ela não é possível na associação de ideias há porém casos que ela se manifesta presente, ela também não aparece na primeira ação de cada período, pois que é em primeira pesquisa e a evolução não possui. A criança vem ter contatidade com 2 anos mais tarde.

Imagem 11 - Verso da prova de Psicologia Educacional aplicada no 2º ano do Curso de Formação de Professores Primários.
 Fonte: Piauí (1954b).

Esse exemplo de prova parcial aplicada ao final do semestre letivo tinha escore de 100 pontos e era composto por duas questões, uma envolvendo análise e síntese dos conteúdos estudados e outra a memorização. Assim, o processo de aprendizagem extrapolava a memorização, requerendo que a aluna mobilizasse conhecimentos e elaborasse uma resposta com base no que fora estudado. O conhecimento era tido como algo externo ao sujeito que não teria nenhuma influência sobre ele.

A ex-aluna D. Toinha destacou o papel das avaliações no processo formativo: “Havia professores que eram tão rígidos que, se você passasse nele, era como se já tivesse terminado o curso”²⁹³. Alguns utilizavam essa prática como elemento direcionador do seu trabalho. Angelita destacou que havia aqueles que usavam os resultados das arguições orais para repensar seu trabalho e cita o exemplo do professor Raldir Campos²⁹⁴.

A LOEN interferiu na constituição profissional dos professores primários piauienses no período de 1947 a 1961. Mas que representações as alunas envolvidas com esse processo escolheram para si?²⁹⁵ O que elas estavam predispostas a internalizar e que configuraria sua atuação como professoras primárias? Esses são alguns pontos que se deixaram mostrar nas entrevistas.

As representações em torno de um novo modelo de professora primária influenciaram na constituição profissional das mesmas. Isso aconteceu ao se instituir um sistema de concepções sobre o ser professora, um padrão de significados direcionadores da ação docente, formado por um conjunto de práticas envolvendo ações e discursos modeladores do comportamento, da forma de ser da normalista.

As inúmeras representações ganhavam significados individualizados pelas vivências de cada aluna na Escola Normal Oficial do Piauí. Ser professora significava deter conhecimento, ter reconhecimento social, ter um emprego, ganhar visibilidade. Incorporar os comportamentos dos “mestres” se manifestava como um desejo das alunas, como ressaltou Angelita e D. Mundoca.

Em suas memórias, alguns professores(as) se destacam pelas posturas assumidas em sala de aula, a exemplo:

²⁹³ Sousa (2015b).

²⁹⁴ Professor de Português durante os anos em estudo.

²⁹⁵ Chartier (2002).

Raldir Bastos, professor aberto, não era assim, na natureza da professora Adelaide. Ele era muito extrovertido, conversador com os alunos. Professor jovem que marcou.

A Professora Cacilda era uma pessoa muito serena, era muito assim à época. Tinha um perfil de mestre que ia para dar aula, para transmitir.

Themis ditava moda, da sociedade.

[...]

Tinha muito isso, pois era um regime diferente. Você não podia perturbar, nem questionar o professor. Virou “pro” colega, ele perguntou: “o que foi?”.

Valdir Gonçalves, este marcou. Exposição direta dos assuntos dados a semana toda e, na sexta, revisava toda a matéria. A aula dele era planejada de acordo com a aula da sexta. Ele avaliava oralmente. Tinha prova oral e prova escrita. Fazia tanto “pra” avaliar ele e o aluno. Isto me marcou muito: ele se avaliava pela prova oral, ele tinha uma avaliação ele e do aluno. Todo mundo tinha prova oral, era exigência. Marcou muito porque ele botava na frente, era um professor de idade. As aulas: expositivas. Botava todo mundo na frente sexta-feira antes de fazer as provas e perguntava: “o Brasil foi descoberto que ano?”. Valia nota de observação “pra” ele retornar a matéria. Tudo aula expositiva²⁹⁶.

É visível que, apesar de todos os professores(as) apresentarem uma preocupação com a transmissão de conhecimentos, a aluna percebia diferenças entre eles no que diz respeito à forma de condução das aulas e ao tratamento dispensado às discentes. Esses comportamentos passavam a ser incorporados às práticas das novas professoras.

A entrevistada destacou ainda que:

Os professores, todos ditadores do conhecimento, eles eram donos do conhecimento. Aula expositiva, cartazes... Não lembro. Tudo era escrito no quadro. Os alunos tinham livros. Eles indicavam ao aluno. Tinha que comprar. Eu era a mais pobre e eu tinha o livro.²⁹⁷

As práticas de sala de aula se confirmam como centradas na exposição do conteúdo. Somente em algumas disciplinas tinham atividades em que as alunas eram envolvidas em seu desenvolvimento, a exemplo da ministrada por Ester Couto:

²⁹⁶ Amorim (2015).

²⁹⁷ Idem.

Tinha a Escola Modelo embaixo. Você descia para observar as aulas, observava as aulas – havia um escalonamento – e comentava a aula em sala de aula. Dava aula na Escola Modelo. A professora observa a gente, a professora da classe. Depois, a professora de Prática observava com as colegas da gente.²⁹⁸

Já os motivos e a representação que Angelita considera como definidores de sua escolha profissional se relacionam a fatores pessoais:

Eu tinha que ser professora. Tinha muito valor, muito prestígio, dona do saber. Ela quem ia transmitir o saber, dona do conhecimento. Estava indo “pra” receber o conhecimento. O que se esperava da professora era ter conhecimento, saber, trabalhar, e eles implantavam isto mesmo, “pra” ser professora tinha que saber, a postura... O professor tinha que ter comportamentos exemplares, tinha que passar para o aluno, uma pessoa íntegra, não podia demonstrar certos comportamentos, beber, fumar, caminhar. [...] a Themis era a pessoa mostrada como modelo – “olha a Themis Resende” –, muito elegante, como pessoa que devia se espelhar. O perfil do professor era o que tem o saber nas mãos²⁹⁹.

A esse respeito, D. Toinha destacou:

O povo diz que o curso era pra moça pobre: “curso de professora é de menina, moça pobre, não tinha status”. Mas, na nossa cabeça, éramos professoras normalistas.

[...] eu queria ser professora desde criança. Antes de morar em Teresina, a minha professora perguntou se não tinha alguém “pra” eu “vim” morar aqui. Fazia pena eu me estragar, não tinha como progredir, e a professora Anatalia Carneiro de Santana, ela e dona Maria do Carmo, professoras da Escola Agrupada Monsenhor Bosson, de Água Branca – eu fiz lá o primeiro A e B e pulei para o terceiro ano –, teve uma influência muito grande dela. Eu ia ficar “estragada” lá em Água Branca³⁰⁰.

²⁹⁸ Sousa (2015b).

²⁹⁹ Amorim (2015).

³⁰⁰ Sousa (2015b).

Por sua vez, D. Raimundinha enfatizou:

Eu não sei quem me incentivou. Eu sei que, quando comecei a estudar, não queria parar. Ser normalista, eu não sei se era chamado de orgulho, mas era assim: quem estudava na Escola Normal era respeitada pela cidade inteira, por todos. Então, para quem veio do interior e antes de terminar o curso foi trabalhar... Chegava lá no meu interior, meu pai dizendo que a gente era professora, era bom demais! Eu era jovem, adolescente, orgulho que a gente tinha de poder ter conquistado aquilo.

A gente era orientada para ser professora. Desde o ginásio diziam: quem fosse ficar lá seria professora. A gente era preparada para ensinar.³⁰¹

Entre os seus motivos, D. Mundoca destacou:

Desde cedo eu fui professora, desde cedo. Eu assistia minhas aulas aqui mesmo, quando eu estudava no segundo ano. Eu assistia minhas aulas de manhã e, quando era de tarde, eu reproduzia. Mamãe dizia [risos]: eu reproduzia as aulas. Eu fazia umas fileiras de tijolos lá na copa, e a porta da dispensa era o quadro negro. Eu dava a aula que a professora me dava de manhã. Eu dava para os tijolos, eu dava aula para os tijolos. Eu me convenci de ser professora desde menina. Elas [as professoras normalistas] influenciaram muito em minha vida para ser professora.

Ser professora foi a coisa melhor que aconteceu em minha vida. Eu não seria outra coisa, a não ser professora, como profissional, não.³⁰²

Entre vivências que convergiam para uma mesma formação, as entrevistadas tinham em comum o desejo de se tornarem professoras. Na época de seus estudos, o curso oferecido pela Escola Normal Oficial do Piauí vivenciava um processo de massificação e já não era desejado pelas mulheres de classes economicamente favorecidas, mas a ele era atribuída a possibilidade de as alunas de classe popular terem reconhecimento social, prestígio, de serem detentoras do saber, donas do conhecimento.

Essas representações, desde o surgimento das escolas normais, relacionavam-se às professoras primárias e foram apropriadas no contato delas com os professores do curso normal e com outras normalistas, servindo estes de

³⁰¹ Monteiro (2015).

³⁰² Sousa (2015a).

modelos para as futuras docentes. Do mesmo modo contribuíram com este processo as diferentes práticas desenvolvidas no interior e exterior da escola de formação.

Em relação às práticas pedagógicas desenvolvidas na Escola Normal Oficial do Piauí, essas extrapolavam as determinações legais, servindo as memórias das ex-alunas para pensar como as discentes ressignificavam os saberes e como a forma de ser docente era incorporada em suas representações em torno da professora do ensino primário.

Assim, entre risos, silêncios e lacunas, o exercício de lembrar as práticas desenvolvidas no interior da principal instituição de formação docente se constituiu em uma atividade de prazer para as entrevistadas. Ser normalista era um sonho e uma possibilidade de se tornar professora, de ser detentora do saber, por isso as ex-alunas guardam os objetos que preservam a memória de seu processo formativo e do percurso constitutivo de se tornar professora, convertendo-se em uma ação necessária. Daí, ter participado desta pesquisa foi um modo de poder preservar suas memórias. A todas as participantes ficam meus sinceros agradecimentos e o prazer de ter podido ouvir, analisar e escrever sobre seus processos formativos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Professora

*Eu a vejo todo dia
Quando o sol mal principia
A cidade a iluminar*

*Eu venho da boemia
E ela vai, quanta ironia
Para a escola trabalhar*

*Louco de amor no seu rastro
Vaga-lume atrás de um astro
Atrás dela eu tomo o trem*

*E no trem das professoras
Em que outras vão, sedutoras
Eu não vejo mais ninguém*

*Essa operária divina
Que lá no subúrbio ensina
As criancinhas a ler*

*Naturalmente condena
Na sua vida serena
O meu modo de viver*

*Condena por que não sabe
Que toda culpa lhe cabe
De eu viver ao Deus dará*

*Menino querendo ser
Para com ela aprender
Novamente o be-a-bá³⁰³*

A normalista, a professora, os processos históricos, a história da formação docente, uma análise, uma escrita, o prazer de concluir mais uma etapa de nossa caminhada acadêmica e as expectativas diante das múltiplas alternativas de estudo

³⁰³ Caldas (1940).

que a pesquisa nos coloca, são alguns pontos a considerar nesta última seção do trabalho.

Pesquisar a história da formação dos professores primários piauienses trouxe para a discussão a figura da normalista retratada nos versos da música: “Vestida de azul e branco, trazendo um sorriso franco, no rostinho encantador”, jovens que se sentiam únicas por frequentarem a Escola Normal Oficial do Piauí, e pela possibilidade de se tornarem professoras primárias.

Da imagem angelical da normalista, deslocamo-nos para a da operária professora: “Essa operária divina, que lá no subúrbio ensina as criancinhas a ler”. Há, nesses versos, uma relação com o aspecto divino da professora, mas não se trata mais da estudante, mas, sim, é da profissional que se fala, retratada não como intelectual, mas como operária, o que certamente lhe tira a prerrogativa de decisão sobre o seu fazer pedagógico.

Foi nesse movimento, focando o processo formativo, que procuramos proceder com nossas análises de maneira a mostrar as alterações em relação à formação, aos locais em que ela ocorria, bem como à atuação das professoras primárias piauienses e as mudanças nas práticas educativas e pedagógicas da formação, elementos que se refletem na constituição profissional e que representam modificações decorrentes da apropriação da LOEN.

Assim, confirmamos a tese de que a apropriação da LOEN, como expressão da política nacional que definiu a formação docente a ser seguida pelos estados brasileiros, durante os anos de 1947 a 1961, provocou mudanças no processo formativo dos professores do ensino primário no Piauí, mas os sujeitos participantes desses processos fizeram uso das prescrições da Lei e direcionaram-nas de acordo com as expectativas sociais do momento e com os seus interesses profissionais, tal pertencimento se deu por meio de negociações entre as prescrições do Estado, as especificidades locais e os corpos docente e discente.

Entendemos o papel dessa reforma específica, que foi impulsionada pelo Governo Federal, bem como a sua acolhida no cenário educacional piauiense. É certo que, a partir da promulgação da LOEN, houve um processo de acirramento da intervenção do Estado por meio da unificação de um modelo formativo e de todo um conjunto de normatização que direcionava sua efetivação nos espaços das Escolas Normais e dos Institutos de Educação.

A lei em estudo trouxe, implicitamente, uma preocupação para com o controle da ação dos professores primários, feito por meio da normatização, da definição dos saberes, das práticas que se fizeram presentes na principal escola de formação no Piauí e, conseqüentemente, houve a reestruturação do campo de trabalho desses, por intermédio da conformação do trabalho no interior das escolas, de diretrizes de ensino, da reestruturação do currículo, das disciplinas que o compunham, das atividades escolares. Além disso, afetou o estatuto profissional dos docentes, ao definir os elementos envolvidos em seu processo formativo, os modos de ingresso na carreira, os salários; e modificou as práticas dos catedráticos da Escola Normal Oficial do Piauí e das escolas primárias.

A LOEN, como política específica, ao ser incorporada, inicialmente, à legislação educacional piauiense, interferiu na organização e no funcionamento das instituições de ensino primárias, de ensino normal e na formação docente; e os sujeitos envolvidos nesse processo se apropriaram das determinações legais por meio da própria legislação de ensino, que foi modificada e que atingia professores e alunos, fazendo surgir novas práticas no interior da Escola Normal Oficial do Piauí e que foram gradativamente apreendidas, adaptadas ou modificadas por eles, a exemplo do uso das cadernetas e das formas de controle dos comportamentos das alunas.

Portanto, os modos de apropriação da LOEN não se deram apenas pelas determinações legais, mas, sobretudo, por meio da incorporação dessas às práticas educativas e pedagógicas dos professores da Instituição em estudo; dos saberes e das concepções pedagógicas constituintes do modelo formativo instituído. Observamos que a substituição de um modelo por outro se deu em virtude de variações nas representações sobre o modo da formação e na própria figura do professor.

Ressaltamos que a apropriação das determinações legais é processual e os sujeitos envolvidos nesse processo não as incorporam de forma passiva. Eles as resignificaram, demonstrando certas resistências. Assim, a análise do processo formativo dos docentes primários a partir das determinações estabelecidas nas legislações Federal e Estadual, durante o período em estudo, revelou um conjunto de mudanças relacionadas à organização das escolas e do curso normal; aos tipos de cursos desenvolvidos; à estrutura curricular; e ao modelo formativo.

Tal análise nos auxiliou na identificação de certas representações em torno da professora primária piauiense: “aquela com comportamento exemplar”, “detentora do saber”, “com formação científica e pedagógica”, entre outras; e apontou para o fato de que, conforme o processo formativo vivenciado, o espaço de atuação, as representações em torno do professor do ensino primário se mostram diferentes para cada tipo de docente, se primário, regente ou leigo.

As modificações na legislação piauiense fizeram despontar novas classificações do professor primário, alterando o quadro funcional do Estado, que passou a ter os seguintes cargos: professores primários, professores auxiliares estáveis, e regentes de ensino. Além dos extranumerários e das letras que não eram enquadrados.

Denominações diferentes para os que atuavam no mesmo nível de ensino, o primário, mas com diferenças em relação ao espaço de atuação – grupo escolar, escolas reunidas, escolas isoladas ou em relação à localização desses estabelecimentos, se urbano ou rural. Essas diferenças acabaram por se refletir de forma negativa no *status* profissional das professoras primárias, pois na medida em que se fragmentou a categoria em diversos subtipos de professores com formação e remuneração diferenciadas, perdeu-se a possibilidade de isonomia salarial e, principalmente, afetou o processo de profissionalização docente, cabendo novas pesquisas que aprofundem a discussão sobre este processo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Jânio Jorge Vieira de. *Educação e Gênero: homens no magistério primário de Teresina (1960 a 2000)*. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Piauí, 2003.
- ALBERTI, Verana. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 156-202.
- ALEIXO, Ramon de Alcântara. Os diários de classe e suas apropriações metodológicas na prática de pesquisa em história da educação. In: *Anais VIII Congresso Brasileiro de História da Educação*, Universidade Estadual de Maringá, Sociedade Brasileira de História da Educação, 2015. CD-rom. Disponível em: <<http://www.8cbhe.com.br>>. Acesso em: 20 set. 2015.
- AURAS, Gladys Mary Teive. *Uma vez normalista, sempre normalista: a presença do método de ensino intuitivo de coisas na construção de um habitus pedagógico (Escola Normal Catarinense 1911-1935)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, 2005. 290p.
- ARAÚJO, Romildo de Castro. *A constituição do corpo docente do ensino secundário no Piauí (1942-1982)*. 193f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, 2012.
- BARCELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 23-82.
- BARROS, Pedro Ferreira. *Formação de professores(as) ruralista em juazeiro do norte (CE) (1934-1973): um projeto emancipatório*. 212 f. Doutorado em Educação. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2011.
- BARROS, José D'Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- _____. *A expansão da História*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- BASTOS, Maria Helena Camara Bastos. O ensino monitorial/mútuo no Brasil (1827-1854). IN: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil - Vol II – Século XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p. 35-51.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras, 1988. p. 13–35.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BONFIM; Santos Júnior. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. (Org.). *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: Halley, 1995.

BURKE, Peter. *O que é História cultura?* Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BRITO, Itamar Sousa. *História da educação no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1996.

CARDOSO, Elisangela Barbosa. *Múltiplas e singulares: História e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Modernidade pedagógica e modelos de formação docente. *São Paulo em Perspectiva: educação: Estrutura e mudanças* n. 14(1), jan-mar, 2000, p. 111-120. Disponível em: < www.sead.gov.br >. Acesso em: 10 jan. 2014.

CASTELO BRANCO, Julinete Vieira. *Histórias e Memórias do Colégio Agrícola de Teresina (1954 a 1976): formando líderes para a construção do novo e para a implacável destruição do arcaico*. Dissertação de Mestrado em História. Teresina: UFPI, 2007. 177p.

CASTRO, Celso. *Pesquisando em arquivos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CATANI, Denice Bárbara. Estudos de história da profissão docente. In: LOPES, Eliana M.; FARIAS FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cythia G. *500 anos da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 95-133.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, v.5, n.11, jan-abr. 1991, p. 172-191. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no Plural*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2005.

_____. *A invenção do Cotidiano: 1 artes de fazer*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2008.

_____. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COSTA FILHO, Alcebíades. *A gestação do Crispim: um estudo sobre a constituição histórica da piauiensidade*. Tese de Doutorado em História Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2010. 194p.

DALLABRIDA, Noberto. O uso do conceito de apropriação na historiografia da educação. In: *Anais VIII Congresso Brasileiro de História da Educação*, Universidade Estadual de Maringá, Sociedade Brasileira de História da Educação, 2015. CD-rom. Disponível em: <<http://www.8cbhe.com.br>>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____; SOUZA, Rosa Fátima (Org.). *Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961)*. Uberlândia (MG): EDUFU, 2014.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. A pesquisa dos educadores como estratégia para construção de modelos críticos de formação docente. In: _____. ZEICHER, Kenneth M. *A pesquisa na formação e no trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 11-142.

DOMINGOS NETO, Manuel. *O que os netos dos vaqueiros me contaram: o domínio oligárquico no Vale do Parnaíba*. São Paulo: Annablume, 2010.

EUGÊNIO, João Kennedy. *Os sinais dos tempos: intertextualidade e crítica da civilização na poesia de H. Dobal*. Teresina (PI): Halley, 2007.
FARGE, Arlete. *O sabor do arquivo*. Tradução Fátima Murad. São Paulo: Editora da USP, 2009.

FELGUEIRAS . Margarida Louro. Herança educativa e museus: Reflexões em torno das práticas de investigação, preservação e divulgação histórica. *Revista brasileira história da educação*, Campinas-SP, v. 11, n. 1 , p. 67-92, jan./abr. 2011. Disponível em <<http://www.rbhe.sbhe.org.br>>. Acesso em 17.02.2015.

FERRO, Maria do Amparo Borges. *Educação e sociedade no Piauí republicano*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1996.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Entre a lógica da formação e a lógica das práticas: a mediação dos saberes pedagógicos. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n.1, p.109-126, jan-abr, 2008.

GAMBOA, Silvio Sánches. *Pesquisa em educação: métodos e epistemológicas*. Chapecó: Argos, 2012.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário Enciclopédico piauiense ilustrado*. Teresina: Halley, 2003.

GRESPLAN, Jorge. Considerações sobre o método. In PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2011. p.291-300.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *História da educação brasileira*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

IMBERNÓN, Francisco. *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. São Paulo: Cortez, 2005.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rios de janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. O debate em torno da educação escolar primária no Piauí: constituição, expansão e composição da rede escolar (1946–1961). *Anais SBHE*. VIII Congresso Brasileiro de História da Educação. Cuiabá-MT, UFMT, 2013.

_____. A expansão e a interiorização dos ginásios no Piauí (1950-1971). In: *Imprensa, impressos e práticas educativas: estudos em História da Educação*.

BERGER, André Miguel; NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas. Fortaleza: Edições UFC, 2012. p. 263-284.

_____. A escrita autobiográfica: os documentos pessoais e a história da educação. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides. do; VAINFAS, Ronaldo. *História e historiografia*. Recife: Bagaço, 2006.

_____. *Superando a pedagogia sertaneja: grupo escolar, escola normal e modernização da escola primária pública piauiense (1908-1930)*. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2001. 287p.

_____. *Beneméritos da instrução: a feminização do magistério primário piauiense*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 1996. 242p.

_____. A escola em festa: as festividades escolares na Primeira República no Piauí. *Anais VI Colubhe*. Disponível em <www.faced.ufu.br>. Acesso em: 18 nov. 2015.

LOPES, Eliane Maria Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da educação*. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

LUFT, Celso Pedro. *Minidicionário*. São Paulo: Ática, 2000.

MACÊDO, Marly. *Memórias de professoras primárias das escolas públicas estaduais da zona urbana e rural de Teresina (PI): 1960-1970*. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade federal do Piauí, Teresina (PI), 2005.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. O decreto de Leôncio de Carvalho e os pareceres de Rui Barbosa em debate - a criação da escola para o povo no Brasil no século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. V. II – século XIX. Petrópolis, RJ, Vozes, 2006. p. 91-103.

MARTINS, Agenor de Sousa et al. *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. Teresina: Fundação CEPRO, 2002.

MARTINS, Ana Maria Gomes de Sousa. A modernização da educação piauiense: a reforma do ensino primário e o uso do método ativo. *Anais: IV Encontro Maranhense de História da Educação*, São Luís: NEDHEL, 2011.

_____. *Os discursos sobre a educação no Piauí: reflexos dos ideais da Escola Nova - 1920-1947*. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2009. 157p.

MEDEIROS, Antonio José. *Movimentos sociais e participação política*. Teresina. CEPAC, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007. p.33-79.

MELO, Salânia Maria Barbosa. *Reminiscências do processo de escolarização: a formação da professora normalista piauienses e o ensino primário (1930-1945)*. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2005. 160p.

_____. *A construção da memória cívica: as festas escolares de civilidade no Piauí(1930-1945)*. Tese de Doutorado em Educação Brasileira. Universidade federal do Ceará. Fortaleza(CE), 2009, 231p.

MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

_____. Formação econômica. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. (Org.). *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: Halley, 1995. p.55-82.

MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. *História da educação piauiense*. Sobral: EGUS, 2012.

MENDES SOBRINHO, José Augusto de Carvalho. *O ensino de ciências naturais na escola normal: aspectos históricos*. Teresina: EDUFPI, 2002.

MENDONÇA , Ana Waleska; XAVIER , Libânia Nacif (Org.). *Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos 1950/1960*– Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.260 p. (Coleção Inep 70 anos, v. 1).

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2002.

_____. *Governadores do Piauí: uma perspectiva histórica*. Teresina: Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí, 1993.

NASCIMENTO, Ester Fraga Bôas Carvalho do; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do; FREITAS, AnaMaria Gonçalves Bueno de. O ensino secundário em Sergipe, as reformas educacionais (1931-1961) e o Instituto de educação Rui Barbosa. In: DALLABRIDA, Noberto; SOUZA, Rosa Fátima (Org.). *Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961)*. Uberlândia (MG): EDUFU, 2014. P.313-342.

NÓVOA, Antonio. Formação de professores e profissão docente. In: Nóvoa, Antonio (Coord.). *Profissão professor*. Porto: Codex, 1995. p.13-33.

_____. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *Teoria e Educação*, n. 4, 1991, p.109 – 139.

_____. *Os professores: quem são? Onde vêm? Para onde vão?* In: STOER, Stephe (Org.). *Educação, ciências sociais e realidade portuguesa: uma abordagem pluridisciplinar*. Porto: Edições Afrontamento, 1991a.

PESSANHA, Eurize Caldas; DANIEL, Maria Emília Borges; MENEGAZZO, Maria Adélia. Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: uma trajetória de pesquisa. *Revista Brasileira de Educação*, set. out. nov. dez. 2004, n. 27, p. 57-69.

PHILIPPI, Carolina Cechella. “À professora responsável” – escritas marginais, arquivos escolares e história da profissão docente (Vargem do Cedro – Santa Catarina, 1933 – 1944). In *Anais VIII Congresso Brasileiro de História da Educação*, Universidade Estadual de Maringá, Sociedade Brasileira de História da Educação, 2015. CD-rom. Disponível em < <http://www.8cbhe.com.br>. Acesso em: 20 set. 2015.

PIMENTA, Selma Garrido. *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 2002.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2011.

PORTELLI, Alessandro. *A Filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. Rio de Janeiro: UFF, v.1, n 2, 1996, p.59-72.

QUEIROZ, Teresinha. *A importância da borracha de maniçoba na Economia Piauiense*. Teresina: EDUFPI, 1994.

RODRIGUES, Maria do Socorro Meireles. *Do ensino normal ao pedagógico: história e memória das instituições escolares de formação de professores em Parnaíba (1927-1982)*. Dissertação de Mestrado em Educação. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2013. 160p.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. Minas Gerais: Vozes, 1986.

SACRISTAN, J. Gimeno. *Poderes instáveis em educação*. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SANTANA, Maria do Perpetuo Socorro Castelo Branco. *A Constituição da rede escolar e a prática das professoras primárias na zona rural do Piauí nos anos de 1940 a 1970*. Dissertação de Mestrado em Educação. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2011. 178p.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Evolução histórica da economia piauiense*. Teresina: Academia Piauiense de Letras/Banco do Nordeste, 2001.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40 jan./abr. 2009.p.143-155. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 31 out. 2012.

SCHELBAUER, Analete Regina. *O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX*. IN: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil Vol II – século XIX*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2006. p. 104-115.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: USP, 1984.

SERRANO, Francisco Perujo. *Pesquisar no labirinto: a tese de doutorado - um desafio possível*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola editorial, 2011.

SILVA, Maria da Conceição Farias da Silva. *O curso normal de 1º ciclo em Assun/RN – 1951-1971*. Tese de Doutorado em Educação. Natal, RN: UFRN, 2011. 169p.

SILVA, Edilene Lima da. *Educação feminina no ensino secundário piauiense: da escolarização à profissionalização (1960-1982)*. Dissertação de Mestrado em Educação. Teresina, PI: Universidade Federal do Piauí, 2012. 121p.

SILVA, Francinaide de Lima Silva. *A escola normal de Natal (Rio Grande do Norte, 1908-1971)*. Dissertação de Mestrado em Educação. Natal, RN: UFRN, 2013.

SILVA, Roberto John Gonçalves. *Metamorfose das oligarquias: o caso do Piauí*. Universidade de São Paulo, faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas. Curso de Doutorado em Ciências Políticas, 1999. 363p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política*. Petrópolis: Vozes, 1996.

SOARES, Norma Patricya Lopes. *Escola normal em Teresina (1864-2003): reconstituindo uma memória da formação de professores*. Dissertação de Mestrado em Educação. Teresina: UFPI, 2004.

SOUSA, João Francisco de. *Prática pedagógica e formação de professores*. BATISTA NETO, José; SANTIAGO, Eliete (Org.). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. A carreira do professor primário: Brasil 1822-1889. *Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 11, n. 17, p. 1-242, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.uneb.br>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

_____. A institucionalização de uma profissão: o arcabouço jurídico do magistério no Brasil (1822-1854). In: LOPES, Antonio de Pádua Carvalho; STAMATTO, Maria Inês Sucupira (Org.). *O ofício docente no Norte e Nordeste*. São Luís: EDUFMA/UFPA: Café & Lápis, 2011. p. 133-148.

TANURI, Leonor. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*. n.14, maio. jun. jul. ago. p.61-88, 2000.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

VELOSO, Jeymeson de Paula. Um flâneur na cidade verde: a visão de H. Dobal sobre a cidade em roteiro sentimental e pitoresco de Teresina. *Revista dEsEnrEdoS*, Teresina, ano V, n. 16, jan. fev. mar. 2013.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. Representações sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil - v. II – Século XIX*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2006. p. 104-115.

_____. O mestre-escola e a professora. In: Lopes, Eliane Marta Teixeira; FARIAS FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VINÃO, Antonio. Culturas escolares y reformas educativas. In: _____. *Sistemas educativos, culturas escolares y reformas: continuidades y câmbios*. Madri: Morota, 2002.

VIRTUOSO, Tatiane dos Santos. Reminiscências da cultura escolar: vertígios das práticas escolares no sul catarinense (1905-1930). In: PAIM, Eliso Antonio, ; RABELO, Giani; COSTA, Marli de Oliveira (Org.). *História, educação e cultura escolar*. Chapecó: Argos, 2012. p. 161-179.

FONTES DOCUMENTAIS:

1 LIVROS, ARTIGOS, NOTÍCIAS, IMAGENS, MÚSICAS, CADERNETAS, HISTÓRICOS E PALESTRAS:

AGUIAR, Eurípedes. A Instrução. *Jornal O Piauí*, Teresina, ano LVII, p.1- 4, 06.02.1947

ATA DO GRÊMIO “ANTONINO FREIRE”. *Livro de Atas da Escola Normal Antonino Freire*. Teresina, 1947.

AUMENTO das Professoras. *Jornal “O Comércio”*, Teresina, ano VII, p.1, 31.03.1953.

BEZERRA, José Alencar. *Educação Popular*. Teresina: Imprensa Oficial, 1956.

CONSTRUÇÃO e subvenção de escolas. Teresina: Diário Oficial, ano XIX, n.78, p.1 de 20.08.1949.

COUTO, Ester. Imagem disponível no Blogs da Escola Municipal Ester Couto. Disponível em <<http://emesthercouth.blogspot.com.br>>. Acesso em: 12 jul.2017.

_____. *Diários de classe*. Escola Normal Oficial do Piauí. Teresina, 1960.

DOBAL, H. H. *Dobal obra Completa II – Prosa*. Teresina: Corisco, 1999.

FURTADO, José da Rocha. *Memórias e depoimentos*. Academia Piauiense de Letras: Teresina, 1990.

LACERDA, Benedito; NASSER, David. *A normalista*. Rio de Janeiro, 1938. Disponível em <www.lettras.mus.br>. Acesso: 11.10.2015.

_____.; FARAJO, Jorge. *Professora*. Rio de Janeiro, 1935. Disponível em <www.lettras.mus.br>. Acesso: 11.10.2015.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Rua da Glória: o tamanho de uma esperança (1935-1945)*, v-4. Teresina: EDUFPI, 2015.

MOREIRA, Neiva (redator). Jornal Vanguarda, Rio de Janeiro, 27.02.1947. In FURTADO, José da Rocha. *Memórias e depoimentos*. Academia Piauiense de Letras: Teresina, 1990. p.47-48.

NAPOLEÃO, Benedito Martins. Do ensino público e sua atual situação. In: Exposição apresentada ao Exmo Dr. Getúlio Vargas, chefe do governo provisório por intermédio do delegado federal do norte, Sr. Major Juarez do Nascimento Fernandes Távora pelo interventor federal no Piauí, tenente Landri Sales Gonçalves. *Diário Oficial*. Teresina, p.1, 07 março 1932.

_____. Educação para o nordeste. In: O Piauí e o nordeste aspectos e problemas de sua vida social. *Diário Oficial*, Teresina, p.35-38, 03 maio 1942.

NEVES, Berilo. *Oito anos de governo: a administração Leônidas Melo no Piauí- maio de 1938 – maio de 1943*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1943.

PIAUI. Livros de atas de concurso para catedrático da cadeira de Didática. Teresina: Escola Normal Oficial do Piauí, 1945.

_____. *Caderneta de Chamada e diário de lições da 3ª série do Curso de Formação de Professores Primários*. Teresina: Arquivo da Escola Normal Oficial do Piauí, 1948.

_____. Diário de classe da Disciplina História da Civilização do 3º ano do Curso Normal. Teresina: Arquivo da Escola Normal Oficial do Piauí, 1946.

_____. *Guia de transferência do Curso Preparatório da Escola Normal Oficial do Piauí*. Teresina: Arquivo da Escola Normal Oficial do Piauí, 1948.

_____. Diploma do Curso de Regente de Ensino. Teresina: Arquivo da Escola Normal Oficial do Piauí, 1947.

_____. *Ficha de acompanhamento de frequência das alunas*. Teresina: Escola Normal Oficial do Piauí, 1948(a).

_____. Exames de admissão – curso gratuito. *Diário Oficial*, Teresina, ano XVIII, p.8, 10.01.1948(b).

_____. *Prova da Disciplina Psicologia do 2º série do Curso de Formação de Professores Primários*. Teresina: Arquivo da Escola Normal Oficial do Piauí, 1954.

_____. *Históricos escolares da Escola Normal Oficial (1945-1961)*. Teresina: Arquivo da Escola Normal Oficial do Piauí, 2015.

_____. Foto da Escola Normal Oficial. Teresina: Coordenação de registro e conservação- CRC/Fundac, 2012.

SOCIEDADE AUXILIADORA DA INSTRUÇÃO. *A instrução pública no Piauí*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922.

TRAIÇÃO à vontade popular . “O Jornal”, Rio de Janeiro, 22.10.1947. In: FURTADO, José da Rocha. *Memórias e depoimentos*. Academia Piauiense de Letras: Teresina, 1990.

2 LEIS, DECRETOS, SINOPSES, OFÍCIOS, EDITAIS, RELATÓRIOS, CENSO:

BRASIL . *Decreto-lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946 que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Primário*. 1946(a). Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 25.06.2012.

_____. *Decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946 que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Normal*. 1946(b) Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 25 jun.2012.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em 25 jun. 2012.

DEPARTAMENTO da Educação. *Nota*. Teresina, *Jornal Resistência*, p. 4 de 02.04.1949(a).

_____. *Convite*. Teresina, *Jornal Resistência*, p. 4 de 19.04.1949(b).

IBGE. *Censo Demográfico 1950*. Disponível em <<http://www.censo.ibge.gov.br.>>. Acesso em 18 nov. 2015.

_____.MEC. *Sinopse estatística do ensino primário fundamental comum*. Brasília, 1958. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br.>>. Acesso: em 18 nov. 2015.

_____. VII Recenseamento geral do Brasil–1960 - Estado do Piauí: sinopse preliminar do censo demográfico. I.B.G.E – Serviço Nacional de Recenseamento, 1960.

_____. VII Recenseamento geral do Brasil–1960 - Estado do Piauí: sinopse preliminar do censo demográfico. I.B.G.E – Serviço Nacional de Recenseamento, 1960.

NUNES, Odilon. Ofício do sr. Diretor Geral do Departamento da Educação: nº S.A./248/47 de 16 de maio de 1947. *Diário Oficial*, Teresina, ano XVII, n.77, p. 2-3 27.05.1947.

PIAUI. Lei nº 42, de 17 de julho de 1911. In: BRITO, Itamar Sousa. *História da educação no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1996.

_____. Decreto nº1.438, de 31 de janeiro de 1933. Dá nova organização à Diretoria Geral da Instrução e regulamenta o ensino público. Instituído o regulamento geral do ensino. Teresina: *Imprensa Oficial*, 1933.

_____. Decreto-Lei nº 111 de 02/08/1938. Institui a nova organização do ensino normal. Teresina: *Imprensa Oficial*, 1938.

_____. Decreto-Lei 441 de 28.10.1941- Estatutos dos funcionários públicos civis do estado do Piauí. Teresina: *Imprensa Oficial*, 1941.

_____. Decreto-Lei nº 1306, de 02.09.1946. Dispõe sobre a organização do ensino primário. *Diário Oficial*, Teresina, ano XVI, p.1-4, 06.09.1946.

_____. *Decreto-Lei nº1.402, de 27.01.1947*. Dispõe sobre adaptação do sistema de ensino normal do estado às leis Orgânicas do Ensino Normal. Teresina: *Imprensa Oficial*, 1947(a).

_____. *Decreto-Lei nº1.412, de 27.01.1947, de 10.03.1947*. Cria cargos de professor catedrático da Escola Normal Oficial do Piauí, extingue e cria cadeiras e dá outras providências. *Diário Oficial*, Teresina, ano XVII, n.42, p.8, 11.03.1947(b).

_____. Resolução nº 34/47. *Diário Oficial*, Teresina, ano XVII, n.45, p.8, 15.03.1947 (c).

_____. Poder Executivo – disponibilidade de Manoel Sotero Vaz da Silveira no cargo de Professor Catedrático (E.N.O.). *Diário Oficial*, Teresina, ano XVII, n.56, p3, 10.04.1947(d).

_____. Nomeação de José Ribamar de Castro Lima. *Diário Oficial*, Teresina, ano XVII, n.56, p.3, 10.04.1947(e).

_____. Departamento da Educação: edital nº 4/47. *Diário Oficial*, Teresina, ano XVII, n.89, p.7, 25.06.1947(f).

_____. *Lei nº 50 de 24.12.1947*. Cria, no quadro único do estado, a carreira de regente de ensino, reestrutura a carreira de professor primário, e dá outras providências. Teresina: *Imprensa Oficial*, 1947(g).

_____. Escola Normal “Antonino Freire”: EDITAL nº 3/48. *Diário Oficial*, Teresina, ano XVIII, n.35, p.8, 25.02.1948(a).

_____. Colégio Estadual do Piauí - Aviso nº 1/48. *Diário Oficial*, Teresina, ano XVIII, n.35, p.8, 25.02.1948 (b).

_____. Decreto-Lei nº 2, de 04.03.48. Dispõe sobre a lotação dos estabelecimentos de ensino primário do estado e dá outras providências. *Diário Oficial*, Teresina, ano XVIII, n. 48, p.1, 20.03.1948(c).

_____. Parecer nº__ ano Processo nº 7/1948 da Comissão de Finanças e Polícia Militar. *Diário Oficial*, Teresina, ano XVIII, n. 80, p. 4,15.07.1948 (d).

_____. COMISSÃO DE HIGIENE E INSTRUÇÃO PÚBLICA: Parecer ao Processo N.11/B. *Diário Oficial*, Teresina, ano XVIII, n.90, p.2, 05.08.1948(e).

_____. Portaria 474 de 01.10.1948 do Departamento de Ensino. Instruções gerais sobre a realização de concurso para provimento dos cargos do magistério primário. Provimento de vagas. *Diário Oficial*, Teresina, ano XVII, n. 126, p. 5, 03.11.1948(f).

_____. Lei n. 132, de 9 de agosto de 1948: Regula a situação de alunos do Curso Normal. *Diário Oficial*, Teresina, ano XVIII, n. 94, p.1, 17.08.1948 (g).

_____. Departamento da Educação: edital 18/48. *Diário Oficial*, Teresina, ano XVII, n.126, p.4, 03.11.1948 (h).

_____. Lei 151 de 20 de setembro de 1948. Dispõe sobre o provimento dos cargos do magistério primário, no Estado. *Diário Oficial*, Teresina, ano XVIII, n.109, p.2, 23.09.1948(i).

_____. Escola Normal “Antonino Freire” - NOTA OFICIAL: Exames e transferência. *Diário Oficial*, Teresina, ano XVIII, p.2, 1948 (j).

_____. Departamento da educação: edital nº 6. *Diário Oficial*, Teresina, ano XX, n. 37, p. 3-5,10.05.1950.

_____. Exoneração de professores da Escola Normal. *Diário Oficial*, Teresina, ano XX, n.96, p.12, 06.12.1950 (a).

_____. Lei nº 857 de 06 de abril de 1953 que dispõe sobre o preenchimento de cargos ou vagas no ensino primário e dá outras providências. *Diário Oficial*, Teresina, ano XXIII, n.40, p.2, 08.05.1953.

_____. Exoneração de professores da Escola Normal. *Diário Oficial*, Teresina, ano XXIII, n.12 , p.2, 03.02.1953 (a).

_____. Livros de atas de concurso para catedrático da cadeira de Música e Canto Orfeônico. Teresina: Escola Normal Oficial do Piauí, 1955.

_____. Decretos do Governador. *Diário Oficial*, Teresina, ano XXV, n. 41, p. 5-6, 18.06.1955(a).

_____. Lei 1.188 de 2 de agosto de 1955 que altera a carreira de professor primário e de professor de educação física e dá outras providências. *Diário Oficial*, Teresina, ano XXV, n. 58, p.1, 27.08.1955(b).

_____. Diretoria Geral do Pessoal e organização. *Diário Oficial*, Teresina, ano XXV, n. 85, p. 5-7, 05.12.1955(c).

_____. Relação nominal de mensalistas ocupantes de funções estaques. *Diário Oficial*, Teresina, ano XXVIII, p. 3-13, 13.03.1957.

_____. Projeto de Lei que fixa o número de cadeiras por estabelecimentos de ensino Oficiais, eleva vencimentos e dá outras providências. *Diário Oficial*, Teresina, ano XXVII, n.1, p.1, 01.01.1957(a).

_____. COLÉGIO ESTADUAL DO PIAUÍ - EDITAL Nº 3/57. *Diário Oficial*, Teresina, ano XXVII, n. 64, p.2, 16.11.1957 (b).

3 MENSAGENS E RELATÓRIOS GOVERNAMENTAIS:

PIAUÍ. Mensagem apresentada a Assembleia legislativa, em sua sessão legislativa de 1951 pelo governador Pedro de Almendra Freitas. Teresina: Empresa gráfica O Dia, 1951.

_____. *Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Pedro de Almendra Freitas, em 21 de abril de 1952.* Teresina: Imprensa Oficial, 1952.

_____. Mensagem apresentada a Assembleia legislativa, em 21 de abril de 1953 pelo governador Pedro de Almendra Freitas. Teresina: Imprensa Oficial, 1953.

_____. *Mensagem apresentada pelo governador do estado por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1960*. Teresina: Imprensa Oficial, 1º de junho de 1960.

_____. *Mensagem apresentada pelo governador do estado por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1961*. Teresina: Imprensa Oficial, 1º de junho de 1961.

_____. *Governo Chagas (2 anos de administração) – Quadro resumo*. *Diário Oficial*, Teresina, ano XXXI, n. 5, p.7-9, 31.01.1961.

4 ENTREVISTAS

AMORIM, Angelita Etelvina de. Entrevista concedida a Ana Maria Gomes de Sousa Martins. Teresina(PI), 2015.

SOUSA, Raimunda de Carvalho. Entrevista concedida a Ana Maria Gomes de Sousa Martins. Timon(MA), 2015.

SOUSA, Antonia Sirqueira Soares. Entrevista concedida a Ana Maria Gomes de Sousa Martins. Teresina(PI), 2015(a).

MONTEIRO, Raimunda dos Santos Lopes. Entrevista concedida a Ana Maria Gomes de Sousa Martins. Teresina(PI), 2015.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Senhora, solicitamos sua colaboração no sentido de relatar suas vivências durante o processo de formação na Escola Normal Oficial do Piauí. Para tanto, serão abordados alguns temas relacionados a este processo, gostaríamos que a senhora relatasse suas memórias sobre os mesmos.

- 1 Nome e sua escolaridade.
- 2 Cidade e estado em que nasceu.
- 3 Início e desenvolvimento do seu processo de escolarização.
- 4 Descreva como era Teresina no período em que fez o curso normal.
- 5 A escola em que fez o curso normal e o período em que fez o curso normal.
- 6 As mudanças no currículo do curso normal.
- 7 O nome dos professores da escola normal no período em que estudou na mesma
- 8 A forma como os professores trabalhavam.
- 9 As recomendações e expectativas destes professores em relação aos comportamentos que as normalistas deveriam ter.
- 10 O modelo de professores que a escola normal formava.
- 11 A reforma do curso normal no período de 1947 a 1961
- 12 As mudanças na formação e nas práticas educativas das professoras normalistas
- 13 Disciplinas consideradas mais importantes na formação da normalista.
- 14 Os livros, dos conteúdos que eram trabalhados no curso de formação de professores primários.
- 15 As práticas educativas enfatizadas para que as normalistas se constituíssem professoras?

**APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –
T.C.L.E**

Eu, _____ tendo sido convidado(o, a) a participar como depoente do estudo **A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS NO PIAUÍ (1947-1961): ENTRE AS APROPRIAÇÕES E AS MUDANÇAS DECORRENTES DA LEI ORGÂNICA DO ENSINO NORMAL** recebi da Sr(a) ANA MARIA GOMES DE SOUSA MARTINS, responsável por sua execução, as seguintes informações que me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos:

- O estudo se destina a pesquisa de doutoramento da responsável pela execução da pesquisa;
- A importância deste estudo é a de possibilitar a análise da apropriação da Lei Orgânica do Ensino Normal (LOEN) e as modificações provocadas na formação dos professores do ensino primário piauiense, considerando a realidade da Escola Normal Oficial do Piauí de forma a ampliar a visão sobre a história da formação docente como uma prática cultural que vem se constituindo nas últimas décadas em centro de interesse de pesquisadores da história da educação.
- Os resultados desejados são os seguintes: a análise das formas de apropriação da Lei Orgânica do Ensino Normal (LOEN) e as modificações provocadas pela mesma na formação dos professores do ensino primário piauiense, considerando o interior da Escola Normal Oficial do Piauí; a caracterização do contexto sócioeducacional piauiense nos anos de 1947 a 1961 destacando suas demandas e seus reflexos em relação ao exercício da atividade docente; uma reflexão sobre a formação dos professores considerando os contextos sociais nos quais emergiram, de forma a ressaltar as necessidades sociais em relação à educação e aos desafios apresentados; discussão do trabalho docente por meio das determinações estabelecidas na legislação Federal e Estadual no período de 1947 a 1961 ressaltando as concepções pedagógicas existentes e suas influências no modelo de formação de professores vigente na época em estudo; a caracterização do modelo formativo implantado pela LOEN por meio das modificações na formação

dos professores do ensino primário no Piauí e das práticas pedagógicas dos professores da Escola Normal Oficial do Piauí; destaque das possíveis consequências advindas da implantação do modelo de formação definido na LOEN para a constituição profissional dos professores primários piauienses.

- O estudo começou em março de 2013 e terminará em março de 2016;
- O estudo será feito da seguinte maneira:
 - Será feita a pesquisa documental por meio do levantamento de escritos de memória de dirigentes educacionais, documentos oficiais da legislação do ensino, decretos e relatórios governamentais e jornais da época disponíveis no Arquivo Público do Piauí. Pesquisaremos no arquivo do Instituto de Educação “Antonino Freire” onde estão guardados os documentos da Escola Normal Oficial do Piauí, como as fichas de matrícula das alunas, os boletins escolares, os diários de classe, as teses de concursos da Escola Normal Oficial do Piauí, os programas das disciplinas do Curso Normal no período de 1947 a 1961. Estes documentos históricos retratam o contexto social da época em estudo, possibilitam conhecer as representações sobre a mesma, ajudando na caracterização da realidade sócioeducacional piauiense dos anos de 1947 a 1961; possibilitaram a análise do desenvolvimento da história da profissão docente através dos saberes trabalhados, das práticas desenvolvidas, das mudanças e permanências no sistema de ensino.

- Complementando as fontes escritas serão feitas as entrevistas com professores e alunas da Escola Normal Oficial do Piauí que viveram experiência da formação profissional a partir das definições prescritas pela Lei Orgânica do Ensino Normal, compondo estes sujeitos a população da pesquisa. Os critérios de inclusão é ter sido professor ou aluna concludente do curso de formação de professores da Escola Normal Oficial do Piauí nos anos de 1947 a 1961 com melhor desempenho e os de exclusão dos sujeitos é o período em que eles exerceram a função de professor do curso de formação e quanto às alunas serão excluídas as não concludentes do referido curso. A escolha dos participantes se deu porque eles vivenciaram experiências educativas consideradas primordiais e que possibilitam a análise da apropriação da LOEN na formação dos professores primários.

- Eu participarei da seguinte etapa: Entrevista para coleta de narrativas orais de professores (as) da Escola Normal Oficial do Piauí e de alunos (as) que viveram

experiência da formação profissional a partir das definições prescritas pela Lei Orgânica do Ensino Normal.

- Não haverá o risco de minha privacidade ser exposta, pois o pesquisador assegurou a garantia da utilização das informações para pesquisa sem prejuízo à minha pessoa;

- Se o contato com minhas memórias provocarem sentimentos, interferindo no meu bem-estar, o pesquisador suspenderá a entrevista até eu me reestabelecer, assegurando assim o meu bem estar.

- Não haverá incômodos com a minha participação na pesquisa e nem possíveis riscos à minha saúde física e mental, não havendo obrigação de assistência de nenhuma natureza.

- Os benefícios que esta pesquisa trará é que ela possibilitará a construção de uma leitura sobre a história da formação dos professores primários ajudando a ampliarmos as visões sobre este processo, como uma prática cultural; ajudará a revermos posições, construirmos novos olhares sobre representações e práticas específicas ligadas à história da formação docente; promoverá o conhecimento de experiências relacionadas à formação dos professores primários vivenciadas na Escola Normal Oficial do Piauí; contribuído para o resgate da história da educação piauiense considerando a apropriação da Lei Orgânica do Ensino Normal (LOEN) e as modificações provocadas pela mesma no processo formativo dos professores do ensino primário piauiense, considerando a realidade da Escola Normal Oficial do Piauí.

- A minha participação será acompanhada do seguinte modo: agendamento prévio das visitas do pesquisador para gravação das entrevistas e leitura das transcrições da entrevista.

- Sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo;

- A qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando do estudo e, também, eu poderei retirar este meu consentimento, sem me trazer penalidade ou prejuízo;

- As informações conseguidas através da minha participação podem permitir a identificação da minha pessoa e a divulgação das mencionadas informações poderá ser feita entre os profissionais estudiosos do assunto.

- O estudo não acarretará nenhuma despesa a minha pessoa;
- Eu receberei uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Endereço d(o,a) participante-voluntári(o,a)

Domicílio: (rua, praça, conjunto):

Bloco: /Nº: /Complemento:

Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:

Ponto de referência:

Responsável pela Pesquisa: ANA MARIA GOMES DE SOUSA MARTINS

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Endereço: RUA SEIS, 5741 PRIMAVERA LESTE

Bairro: VALE QUEM TEM CEP 64057260 Cidade TERESINA

Telefones para contato: (86)88145151/ 3231-5377

Teresina, _____

Assinatura ou impressão datiloscópica d(o,a) voluntári(o,a) ou responsável legal e rubricar as demais folhas	Nome e Assinatura do(s) responsável(eis) pelo estudo (Rubricar as demais páginas)